

Universidade de Lisboa

Faculdade de Direito



**O PENSAMENTO SOCIOECONÓMICO E O CRIME DE COLARINHO BRANCO**

**Ana Filipa de Almeida Guiomar Mendes Lopes**

Mestrado em Direito e Economia

2017

Universidade de Lisboa

Faculdade de Direito



**O PENSAMENTO SOCIOECONÓMICO E O CRIME DE COLARINHO BRANCO**

**Ana Filipa de Almeida Guiomar Mendes Lopes**

Dissertação de Mestrado, orientada pela Professora Doutora Rute Saraiva, com a coorientação do Professor Doutor Augusto Silva Dias

Mestrado em Direito e Economia

2017

## **Agradecimentos**

Agradeço,

À minha mãe, e ao meu pai, não necessariamente por esta ordem, mas invariavelmente, por tudo o que me ensinaram a ser e por todos os princípios de vida que me transmitiram. Particularmente à minha mãe, por ser verdadeiramente a minha melhor amiga, que cumprindo o seu papel de mãe, me releu este trabalho de fio a pavio. E, particularmente ao meu pai, a pessoa mais inteligente que conheço, e a prova viva de que somos o resultado do nosso esforço e dedicação.

À Professora Doutora Rute Saraiva, minha orientadora, sempre presente, e disponível. A quem agradeço toda a ajuda, e todo o tempo e atenção que dedicou a este trabalho.

Ao Professor Doutor Augusto Silva Dias, meu coorientador, pelas suas valiosas sugestões finais.

Ao Miguel, meu irmão, que um dia olhará para este trabalho com uns olhos verdadeiramente economicistas.

À avó Mila, à Bela, ao Luís Carlos, à Xaninha, à tia Luz, e ao Jorge, que alfabeticamente ordenados, mas sem ordem no meu coração, me ajudam todos os dias com as mais pequeninas, mas não menos importantes, coisas da vida.

Ao Fábio, por tudo o que representa na minha vida, mas fundamentalmente, por toda a paciência e apoio incondicional.

À Ana Guilherme, a quem muito agradeço a toda a ajuda na difícil tarefa que é a de revisão linguística.

Aos meus amigos, pelo apoio e palavras de motivação. Principalmente à Diana, minha grande companheira nesta aventura de trocar a Escola de Coimbra pela Escola de Lisboa. E ao Ivo, por todas as vezes que se deslocou à Biblioteca da Procuradoria Geral da República em meu auxílio.

Dedicado,  
*aos meus pais, por tudo e mais  
alguma coisa.*

## Resumo

Tradicionalmente o crime era associado a problemas de desemprego, a desigualdades económicas e sociais, assim como a questões de distúrbios na personalidade. Porém, os ordenamentos jurídicos começaram a ganhar consciência de que indivíduos com estatuto socioeconómico elevado também praticavam crimes, chegando-se à noção de crime de colarinho branco, como um conceito geral capaz de abarcar as condutas ilícitas praticadas por indivíduos que em nada se pareciam assemelhar ao delinquente comum. A Sociologia tem-se debruçado sobre a matéria de saber quem é o autor de colarinho branco, e de que modo se distingue do delinquente comum, embora alguns autores tendam a desistir de analisar estas diferenças por considerar que o autor de colarinho branco não se distingue do não delinquente.

A Economia, por sua vez, reconhecendo que a obtenção de lucro é a motivação transversal, ao ser humano, para delinquir, procura analisar como é que os agentes criminosos se comportam no mercado, desenvolvendo, assim, teorias capazes de nos explicar porque é que só alguns indivíduos entram na vida do crime.

**Palavras-chave:** crime de colarinho branco; autor de colarinho branco; teoria da escolha racional; homo oeconomicus.

## Abstract

Traditionally, crime was correlated with unemployment problems, social and economic inequalities, as well as personality disorders. However, legal systems began to be aware that people with high socioeconomic *status* could also commit crimes. Thus was born the concept of white collar crime, as a general concept to cover all illegal acts practiced by individuals who seemed not to be traditional delinquents. Sociology has been studying who are the white collar offenders and what can distinguish them from traditional delinquents, however some authors are giving up this analysis because they consider that a white collar criminal is no different from a non-criminal.

Economics, admitting that profit is a transversal motivation to humans to commit crimes, prefers to understand how the offender behaves in the marketplace, by developing theories able to explain why only some enter the life of crime.

**Keywords:** white collar crime; white collar criminals; rational choice; homo oeconomicus.

## Introdução

*“Crime follows opportunity, and globalization, accelerated by developments in technology, has created an abundance of opportunities for criminal activities of all sorts”.*

**P. Grabosky, 2009<sup>1</sup>**

Não são raras as vezes que ligamos o noticiário, em horário nobre, e somos presenteados com notícias sobre fraude fiscal, esquemas de manipulação ambiental, tráfico de influências, branqueamento de capitais, lavagem de dinheiro ou de crimes cibernéticos. E tantos outros atos, aparentemente resultantes da vida contemporânea, e dos quais raramente se ouvia falar até ao momento em que surge a *Globalização*, termo que obrigou o mundo a reinventar-se, pois como nos diz Grabosky *“a globalização, tal como a gravidade, parece imutável”* (Grabosky, 2009:130)<sup>2</sup>.

A livre circulação de informação e capitais, à escala mundial<sup>3</sup>, o fácil acesso à internet e a celeridade com que pessoas, empresas e relações jurídicas cruzam as fronteiras dos vários ordenamentos jurídicos, são apenas três dos muitos exemplos capazes de espelhar a realidade globalizada do século XXI. Graças ao desenvolvimento tecnológico, o nível de formação dos indivíduos aumentou de forma muito substancial e com esse aumento surgiu uma alteração da forma como as comunidades analisam os temas sociais e económicos. O que, por sua vez, é conducente a uma alteração das aspirações e desejos das comunidades.

O rápido crescimento de um sistema económico mundial fomentou um desejo transversal por dinheiro, sucesso e poder. E com estes veio a proliferação dos crimes de colarinho branco que constitui, por si só, uma alteração na forma como o comportamento criminoso é encarado.

Foi Edwin Sutherland que em 1939, despertou o mundo para a possibilidade de os ricos cometerem crimes, criando a figura de *white collar crimes*, ou crimes de colarinho

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: *“O crime segue a oportunidade e a globalização, acelerada pelo desenvolvimento tecnológico, criou uma abundância de oportunidades para atividades criminosas de todos os tipos”.* **Grabosky, Peter** (2009), p. 132.

<sup>2</sup> Tradução nossa de *“globalization, like gravity, appears immutable”.*

<sup>3</sup> Ainda que com maior ênfase na União Europeia.

branco, descritos como atos ilícitos praticados por indivíduos de alto estatuto social, no exercício da sua atividade (Sutherland, 1940).

Não obstante das considerações que faremos no desenvolvimento da presente investigação quanto à noção de crime de colarinho branco, certo é que pessoas bem reputadas também praticam crimes. Pois associado a condutas como as suprarreferidas, embora não as esgotem, tende a aparecer um administrador de uma Instituição Financeira, um dirigente político, um *Chief Executive Officer* (doravante “CEO”) de uma multinacional, um médico, um deputado ou um advogado. Todos eles exemplos de indivíduos, socialmente bem avaliados, que no silêncio do seu gabinete, defraudam as expectativas que a sociedade em si deposita. E estes são os verdadeiros autores de colarinho branco, a quem Sutherland se referia. O agente criminoso deixou de ser necessariamente o homicida ou o típico ladrão. Hoje, o criminoso pode ser o CEO da nossa empresa ou o nosso gestor de conta. E a sociedade está desperta para o refazer do crime e da pessoa do criminoso, não tendo problemas em imputar o colapso de uma Instituição Financeira ao seu administrador, em pedir a demissão de um titular de um cargo público que tenha introduzido informações falsas no seu *curriculum vitae* ou em culpabilizar os Governos pela falta de análise *value for money* nas decisões públicas. Porém, não obstante das condenações em praça pública, as práticas levadas a cabo pelos autores de colarinho branco parecem ser percecionadas, quer pela sociedade, quer pelos próprios autores, como irregularidades, e não como verdadeiros crimes (Azevedo, *et al.*, 2013).

No entanto, à primeira vista, e ainda que os supramencionados agentes surjam a mero título exemplificativo, não esgotando, por isso, a lista de potenciais autores de colarinho branco, nenhum deles parece estar associado ao delinquente comum, cujas práticas criminosas estão normalmente associadas a um conjunto de características sociais como situações de pobreza, desestruturação familiar, desemprego, entre outras, e a desvios de personalidade. Pelo contrário, estudos revelam que os autores de colarinho branco são tendencialmente bem reputados, e ocupam cargos profissionais de destaque, não estando desempregados no momento em que as ofensas são materializadas.

Assim, a Sociologia viu-se obrigada a rever as suas convicções clássicas, por ter percebido que o crime não surge apenas pela mão do tradicional delinquente comum, mas igualmente por via do homem aparentemente normal, e bem assim de reputadas



estruturas públicas e privadas, que perseguindo uma lógica economicista, atuam em função de um desejo de escopo lucrativo.

Releva questionar: o que é o crime de colarinho branco? O que distingue o autor de colarinho branco do delinquente comum? Quais são as motivações que levam o autor de colarinho branco a entrar na vida da ilicitude? Em 1907, já Ross defendia que o autor de colarinho branco quer aquilo que todos queremos: dinheiro, poder e consideração (Ross, 1907). Mais tarde, Sutherland veio defender que os efeitos dessa luta por dinheiro poder e consideração são potencialmente muito mais devastadores do que os dos crimes comuns, pelo que não deveriam ser ignorados pelas sociedades (Sutherland, 1940).

Tal como o título sugere, iniciámos esta investigação convictos sobre a importância do papel da Sociologia na análise da figura do autor de colarinho branco, uma vez que esta área do saber muito se dedicou ao estudo da figura do delinquente. Porém, e sendo o autor de colarinho branco um perseguidor de lucro, para que possamos perceber como é que o mesmo se comporta no mercado, convocamos também a ciência económica, pois a ordem económica é o ponto de partida de qualquer investigação acerca de crime de colarinho branco.

A intervenção da Economia no mundo do crime parece reportar-se a meados do Século XVIII, pela mão de Beccaria. Porém, a ciência económica voltou a ganhar grande destaque junto do mundo do crime no ano de 1968, altura em que Gary Becker lançou a obra *Crime and Punishment: an economic approach*. Becker, Prémio Nobel da Economia, enquanto adepto da Teoria da Escolha Racional, segundo a qual a escolha pela prática do crime resulta de uma análise custo-benefício, foi um dos autores que despoletou em nós uma grande curiosidade pela análise do autor de crime de colarinho branco, por comparação ao neoclássico *Homo Oeconomicus*. Para a Economia, o crime é apenas uma das atividades a que o Ser Humano se pode dedicar, como uma forma de obtenção de utilidade<sup>4</sup> (Rodrigues, 2007). Sendo o *Homo Oeconomicus* um maximizador da utilidade, e o autor de colarinho branco um perseguidor de lucro, poderemos analisar o autor de colarinho branco por comparação ao *Homo Oeconomicus*? Será o sonho americano o fim último da atuação humana num mundo globalizado? De que modo é que a perseguição deste fim pode culminar na vida criminoso?

---

<sup>4</sup> Para a ciência económica, a utilidade de um bem diz respeito “à susceptibilidade dos bens económicos satisfazerem necessidades”. **Martínez, Soares** (1995), p.105.

Para que possamos alcançar resposta para todas as nossas questões, começaremos por analisar a noção de crime de colarinho, por uma perspectiva sociológica. Seguidamente recorrendo à Sociologia e à Psicologia tentaremos compreender quais as características típicas do autor de colarinho branco, por comparação ao delinquente comum. Por fim, e com base num raciocínio económico, faremos uma breve incursão na análise económica do crime, a qual julgamos ser apta para nos elucidar sobre as razões que levam os autores de colarinho branco a condescender com a ilegalidade.

No fundo, conciliaremos os contributos da Sociologia e da Economia<sup>5</sup>, de modo a alcançar uma explicação do crime de colarinho branco.

E citando Edwin Sutherland,

*os economistas estão bem familiarizados com os métodos negociais, mas não estão habituados a vê-los do ponto de vista do crime; muitos sociólogos estão familiarizados com o crime, porém, não estão acostumados a considerá-los do ponto de vista dos negócios*<sup>6</sup>.  
(Sutherland, 1940:1)

Pelo que talvez Gary Becker, e os demais adeptos das Teorias da Escolha Racional, tenham conseguido homogeneizar ou, pelo menos, aproximar as linhas de pensamento.

Cumpre, porém, fazer a ressalva de que o presente estudo não incidirá, de modo algum, sobre quais os tipos de ilícitos típicos capazes de integrar a noção de colarinho branco. Quando usarmos a expressão “crime de colarinho branco” não nos reportaremos aos ilícitos típicos positivados pelo Direito Penal, mas aos mais diversos atos de caráter ilícito, ou potencialmente ilícito, que se repercutam na ordem económica, com independência da área do Direito que os tutela, ainda que reconheçamos que os mesmos tenham uma maior incidência nos mercados financeiros. Independentemente da generalidade de a Doutrina aliar os crimes de colarinho branco às infrações de índole económico-financeira, reportar-nos-emos aos crimes de colarinho branco com condutas conducentes a perturbações na ordem económica, não fazendo qualquer divisão das condutas em função do bem jurídico violado. Não abarcaremos, de modo algum, o crime organizado na noção de crime de colarinho branco. E não serão feitos quaisquer desenvolvimentos acerca de questões relacionadas com as políticas públicas de

---

<sup>5</sup> Com algum apoio da Psicologia.

<sup>6</sup> Tradução nossa de “*the economists are well acquainted with business methods but not accustomed to consider them from the point of view of crime; many sociologists are well acquainted with crime but not accustomed to consider it as expressed in business*”.

prevenção da criminalidade, ou com a figura das vítimas, pelo que as Teorias Prevenção e da Dissuasão não merecerão grandes desenvolvimentos nesta investigação, servindo somente para enquadrar os custos do crime na lógica da escolha racional.

## Capítulo 1.º

### O Crime de Colarinho Branco

#### 1.1 Os Primórdios do Colarinho Branco

**Colarinho-Branco**, substantivo masculino, que segundo o dicionário da língua portuguesa, qualifica o profissional que desempenha funções de gestão ou de administração, que não envolvem trabalho físico, e a quem se exige um certo grau de formalidade na indumentária<sup>7</sup>. Derivado da expressão inglesa *white collar*, alegadamente utilizada pela primeira vez, por Upton Beall Sinclair, escritor norte-americano<sup>8</sup>, este termo, independentemente das várias interpretações que dele se fazem, é recorrentemente utilizado, desde há muito tempo, para qualificar pessoas com uma posição económica, social e laboral respeitável. Em contraposição, o termo *blue collar*, ou **colarinho azul**, inspirado nos fatos dos operários fabris, define uma classe de trabalhadores cuja função reside em trabalho não intelectual<sup>9</sup>.

Hoje usa-se, de forma recorrente, o termo colarinho branco. Mas o que é o crime de colarinho branco? Para Ferreira, o crime de colarinho branco não pode ser visto como um tipo de ilícito objetivo, mas meramente como uma construção social apta a servir o interesse dos Estados, no combate e prevenção da criminalidade, através do recorte das características do agente e do contexto em que os atos são praticados (Ferreira, 2007). Almeida, de igual modo, alertando para a inexistência de um crime de colarinho branco no Direito Penal substantivo, e afirmando que caberão no conceito vários tipos legais de crime, contra a pessoa e contra o património, defende a inexistência de crime de colarinho branco, mas sim de autores de colarinho branco (Almeida, 2011).

Edwin Sutherland, embora não tenha sido o primeiro a usar o termo *white collar*, foi o primeiro autor a aliar esta figura à vida criminal. Em 1939, durante um discurso perante a Comunidade Americana de Sociologia, este autor deu o primeiro passo na eliminação do dogma de que só os pobres praticavam crimes. Recorrendo a casos reais, que

---

<sup>7</sup>Priberam, consultado pela última vez em 20-01-2016. Disponível internet: <https://www.priberam.pt/dlpo/colarinho-branco>.

<sup>8</sup>Priberam, consultado pela última vez em 20-01-2016. Disponível internet: <http://www.biography.com/people/upton-sinclair-9484897>.

<sup>9</sup> O termo *blue collar* ou *colarinho azul*, não é utilizado na língua portuguesa.

envolviam grandes companhias empresariais americanas, grupos de exploração económica e até profissionais liberais, como médicos ou advogados bem reputados “na praça”, Sutherland demonstrou que os ricos também praticavam crimes, os quais acartavam prejuízos económicos e sociais suscetíveis de serem superiores aos prejuízos provenientes de todos os outros e, por isso, conducentes a uma maior desorganização social (Sutherland, 1940).

Contudo, e apesar de Sutherland ser batizado como o “pai” dos crimes de colarinho branco, Edward Ross, no ano de 1907, já havia apresentado a figura do *Criminaloid*<sup>10</sup>. Em termos genéricos, o *Criminaloid* representava o estereótipo de uma classe criminoso que enriquecia através da exploração dos outros e da manipulação do mercado, a seu favor, mantendo sempre uma vida dupla, pois ainda que exercesse atos filantrópicos, conseguia sustentar a sua imagem de respeitabilidade (Ross, 1907). Escortinando a figura, Ross acreditava que o comportamento do *Criminaloid*, antissocial por natureza, não seria imputável a causas relacionadas com o diabo, mas à sua impulsividade e insensibilidade moral, que o permitiam manipular grupos contra as massas, em seu próprio benefício aproveitando-se, para tal, da sua posição de respeito na sociedade (Ross, 1907). Sendo alguém visto como um praticante do bem, lutaria pelos seus benefícios pessoais, a todo o custo, convencendo até aqueles que o rodeavam a agir em seu nome, de modo a garantir a sua impunidade (Ross, 1907). Uns anos mais tarde, e não longe de Ross, Albert Morris, não criando um estereótipo criminal, separou os criminosos em dois grandes grupos. Por um lado, os *underworld*, agentes de baixo estatuto social e, por outro, os *upperworld*, cujos atos gozavam de impunidade à boleia da sua posição social de prestígio (Morris, 1935). No entanto, e ao contrário de Sutherland, Morris considerava que a Sociologia não deveria dispersar o seu foco dos *underworld*, porque entre um *upperworld* e um não criminoso não existiam diferenças substanciais (Morris, 1935).

Com efeito, e ainda que com base numa análise sumaríssima, estamos em condições de constatar que os indivíduos com elevado estatuto social também cometem crimes. Conforme nos ensina Ross, o estatuto social dos autores constitui a própria máscara dos seus atos (Ross, 1907), de tal modo que o próprio Morris vem apoiar o seu pensamento na premissa de que o *upperworld* era o não criminoso (Morris, 1935).

---

<sup>10</sup> Expressão derivada do termo italiano “*Criminaloide*”.

Será o *criminaloid* o autor de colarinho branco dos dias de hoje?

Com o crescente florescimento das infrações que atentam contra a ordem económica, e o normal funcionamento dos mercados, o tema *white collar* tem sido largamente analisado, no sentido de se encontrar uma definição líquida capaz de ir ao encontro com as expectativas das políticas criminais dos diversos ordenamentos jurídicos. Existem hoje variadíssimas noções de crime de colarinho branco, mas pouca unanimidade quanto às mesmas, pois existe quem o defina do ponto de vista das características do agente, do tipo de ofensa ou até quem estude o caso a partir da perspetiva da obtenção de vantagens patrimoniais.

Para ilustrar a falta de consentaneidade sobre o tema, daremos início à análise do conceito de colarinho branco com um exemplo suscitado por Albanese, em 1996: sempre que esperava na fila pela lavagem do seu carro, este autor dava por si a pensar sobre qual o destino dado ao montante pago ao funcionário. Colocaria ele o dinheiro na caixa ou arrecadaria o mesmo em benefício próprio? Alguns autores considerariam o ato de reter o dinheiro como um crime de colarinho branco, por ser praticado no decurso da atividade profissional. Outros não, porque o dinheiro havia sido furtado por alguém sem elevado estatuto social<sup>11</sup>. Albanese também ilustra a fuga aos impostos como um crime de colarinho branco, se praticado por um indivíduo de elevado estatuto social no exercício das suas funções<sup>12</sup>.

Com este pequeno exemplo, em menos de dez linhas percebemos que a noção de crime de colarinho branco não é líquida. Deste modo, e citando Albanese, propomo-nos a analisar os termos sob os quais deve ser delimitada a figura do autor de colarinho branco:

*Estes exemplos do desfalque na lavagem do carro ou da fuga aos impostos, ilustram o enigma dos crimes de colarinho branco. Tal*

---

<sup>11</sup> Tradução nossa de “When I go through the car wash, when the line is long and the temperature is high, I sometimes wonder if the person taking my money is pocketing some of it and not recording the sale in the cash register. Some scholars would consider it a form of white collar crime, if the money was taken, because it was done during the course of an occupation. Others would exclude it as a form of white collar crime because it was not done by someone of high social status. Occasionally, a person cheats on his or her income taxes. Some scholars would consider this a form of white collar crime only if it occurred during one’s occupation, or was carried out by someone of high social status”. Contributo de Albanese in **Definitional Dilemma: Can and Should There Be a Universal Definition of White Collar Crimes?** United States of America : Edited by Helmkamp, James; Ball, Richard; Townsend, Kitty - National White Collar Crime Center Training and Research Institute Morgantown, West Virginia, 2006, p. 87.

<sup>12</sup> Contributo de Albanese in **Definitional Dilemma: Can and Should There Be a Universal Definition of White Collar Crimes?** United States of America : Edited by Helmkamp, James; Ball, Richard; Townsend, Kitty - National White Collar Crime Center Training and Research Institute Morgantown, West Virginia, 1996.

*como a obscenidade, parece que reconhecemos um crime de colarinho branco quando o vemos. Porém, temos muita dificuldade em caracterizá-lo em termos específicos*<sup>13</sup>.

## 1.2 Uma Noção de Crime de Colarinho Branco

Começamos por apresentar o conceito, agora pacificamente aceite pelo *Federal Bureau of Investigation*, v.g. *FBI*, cuja análise parte do tipo da ofensa. Assim, serão crimes de colarinho branco,

*todos os atos ilegais, cometidos por indivíduos ou organizações, com o objetivo final da obtenção de vantagens pessoais, ou para o negócio, quer através da obtenção de bens e serviços, quer através da utilização de mecanismos que evitem a dissipação desses bens ou serviços, e que possam ser praticados com auxílio a engenhos como o engano, omissão ou violação de confiança, sem que se recorra à ameaça, violência ou força física*<sup>14</sup>.

No mesmo sentido, também Herbert Edelhertz, antigo Promotor do Departamento de Justiça, e o qual pode estar na base do conceito adotado pelo *FBI*, defende que este tipo de crimes deveria ser qualificado à luz do tipo de ações, ainda que por omissão, visando sempre uma potencial obtenção de vantagens, quer pessoais quer patrimoniais<sup>15</sup>. O grande foco do autor de colarinho branco parece ser, no fundo, delimitado pelo escopo lucrativo, mas de forma não violenta, o que o distingue desde já de um homicida de profissão. Assim, para o *FBI*, a empresa que não pague as contribuições da segurança social do seu colaborador, relativa a um mês de trabalho, obtendo uma vantagem patrimonial por omissão de um dever que sobre si impelia, é colocada ao lado do

---

<sup>13</sup>Tradução nossa de “*These examples of the car wash embezzlement and the income tax fraud illustrate the conundrum of white collar crime. Like obscenity, we seem to know it when we see it, but there appears to be much more difficulty in defining it in precise terms*” - Contributo de Albanese in **Definitional Dilemma: Cand and Should There Be a Universal Definition of White Collar Crimes?** United States of America : Edited by Helmkamp, James; Ball, Richard; Townsend, Kitty - National White Collar Crime Center Training and Research Institute Morgantown, West Virginia, 1996, p. 87.

<sup>14</sup> Tradução nossa de “*those illegal acts which are characterized by deceit, concealment, or violation of trust and which are not dependent upon the application or threat of physical force or violence. Individuals and organizations commit these acts to obtain money, property, or services; to avoid the payment or loss of money or services, or to secure personal or business advantage, in* **Barnett, Cynthia**. The Measurement of White collar Crime Using Uniform Crime Reporting (UCR) Data. [Online] [Citação: 2017 de 01 de 02.] [https://ucr.fbi.gov/nibrs/nibrs\\_wcc.pdf](https://ucr.fbi.gov/nibrs/nibrs_wcc.pdf), p.1.

<sup>15</sup> Contributo de Edelhertz in **Definitional Dilemma: Cand and Should There Be a Universal Definition of White Collar Crimes?** United States of America : Edited by Helmkamp, James; Ball, Richard; Townsend, Kitty - National White Collar Crime Center Training and Research Institute Morgantown, West Virginia, 1996.

administrador de uma multinacional, que durante dez anos titulou diversas contas em paraísos fiscais, para as quais transferia grande parte das suas receitas, diminuindo a sua carga tributária. Ou até do cidadão comum, que não pagando os seus impostos, retém para si a parcela em dívida para com o Estado.

Efetivamente, e de um ponto de vista prático, a desconsideração das características do agente na delimitação do conceito, permite que aparentemente qualquer pessoa, quer singular, quer coletiva, possa vir a ser considerada como autora de colarinho branco. Ideia não corroborada por Edwin Sutherland, que depois de muito associar o crime ao mundo dos negócios, e à posição social dos autores, só poderia ter equacionado uma definição partindo do ponto de vista das características do agente. Porém, quando nos referimos a uma definição assente nas características do agente, referimo-nos ao elevado estatuto socioeconómico. Pois Sutherland não convoca quaisquer características físicas, psicológicas ou biológicas para a aferição do comportamento criminoso (Sutherland, 1940), tal como vamos ter oportunidade de perceber, adiante, pela análise da Teoria da Associação Diferencial. Assim, para este autor, o crime de colarinho branco dizia respeito aos atos praticados em *“violação da lei criminal, por um indivíduo de elevado estatuto socioeconómico, no exercício da sua atividade profissional”* Cruz(2013b: 56, *apud* Sutherland, 1941:112, cit. in Geis, 1938:367)<sup>16</sup>.

Facilmente se percebe que a definição de Sutherland é mais redutora do que a do FBI. No entanto, o empregador em dívida para com a segurança social e o administrador da multinacional, segundo a conceção de Sutherland, continuam a ser autores de colarinho branco. Por sua vez, o contribuinte perde esse estatuto. O que não nos espanta, pois Sutherland restringiu o termo colarinho branco ao contexto empresarial, público e privado, contemplando o empregador, os funcionários das corporações e os indivíduos a desempenhar funções de carácter político (Sutherland, 1940). Como qualquer outra definição, a sua construção teórica foi alvo de várias críticas<sup>17</sup>, invocando-se principalmente que pessoas sem estatuto socioeconómico elevado também praticavam crimes de colarinho branco. Concordamos que hoje, face aos elevados níveis de escolaridade e ao facilitado acesso a todo o tipo de informação, o homem médio esteja

---

<sup>16</sup> Tradução nossa de “[...] a violation of the criminal law by a person of the upper socioeconomic class in the course of this occupation activities”.

<sup>17</sup> Nesse sentido vide **Guedes, Inês; Cruz, José Neves** (2013).



em condições de praticar atos suscetíveis de incrementar os seus benefícios<sup>18</sup> e, por isso, que o Homem médio possa descurar nos pagamentos à Segurança Social ou que seja ele próprio titular de contas *offshore*. No entanto, queremos acreditar que o termo colarinho branco tenha surgido por referência à classe executiva, ou a um estatuto social aparentemente contraditório com a lógica da criminalidade. Pois mais uma vez alertamos que Sutherland, nas suas análises, partiu sempre do contexto empresarial, iniciando até o seu relatório com a preposição: “*Este Paper está relacionado com o crime relativo aos negócios*” (Sutherland, 1940:1)<sup>19</sup>, dando especial relevo à posição do agente na sociedade.

Payne foi um dos autores que formulou algumas críticas à conceção de Sutherland, atribuindo-lhe ambiguidade conceitual, empírica, metodológica, jurídica e política (Payne, 2012). A noção de colarinho branco seria conceitualmente ambígua devido à sua imprecisão, e metodológica e juridicamente ambígua porque não seria capaz de amenizar as dificuldades dos criminologistas em perceber quais os atos a enquadrar dentro dos crimes de colarinho branco (Payne, 2012). Crítica com a qual concordamos, pois vejamos: a falta de fixação de um fim último das condutas passíveis de serem consideradas de colarinho branco acaba por se mostrar perversa às próprias convicções corporativas de Sutherland. Pois seguramente que o mesmo não havia vislumbrado a possibilidade de um Crime de Injúria integrar o conceito de colarinho branco. Com efeito, se o administrador da mais bem reputada Instituição Financeira do país injuriar a sua secretária, sob chantagem pela manutenção do posto de trabalho daquela, estará a atuar no decurso da sua ocupação. Seria o “administrador-injuriador” um verdadeiro autor de colarinho branco aos olhos de Sutherland? Aliás, Payne recorre ao exemplo dos crimes de abuso sexual, cometidos por elementos da Igreja: gozando o Sacerdócio de uma posição social de respeito, e praticando os alegados abusos no curso da sua profissão, também eles seriam autores de colarinho branco à luz da conceção de Sutherland (Payne, 2012). Por outro lado, e ainda que Sutherland não o tenha espelhado na sua definição, acreditamos que este autor quisesse restringir os crimes de colarinho branco aos crimes económicos e financeiros, face às análises empíricas por este desenvolvidas, pugnando automaticamente pela improcedência das nossas críticas.

---

<sup>18</sup> Sem descurar do facto das classes intelectualmente e economicamente mais dotadas terem mais conhecimento e mecanismos ao seu dispor.

<sup>19</sup> Tradução nossa de “*This Paper is concerned to crime in relation to business*”.

De um ponto de vista um tanto ao quanto diferenciador, Clinard e Quinney concetualizaram, respetivamente, os crimes ocupacionais e os crimes corporativos. Enquanto os crimes ocupacionais eram definidos como atos praticados pelos indivíduos, no decurso da sua atividade profissional, incluindo eventuais ofensas praticadas pelos empregados contra os seus empregadores, os crimes corporativos respeitavam a todas as ofensas praticadas na corporação, pelos seus funcionários, no interesse da corporação (Clinard, *et al.*, 1994). Estes autores defendiam que o crime de colarinho branco se subsumia aos dois subtipos de crimes então mencionados, não criando, no entanto, uma rotura com a definição de Sutherland, pois tanto o crime ocupacional como o crime corporativo eram praticados no exercício da profissão (Clinard, *et al.*, 1994).

Porém, abstiveram-se de fazer considerações sobre o estatuto social do autor, tal como Felson. Que segundo Llinares, num livro em homenagem a Felson, nos ensina que aquele autor, ao construir a categoria dos crimes de acesso especializado, os define como atos criminais cometidos em abuso da posição ou profissão, em prol de um objetivo específico (Llinares, 2015).

Até aqui, Sutherland parece ter sido o único autor a relevar o estatuto social do autor. Ferreira também defende que os autores de colarinho branco não são necessariamente executivos, ilustrando a sua posição ao invocar os crimes de roubo de identidade pela internet, fraudes com cartão de crédito, fraude postal e fraude de telemarketing (Ferreira, 2013). No entanto, não obstante de todas as críticas, a definição de Sutherland continua a ser uma referência mundial.

Parece-nos razoável tornar a definição de crime de colarinho branco o mais ampla possível, de modo a que possa abarcar situações que não vislumbramos, mas que no futuro se possam enquadrar perfeitamente no tipo de atos ilícitos aos quais nos referimos. Porém, concordamos com Coleman, quando nos diz que o crime de colarinho branco não deve abarcar o criminoso de baixo nível, o crime organizado e o crime de carreira, sob pena de generalizamos a expressão<sup>20</sup>. Por outro lado, atendendo ao nível de formação e complexidade das funções desempenhadas pelos membros da classe média, nos dias de hoje, talvez o pressuposto do elevado estatuto social mereça revisão ou, pelo menos, quando necessariamente conjugado com o conceito de riqueza. Com efeito,

---

<sup>20</sup> Neste sentido *vide* contributo de Coleman in ***Definitional Dilemma: Can and Should There Be a Universal Definition of White Collar Crimes?*** United States of America : Edited by Helmkamp, James; Ball, Richard; Townsend, Kitty - National White Collar Crime Center Training and Research Institute Morgantown, West Virginia, 1996.

admitimos que quanto maior o grau de formação técnica e mais elevado o estatuto social, mais provável será a prática de crimes contra o mercado, exatamente sob a falsa aparência de licitude, pois na maioria dos casos, os atos *“foram preparados com inteligência, usando conhecimentos complexos (...)”* (Cruz, 2013b: 57).

Assim, e omitindo tantos outros reconhecidos contributos nesta matéria, não por desconsiderarmos a sua importância, mas porque o nosso espaço é breve, chegamos à publicação intitulada de *“Can and Should There Be a Universal Definition of White Collar Crime?”*. Este é o título de uma publicação editada pelo *National White Collar Crime Center*<sup>21</sup>, fruto de um encontro entre criminologistas, realizado com o propósito de formular uma noção de crime de colarinho branco. Três dias após o debate, e depois de invocada uma vasta gama de autores e distintas conceções, definiram os crimes de colarinho branco como:

*atos ilegais, ou não éticos, que violam a responsabilidade fiduciária da confiança pública, normalmente praticados no exercício de uma atividade ocupacional legítima, por agentes individuais, ou por organizações, de elevado e respeitado estatuto social, com vista à obtenção de ganhos pessoais, ou para a organização*<sup>22</sup>.

O grupo de sociólogos ali reunido defendeu que o crime de colarinho branco é tendencialmente cometido no exercício da atividade profissional, embora tenha deixado uma *grey zone* motivada pelo termo *“usually”*. Acreditamos que este espaço de ponderação tenha sido propositadamente inserido para garantir que atos praticados fora do exercício da profissão pudessem ser abarcados por este conceito. Por outro lado, o elevado estatuto social volta a surgir como coordenada básica da definição. Cremos que Coleman, claramente inspirado em Sutherland, tenha sido essencial na inclusão deste pressuposto na definição, pois durante a conferência, o mesmo autor invocou um argumento que apesar de simples, nos parece eficaz. Coleman criticou os autores que defendiam a exclusão do elevado estatuto da noção de *white collar*, argumentando que a

---

<sup>21</sup> Organização americana, sediada em Morgantown, na Virginia, que serve uma rede nacional de outras organizações no sentido da prevenção, investigação e repressão do crime económico, crime tecnológico e de alta tecnologia. Disponível Internet: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/bja/184958.pdf>, consultado pela última vez em 24-04-2016.

<sup>22</sup> Tradução nossa de *“illegal and unethical acts that violate fiduciary responsibility of public trust committed by an individual or organisation, usually during the course of legitimate occupational activity, by person of high or respectable social status for personal or organisational gain”, in **Definitional Dilemma: Can and Should There Be a Universal Definition of White Collar Crimes?** United States of America : Edited by Helmkamp, James; Ball, Richard; Townsend, Kitty - National White Collar Crime Center Training and Research Institute Morgantown, West Virginia, 1996, p.351.*

ausência do *status*, levaria a uma similitude entre o crime de colarinho branco e o crime ocupacional, deixando assim que o primeiro fosse absorvido pelo último<sup>23</sup>.

A definição aqui apresentada parece resultar de uma união perfeita entre a concepção aceita pelo FBI e a noção da autoria de Sutherland. Se, por um lado, a primeira se foca no fim último da prática do crime, a obtenção de vantagens, a última atribui importância ao elevado estatuto social do agente. Critério, para nós, importante na delimitação da figura. Por outro lado, a noção aqui em análise parece não se alhear aos contributos de Clinard e Quinney, pois a mesma admite que o crime tenha sido praticado no interesse do agente ou da própria entidade empresarial, acabando por ser um resumo dos vários contributos.

Azevedo e Cruz aquando da exploração do crime de colarinho branco à luz de algumas teorias sociológicas, acabaram por recortar uma noção. Assim, os autores referem-se ao crime de colarinho branco por alusão a:

*qualquer ato ilícito cometido por alguém que, num contexto ocupacional legítimo, desempenha um particular papel no trabalho ou profissão ou tem uma posição na organização que lhe permite um acesso privilegiado ao alvo do crime”* (Azevedo, et al., 2013: 182)

Defendendo, ainda, que para além da materialização do crime não passar pela violência direta e intencional, o seu fim último tanto pode ser o aspeto lucrativo como o sucesso profissional, e que pode ser praticado em prol do próprio agente ou de uma entidade (*idem, ibídem*).

Em boa verdade, a noção agora apresentada não difere substancialmente da do *National White collar Crime Center*, porém, a primeira parece redundar de forma mais objetiva na violação da confiança.

Depois de analisadas algumas noções de crime de colarinho branco, a nossa tarefa não ficou mais fácil. Ao delimitarmos uma noção muito restrita, corremos o risco de excluir condutas que de momento não vislumbramos. Por outro lado, ao abrir a noção, poderemos “pecar por excesso”, colocando no saco do colarinho branco condutas que, pela sua natureza, não intencionávamos associar ao tema.

---

<sup>23</sup> Neste sentido *vide* o contributo de Coleman in ***Definitional Dilemma: Can and Should There Be a Universal Definition of White Collar Crimes?*** United States of America : Edited by Helmkamp, James; Ball, Richard; Townsend, Kitty - National White Collar Crime Center Training and Research Institute Morgantown, West Virginia, 1996.

Aquando do início desta investigação, estávamos convencidos de que poderíamos restringir os crimes de *white collar* às infrações de índole económico-financeira, tal como Sutherland. Porém, ao analisarmos o tema, apercebemo-nos de que sendo a perspectiva de obtenção de lucro o corolário essencial do crime de colarinho branco, não só estão em causa os denominados crimes económico-financeiros, mas todos os atos ilícitos, ou não éticos, que possam colidir com a ordem económica (Amaral, 2003)<sup>24</sup>. E para tal, contámos com o contributo de Coleman, autor que defendia que outras ofensas como sabotagem política, violência corporativa ou poluição do meio ambiente seriam igualmente dignas de se considerarem como ofensas de colarinho branco<sup>25</sup>. E de Felson, que de acordo com Llinares, defendia que os danos suscetíveis de serem originados pelo crime de colarinho branco ultrapassavam a sinonímia entre crime de colarinho branco e crime económico-financeiro (Llinares, 2015).

Bastará pensar num tema da atualidade, manchete de muitos periódicos, nos últimos tempos: a *manipulação dos mecanismos de emissão de CO<sub>2</sub> pela indústria automóvel*. Em bom rigor, com o ato de manipulação dos mecanismos de emissão de CO<sub>2</sub>, o bem jurídico imediatamente violado é o bem-ambiente e, por isso, estamos perante a prática de verdadeiras infrações ambientais. No entanto, acreditamos que a violação deste bem jurídico surja como consequência, e não como fim último do ato de manipulação, porque contrariamente ao homicida, que pratica o crime em prol da violação do bem jurídico vida, o manipulador dos mecanismos de emissão de CO<sub>2</sub> fá-lo na perspectiva da redução de custos e obtenção de vantagens concorrenciais.

Assim, defendendo que o escopo lucrativo é corolário dos crimes de colarinho branco, e entendendo-se como escopo lucrativo a obtenção de qualquer vantagem pessoal ou comercial do agente, fará sentido notar que independentemente dos bens jurídicos violados, em bom rigor, serão crimes de colarinho branco os atos cuja prática passará pelo crivo da análise de motivações económicas, com repercussões pessoais e comerciais. Com isto, queremos veicular que não defendemos que o crime de colarinho branco seja

---

<sup>24</sup> Amaral defende que os crimes contra a ordem económica não se reduzem aos crimes financeiros e fiscais, mas sim a todos os atos nos quais se incluem aspetos fiscais cambiais, financeiros, relativos a sistemas de processamento e comunicação de dados, dignidade, liberdade, segurança e higiene no trabalho, abusos do poder económico, perturbação da livre concorrência, relações de consumo, economia popular e ambiente. **Amaral, Leonardo Coelho** (2003).

<sup>25</sup> Neste sentido *vide* Contributo de Coleman in ***Definitional Dilemma: Can and Should There Be a Universal Definition of White Collar Crimes?*** United States of America : Edited by Helmkamp, James; Ball, Richard; Townsend, Kitty - National White Collar Crime Center Training and Research Institute Morgantown, West Virginia, 1996.

consumido pelo crime económico-financeiro. Entendemos, porém, que possam integrar o conceito de colarinho branco as infrações que tenham repercussões na ordem económica. Isto porque, em bom rigor, a ordem económica é um bem-jurídico supraindividual. A adulteração dos mecanismos de emissão de CO<sub>2</sub> pela indústria automóvel, tem como consequência direta, e meditada, a degradação do meio ambiente. Porém, tal prática não fica alheada de aspetos económicos. Pois, para além de consubstanciar uma prática verdadeiramente restritiva da concorrência, pela criação de veículos supostamente mais ecológicos a menor preço e, conseqüentemente, conduzir à atribuição indevida de benefícios fiscais aos adquirentes de veículos “amigos do ambiente”, também está a travar o cumprimento das metas impostas pelo Protocolo de Quioto<sup>26</sup>, aumentando os encargos financeiros dos Estados contratantes, que serão sujeitos a sanções.

Com isto, pretendemos defender que são passíveis de integrarem o conceito de colarinho branco todas as condutas cujos efeitos se repercutam na ordem económica. Pois reiteramos, parafraseando Sutherland, os efeitos dos crimes de colarinho branco são potencialmente mais devastadores que os dos crimes comuns (Sutherland, 1940).

À perspetiva de obtenção de vantagens patrimoniais acresce a classe social do autor. E porque o termo colarinho branco foi criado a pensar na classe executiva, não fará sentido que o mesmo possa abarcar agentes de todas as classes sociais. Assim, e na linha de Sutherland, a posição social elevada também é corolário essencial da noção de colarinho branco, talvez ainda mais essencial do que a perspetiva de obtenção de lucro, pois o delinquente comum que furta o cobre dos fios eletricidade, para posterior revenda, também atua com fins meramente lucrativos. Porém, acreditamos que o crime de colarinho branco não esteja necessariamente associado à riqueza. Pois o conceito atual de riqueza não se compagina com a riqueza no tempo de Edwin Sutherland. Atualmente, os indivíduos da classe média ascendem a cargos de destaque, ocupando, por isso, posições de respeito, que não se confundem necessariamente com abundância monetária. O cerne do estatuto social do agente acaba por recair precisamente na ideia

---

<sup>26</sup> O Protocolo de Quioto é um tratado jurídico internacional que visa a limitação das emissões quantificadas de gases com efeito de estufa dos países desenvolvidos, tendo como princípio basilar o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Assim, o Protocolo, principalmente em alguns países desenvolvidos, apõe limites quantitativos de emissões. O não cumprimento das metas impostas gera um incumprimento suscetível da aplicação de sanções. Disponível Internet: <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=119&sub3ref=500>, consultado pela última vez em 16-12-2016.

de que esse agente se aproveita da posição de confiança, que ocupa na sociedade, para praticar crimes, sem que ninguém se aperceba, pois, citando Cruz,

*[...] neste tipo de ofensas o objetivo do autor não é esconder-se como autor do ato, mas esconder o próprio ato, pois este aparece camuflado sob a aparência de legalidade, o que exige inteligência, inovação, e até alguma complexidade na concepção de esquemas indetetáveis pelos sistemas de controlo existente. (Cruz, 2013b:57)*

São o poder, o estatuto e a imagem de respeitabilidade, que se mostram cruciais no crime de colarinho branco, de tal modo que o autor nunca é visto como criminoso, mas somente como infrator (Azevedo, *et al.*, 2013). Ou, nas palavras de Grabosky, um aproveitador de oportunidades (Grabosky, 2009).

Por outro lado, difícil será a tarefa de saber se o decurso da atividade é *conditio sine qua non* do crime de colarinho branco. Ainda que a associação de colarinho branco nos remeta imediatamente para a figura do executivo, acreditamos que o crime do colarinho branco possa ser praticado tanto no decurso da atividade profissional como fora desse contexto. Tal como Oliveira, que considera que os atos não têm de ser praticados no decurso da profissão, bastando que o indivíduo pertença a uma estrutura corporativa (Oliveira, 2012)<sup>27</sup>. Da nossa parte, parece-nos defensável que a noção possa abarcar os crimes praticados no exercício da profissão e por causa dela, *i.é*, que o acesso a um meio profissional de informação privilegiada, possa dotar o autor de técnicas e mecanismos aptos à prática de atos ilícitos. Tenha-se, a título de exemplo, a situação do *Principal-Agent*, ou problema do Agente-Principal, que retrata as situações, que ocorrem principalmente nas estruturas corporativas de grande dimensão, nas quais um Principal (chefe) delega num Agente (colaborador) competências que este último deverá exercer em nome, e representação do primeiro (Shah, 2014). Face à dimensão da estrutura empresarial, muitas vezes inexistente a possibilidade de o Principal exercer um controlo contínuo sobre a atividade do Agente. E quando as preferências de ambos não estão alinhadas, existe uma certa tendência para o Agente acabar por atuar no seu próprio interesse (Shah, 2014). Assim, o Agente, ao atuar no seu próprio interesse, com fins meramente lucrativos, e uma vez pertencente a uma classe executiva, que se situará

---

<sup>27</sup>Oliveira analisa a questão da estrutura em contraposição ao crime organizado. As estruturas do crime de colarinho branco são criadas de forma lícita e para responder a fins conformes com o direito, ao contrário das estruturas de crime organizado, que são criadas para responder a fins ilícitos. Para Oliveira, o autor de colarinho branco, para o ser, deve “*ser parte de um complexo que lhe é superior, por exemplo, uma empresa, o Estado, uma associação, enfim, um grupo ou classe de pessoas unidas por vínculo fático ou jurídico.*” Oliveira, José Ourismar Barros de (2012), p.165.

entre os níveis médio e superior da estrutura hierárquica da empresa será, nada mais, nada menos, que um autor de colarinho branco. Neste caso, o crime é praticado não no interesse da empresa, e de forma não consentânea com o seu espírito, mas por um colaborador que tendo acesso a informações e a mecanismos privilegiados, faz uso dos mesmos de modo a incrementar os seus benefícios.

Aqui chegados, cremos estar aptos para responder à primeira questão colocada: o que é um crime de colarinho branco? Parece-nos razoável defender que serão enquadráveis na noção de crime de colarinho branco todas aquelas condutas ilícitas, ou potencialmente ilícitas, que com vista à obtenção de vantagens patrimoniais -quer pessoais, quer negociais- sejam praticadas por indivíduos socialmente respeitados, integrantes de uma classe social média-alta ou, pelo menos, por indivíduos pertencentes à classe executiva, no decurso, ou por causa, do exercício da profissão.

Face ao exposto, o funcionário do posto de lavagem do carro de Albanese, em princípio, se retiver o dinheiro que recebeu dos clientes, não pratica qualquer crime de colarinho branco, por falta do preenchimento do requisito de elevado estatuto social. E se tal requisito não fosse importante, então cairia por terra a distinção entre os crimes de *white collar* e os crimes ocupacionais ou, no limite, entre os primeiros e os crimes de *blue collar*, que abarcariam exatamente as mesmas situações. Por sua vez, se o indivíduo que fugir aos impostos for um cidadão comum, também não cometerá um crime de colarinho branco. Mas se esse indivíduo for um elemento do Governo, uma figura pública, o administrador de uma Instituição de Crédito, o acionista de uma empresa ou o nosso gestor de conta, seguramente que o crime será abarcado pelo conceito de colarinho branco.

Fixados os limites daquele que consideramos ser o círculo de colarinho branco, impõe-se uma nova questão: o que distingue o autor de colarinho branco do delinquente comum? Weisburd, acredita que a figura do agente de colarinho branco só pode ser analisada à luz de um juízo de oportunidade, *i.é.*, cada indivíduo deve ser analisado à luz do crime a que se dedica (Piquero, *et al.*, 2009)<sup>28</sup>. Preferimos abstrair-nos desta posição,

---

<sup>28</sup> Por exemplo, segundo Weisburd, os indivíduos que cometem crimes de abuso de confiança são pessoas com elevados níveis de educação e têm postos de emprego estáveis. Os indivíduos que cometem fraude fiscal são tendencialmente menos instruídos que os primeiros e as taxas de desemprego associadas são mais elevadas. **Piquero, Nicole; Leeper, Weisburd; David** (2009). No mesmo sentido *vide* também **Sousa, Teresa; Cruz, José Neves** (2013).



caso contrário estaríamos a admitir que existem tantos tipos de autores de colarinho branco quantos os tipos de crimes ou infrações capazes de integrar a noção.

*“Who engages in white collar crime and why? An unimpressive tradition of positivist criminology has developed around these two questions. The only generalizations that can reasonably be made about the characteristics of white collar criminal are banal. White collar criminals are not likely to be juveniles and not likely to be female or poor. These generalizations are virtually true by definition, since juveniles, women, and the poor do not generally occupy the occupational roles required for white collar offending.”*

**Braithwaite, 1985<sup>29</sup>**

---

<sup>29</sup> Tradução nossa: “Quem envereda pelo crime de colarinho branco e porquê? Existe uma tradição da criminologia que se desenvolveu à volta destas questões. A única generalização que pode ser feita, de forma razoável, sobre as características do autor de colarinho branco é banal. Os autores de colarinho branco não são jovens e não são do sexo feminino ou pobres. Estas generalizações são virtualmente verdadeiras por definição, desde que jovens, mulheres e pobres, por regra, não ocupam os lugares requeridos pelo crime de colarinho branco”. Braithwaite, John (1985) p.4-5.

## Capítulo 2.º

### Quem é Autor de Colarinho Branco?

Atos ilícitos como a manipulação de mercados<sup>30</sup>, preenchidos por condutas como operações de natureza fictícia, *painting the tape*<sup>31</sup>, abuso de informação privilegiada ou crimes fiscais, que compreendem, por exemplo, a fraude carrossel do IVA<sup>32</sup>, fazem-nos aplaudir a intervenção de Edwin Sutherland, ao alertar o mundo de que a criminalidade e a pobreza não eram realidades indissociáveis, e que os crimes de colarinho branco poderiam ter efeitos catastróficos na ordem económica e social (Sutherland, 1940).

Já tivemos oportunidade de expor o nosso ponto de vista sobre quais as características delimitadoras dos atos ilícitos que podem ser absorvidos pelo conceito de crime colarinho branco, recortando o conceito, principalmente, à luz do *status* do agente e do fim último da sua atuação: a obtenção de lucro. Com efeito, e para além do óbvio estatuto social do agente, cumpre tentar perceber o que distingue o autor do colarinho branco do delinquente comum. Embora os autores mais recentes tendam a desistir de analisar essas diferenças (Dias, *et al.*, 2013a), por considerar que entre o autor de colarinho branco e o não delinquente não existem diferenças claras. Recordemos, aliás, o contributo de Morris, que defendia que os cidadãos *upperworld* eram iguais aos cidadãos não delinquentes (Morris, 1935). No entanto, e para que possamos formar as nossas próprias convicções acerca do autor de colarinho branco, analisaremos também a figura do delinquente comum, como modelo de comparação<sup>33</sup>. Para o efeito, percorreremos de forma breve, alguns contributos históricos sobre a perceção da figura do delinquente, com grande ênfase nos contributos das escolas sociológicas da criminologia. Contudo, serão feitas algumas alusões de índole biológica e psicológica.

---

<sup>30</sup> Denominação dada pelo legislador no artigo 667.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

<sup>31</sup> Neste sentido *vide* Pina, Cláudia (2012).

<sup>32</sup> Neste sentido *vide* Fonseca, Pedro Miguel (2006).

<sup>33</sup> Sem que, porém, vislumbremos alcançar respostas acerca da figura do delinquente comum.

## 2.1 O Autor de Colarinho Branco Existe

Para a Sociologia, o agente criminoso já foi visto como um objeto da ciência, por se distinguir do homem normal não delinquente, já foi tido como um doente, foi objeto de cálculos probabilísticos e analisado à luz do contexto familiar, social e cultural em que se inseria. Em qualquer um dos casos, partia-se da premissa de que o agente criminoso era pobre. Este pressuposto já não é preconizado em estudos mais recentes, sob pena de entrar em pura incongruência com algumas figuras já pacificamente aceites e contempladas pelas legislações mundiais.

Por exemplo, em Portugal, ainda que este exemplo não esgote os vários tipos de autores de colarinho branco, o Código dos Valores Mobiliários reconhece a existência de potenciais autores que em nada se parecem coadunar com a figura do delinquente à luz de certas teorias clássicas. Cláudia Pina descreve-nos um pouco a figura dos agentes contemplados pelo artigo 378.º do Código dos Valores Mobiliários, na pessoa dos agentes dos crimes de manipulação de mercados<sup>34</sup>. Divide-os em quatro categorias: os *corporate insiders*, os *temporary insiders*, os *insiders institucionais* e os *outsiders*, ou *tippies* (Pina, 2012). Enquanto os primeiros representam os acionistas, membros do conselho de administração ou membros do conselho fiscal das corporações, os *temporary insiders* são os indivíduos que acedem a informação dita privilegiada por força do desempenho da atividade profissional (Pina, 2012). Os *insiders institucionais*, por sua vez, são todos aqueles que obtiveram a informação de forma ilícita e, os demais, que tendo acesso a informação privilegiada usam-na, quer por transmissão a outrem quer por negociação ou aconselhamento, são os *outsiders* (*idem, ibídem*). A norma aqui em análise permite-nos concluir que o nosso ordenamento jurídico está consciente de que todos os indivíduos da empresa, dentro das várias camadas hierárquicas, são potenciais criminosos. Porém, reiteramos, pelo menos os *corporate insiders* e os *temporary insiders* em nada parecem se assemelhar ao delinquente comum, desenhado por autores clássicos.

---

<sup>34</sup> Vide artigo 378.º Código Valores Mobiliários.

## 2.2 De Beccaria à Escola Positiva Italiana

Em meados do século XVIII, e conforme nos ensina Beleza, num período prévio à Revolução Francesa, influenciado por sentimentos de liberdade e igualdade perante o Direito Penal (Beleza, 1998), Beccaria, com a célebre obra *Dei Delitti e Delle Pene*, datada de 1764, veio defender a eficácia punitiva dos Estados, prescrevendo penas fixas para todos os delitos (Cusson, 2007). Este autor, inspirado em sentimentos de dor e prazer, defendia que o criminoso era um ser racional, com livre arbítrio e vontade e, por isso, capaz de distinguir o bem do mal (Beleza, 1998). Desse modo, com base na ideia de que o crime era praticado num contexto de voluntariedade, com abstração pelas características do indivíduo, Beccaria defendia que em matéria de legalidade relevava apenas a utilidade e eficiência da pena, uma vez que a mesma, de caráter repressivo, representava uma verdadeira pena-castigo, capaz de afastar os indivíduos da vida do crime (Beleza, 1998).

Mais tarde, no século XIX, face ao aumento da criminalidade no mundo, fruto da industrialização, certos autores sentiram a necessidade de focar as suas preocupações na figura do criminoso, surgindo, então, a área da Criminologia (Faria, 2013). A origem da Criminologia deve-se a Lombroso, autor da famosa obra *L'uomo Delinquente* (Beleza, 1998; Faria, 2013), e o qual veio batizar a Escola Positiva da Criminologia.

Se para Beccaria o delinquente seria igual ao não delinquente, para a Escola Positiva o mesmo era visto como um Ser distinto, que devido a fatores biológicos, antropológicos, sociais e psicológicos, era impelido a entrar na vida do crime (Faria, 2013).

Lombroso, o mais emblemático autor da Escola Positiva, era um defensor do inatismo do crime (Lombroso, 2006). Porém, o ponto de partida dos vários autores desta Escola nem sempre era o mesmo<sup>35</sup>. Por exemplo, Garofalo aliava o crime há falta de sentimentos de piedade social do agente (Beleza, 1998).

Lombroso, como defensor da Biocriminologia<sup>36</sup>, analisava a figura do delinquente nato à luz das características do foro físico e psicológico, e encarava o crime como resultado

---

<sup>35</sup> Neste sentido *vide* Beleza, Tereza Pizarro (1998).

<sup>36</sup> A Biocriminologia diz respeito a correntes sociológicas, que baseavam o comportamento criminoso em fatores biológicos. Classicamente, o delinquente era analisado pelas suas características físicas, mas a evolução dos tempos levou a que os autores destas correntes acabassem por aceitar, de forma contemporânea, que a genética seria capaz de responder à análise da pessoa do delinquente. Apesar da alteração dos pressupostos das características do delinquente, a criminologia biológica teve como cerne o crime como produto inato. Hoje, esta ideia tem vindo a ser retomada através das teorias do Neurodireito.

anômalo de características naturais (Lombroso, 2006), uma vez que, como nos ensina Cusson, o delinquente pertencia a uma subespécie de *Homo Sapiens*, que se distinguia do “homem normal” (Cusson, 2007). Lombroso reconhecia a possibilidade de a aprendizagem ter influência no processo criminoso. Porém, o criminoso nato era um ser biologicamente degenerado ou anormal (Lombroso, 2006)<sup>37</sup>, que representava um “*fenómeno de regressão da própria espécie humana*” (Beleza, 1998:218). Conforme refere Beleza, da concepção deste autor fica-nos a ideia de que o criminoso, para além de perigoso, é um Ser doente (Beleza, 1998).

Porém, concordando com Faria: “*a verdade é que a procura das diferenças entre delinquente e não delinquente persiste até aos dias de hoje*” (Faria, 2013:21-22).

Ensina-nos Beleza que, na mesma linha de Lombroso, Sheldon e Eleanor Glueck, também ficcionaram, ainda que mais tarde, um padrão de delinquente, com recurso a características biológicas e psicológicas dos indivíduos, procurando demonstrar a existência de uma ligação estreita entre delinquentes, os quais se diferenciavam dos não delinquentes (Beleza, 1998)<sup>38</sup>.

Assim, os adeptos de Beccaria não distinguiam o delinquente do não delinquente pelo que os motivos que levariam os *corporate insiders* ou os *temporary insiders* a entrar na vida do crime dependeriam somente da eficiência das sanções que lhes seriam aplicáveis. Porém, a Escola Positiva considerava o delinquente nato um verdadeiro doente pelo que os *corporate insiders* e os *temporary insiders* teriam uma constituição física e biológica semelhante entre si, uma vez que se dedicavam aos mesmos crimes, mas diferenciadora em relação aos agentes que praticavam crimes de natureza distinta. Desde logo se vislumbram diferenças substanciais nas concepções de Beccaria e da Escola Positiva. Se a última Escola tendia em preocupar-se com a figura do agente, Beccaria ignorava quaisquer características da criminalidade, tratando o delinquente como um

---

Neste sentido *vide*, por exemplo, *Neuroética; Neurodireito e os Limites da Neurociência em* [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8691](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8691), consultado pela última vez em 14-01-2017.

<sup>37</sup> De referir que a concepção de “delinquente-doente” de Lombroso se reporta a um tipo de criminoso nato. Porém, o mesmo autor prescreveu outras tipologias de criminosos. Neste sentido *vide* **Lombroso, Cesar** (2006).

<sup>38</sup> Segundo Faria, para estes autores, os delinquentes seriam pessoas menos aptas a operar, em relação aos não delinquentes, e com uma menor estabilidade emocional tornando-se, por isso, mais enérgicos e agressivos, com uma expressão impulsiva e não refletida. **Faria, Rita** (2013).

Por sua vez, segundo Giddens, estes autores desenharam a figura do delinquente, à luz da sua natureza muscular, pois os indivíduos mesomórficos tinham uma maior propensão para o crime em relação aos indivíduos ectomórficos. **Giddens, Anthony** (1998).

Ser “normal”, que por ser capaz de distinguir o bem do mal, se tornava criminoso porque queria (Beleza, 1998).

Curiosamente, com a primeira abordagem realizada, deparámo-nos com uma concepção económica do crime, da autoria do economista Beccaria. Tal visão, quando comparada com a perspetiva de Lombroso, consegue elucidar-nos acerca dos diferentes pontos de partida da Sociologia da Economia. Se a Sociologia tende a investigar quais os fatores distintivos existentes entre a figura do delinquente e a do não delinquente, a Economia foca-se na atuação do agente no mercado, independentemente das suas características (Martínez, 1995). Com base numa análise utilitarista da pena, Beccaria apenas se preocupava com a atuação do indivíduo no mercado, defendendo que entre o delinquente e o não delinquente não existiam diferenças substanciais. Aliás, uma das críticas da Escola Positiva Italiana era a de que para Beccaria, o agente olhava para a lei e pensava: “se eu cometer este crime, vou ser punido” para posteriormente analisar os benefícios do crime, por comparação às perdas resultantes da aplicação da pena (Beleza, 1998).

Também Bentham, autor da Economia Clássica, partindo dos sentimentos de dor e do prazer, analisava a ação humana enquanto ação maximizadora de felicidade (Bentham, 1830). Estando a dor relacionada com o que é errado, e a felicidade com o que é certo, todos os indivíduos atuavam em prol da maximização da sua felicidade, ou da mitigação da sua dor, pelo que a utilidade de Bentham se define como:

*a propriedade de um bem tendente à produção de benefício, vantagem, prazer ou felicidade, ou apta a evitar a ocorrência de prejuízo, dor, mal ou infelicidade, para a parte para a qual o interesse concorre: se a parte representar a comunidade em geral, então também representará a sua felicidade*<sup>39</sup>. (Bentham, 1781:14-15)

O *Princípio da Utilidade* assenta o seu corolário na ideia de que toda a ação humana deve ser prosseguida, ou rejeitada, em função dos sentimentos que estimula, *i.é*, da capacidade de produzir o bem-estar das partes afetadas pela ação (Garcia, 2011). Deste modo, o consumidor vai maximizar a sua utilidade dentro das suas opções

---

<sup>39</sup> Tradução nossa de “By utility is meant that property in any object, whereby it tends to produce benefit, advantage, pleasure, good, or happiness, (all this in the present case comes to the same thing) or (what comes again to the same thing) to prevent the happening of mischief, pain, evil, or unhappiness to the party whose interest is considered: if that party be the community in general, then the happiness of the community: if a particular individual, then the happiness of that individual”.

orçamentárias, e a empresa maximizar o lucro dentro das suas possibilidades de produção (Steingraber, 2013). Assim, uma vez que a pena teria um caráter utilitarista, a severidade das punições legalmente previstas diminuiria o prazer, estimulando a entrada na vida do crime.

Curiosamente, Beleza tentou explicar as diferentes visões de Beccaria e Lombroso, acerca do crime, atendendo às características socioeconómicas da sua altura. Beccaria como membro da burguesia na época do Feudalismo e, por isso, classe inimiga da nobreza, na luta por um proletariado livre, partia de uma conceção equitativa do homem, que deveria ser tido por igual na luta pela maximização das suas necessidades, e consequente minimização do seu sofrimento (Beleza, 1998). Olhando para o crime de um ponto de vista utilitarista (*idem, ibídem*). Lombroso, um século mais tarde, membro da burguesia, já no poder, e inimiga do proletariado que a mesma criou, olha para o delinquente como um fruto da classe perigosa, condicionada desde nascença e, por isso, com uma tendência inata para violar as regras sociais, analisando o crime através de uma perspetiva antropológica (Beleza, 1998).

Outros autores da Escola Positiva, motivados por razões de caráter antropológico, acreditavam que os atos de criminalidade eram tendencialmente influenciados pelo meio social onde estavam integrados os agentes. Convocando, por isso, uma análise do crime, por referência a fatores sociais como a miséria, o ambiente familiar, a moral e a educação das pessoas (Beleza, 1998), levando o proletariado urbano a ser considerado uma classe criminosa que representava um perigo para a burguesia, a par de Lombroso<sup>40</sup>. Da análise de Beleza ressalta um contributo importante: a de que as diferentes conceções de delinquente podem estar necessariamente influenciadas pelas condições socioeconómicas de quem as concebe.

### **2.3 Características Demográficas do Delinquente Comum e do Autor de Colarinho Branco**

No capítulo anterior tivemos oportunidade de contextualizar a noção de colarinho branco, concluindo que só os indivíduos com um estatuto socioeconómico

---

<sup>40</sup> Neste sentido *vide* Nicotri, Gaspare; Ferri, Enrico, Criminal Sociology, 20 Am. Inst. Crim. L. & Criminology, 179 (1929-1930).



elevado, que entrem na vida do crime de modo a incrementar o seu património, podem ser considerados autores de colarinho branco. A partir daqui, sabemos que o estatuto socioeconómico do agente é o primeiro aspeto que em regra, separa o autor de colarinho branco do delinquente comum<sup>41</sup>.

Cruz e Santos, partindo de uma perspetiva qualitativa e quantitativa, elaboraram um quadro-resumo das características demográficas dos autores. Se por um lado o criminoso comum é jovem, de classe baixa, e maioritariamente do sexo masculino, o autor de colarinho branco, enquanto membro de classe social elevada, e maioritariamente do sexo masculino, pratica crimes, por volta dos quarenta anos (Santos, *et al.*, 2015). Não estranhámos que o crime de colarinho branco seja praticado durante a meia-idade dos agentes, pois as grandes oportunidades para praticar o crime não surgem, por norma, nos primeiros anos de labor. Por outro lado, facilmente se perceberá que a grande maioria dos autores de colarinho branco pertençam ao sexo masculino, pois o acesso a posições de destaque, entre homens e mulheres, não é equitativo<sup>42</sup>. O criminoso comum integra minorias étnicas e tem um baixo nível de escolaridade, que potencia a ação devido a situações de desemprego (Santos, *et al.*, 2015). O autor de colarinho branco pertence à “raça branca” e é dotado de altos níveis de escolaridade (*idem, ibidem*). O que não surpreende devido ao carácter técnico das infrações absorvidas pelo crime de colarinho branco. São pessoas socialmente bem integradas, por contraposição ao criminoso comum, e maioritariamente casadas (Santos, *et al.*, 2015). As taxas de reincidência falam-nos em 40% para crime de colarinho branco e 80% para o crime comum (*idem, ibidem*).

Um estudo de Shikida e Borillu demonstra que maiores níveis de formação estão relacionados com crimes contra o património, e em menor taxa com crimes contra pessoas, o que significa que existe uma maior tendência para pessoas instruídas praticarem crimes contra o património (Shikida *et al.*, 2007).

---

<sup>41</sup> Pese embora não se negue a possibilidade de indivíduos de estatuto socioeconómico elevado praticarem crime comuns. Porém, nesse caso, não atuam enquanto autores de colarinho branco.

<sup>42</sup> Neste sentido vide **Vicente, Marta**, *O género nas estruturas organizacionais: a diferenciação entre homens e mulheres na ocupação de funções, no acesso ao poder e nos salários*, CIES e-Working Paper N.º 153/2013, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa.

O interesse desta análise sumaríssima recai exatamente no ponto em que a caracterização do autor de colarinho branco parece não conseguir definir uma fronteira entre este último e o homem não delinquente. Tal como sugeria Morris, a patologia parece não ser o ponto de partida para a explicação do crime, porque o *upperworld* é o não delinquente (Morris, 1935). Porém, elucida-nos a Doutrina, que não há concordância entre os vários estudos, pelo que os resultados são muitas vezes contraditórios<sup>43</sup>.

## 2.4 A Personalidade Criminal

Eysenck, atribuindo grande importância à noção de personalidade, e introduzindo neste estudo a Psicologia na análise do crime, acabou por desenhar a figura do delinquente à luz dos níveis de neuroticismo, extroversão e psicoticismo (Eysenck, 1998). Atribuindo, por isso, uma conotação biológica ao comportamento do delinquente, que em nada se coaduna com a visão utilitarista do crime (Guedes, *et al.*, 2013b).

A personalidade seria o resultado da soma total de padrões de comportamento, efetivos ou potenciais, os quais eram determinados pela hereditariedade e pelo ambiente, desenvolvendo-se através da interação funcional dos setores cognitivo (inteligência), conativo (caráter), afetivo (temperamento) e somático (constituição) (Eysenck, 1998). Segundo este autor, o comportamento criminal não é inato, herdando-se somente particularidades cerebrais específicas que em conexão com fatores externos, aumentam a probabilidade de determinado agente cometer um crime (Eysenck, 1998).

Também Pinatel, autor da Teoria do Nó Central, defendia a existência de uma personalidade criminal. Um indivíduo teria uma personalidade criminal quando elevadamente verificadas, e de forma cumulativa, quatro características, comuns a todos os delinquentes: o egocentrismo, a agressividade, a labilidade e a indiferença afetiva (Pinatel, 1953). A verificação destas características seria capaz de delimitar a fronteira entre um delinquente e um não delinquente, que se distinguiriam não pela sua natureza, mas pelo grau de verificação das mesmas (Pinatel, 1953). Da noção de colarinho branco acolhida pelo FBI conseguimos excluir a violência dos crimes de colarinho branco pelo

---

<sup>43</sup> Neste sentido *vide* Guedes, Inês Sousa; Cruz, José Neves (2011; 2013a).

que, em princípio, num autor de colarinho branco o grau de verificação da agressividade não é muito elevado.

À primeira vista, e sem uma análise muito profunda, tende-se a pensar que “*no crime de colarinho branco, parece não haver uma teoria da personalidade associada*” (Guedes, *et al.*, 2011: 53). Porém, as teses de Eysenck e de Pinatel encontram algum reflexo em estudos recentes. Alaletho, parece atestar a ideia de que a personalidade é importante no crime económico, face aos resultados que obteve a partir do estudo *Economic crime: does personality matter*<sup>44</sup>. Este autor restringiu a sua análise à empresa, e através de uma amostra de 128 empresários, apelou às características do neuroticismo, extroversão e psicoticismo de cada indivíduo (Alaletho, 2003), características no passado apontadas por Eysenck e Pinatel. Tendo inovado por apelo à conscienciosidade, abertura à experiência e agradabilidade (Guedes, *et al.*, 2011). Assim, Alaletho acabou por concluir que existem três tipos de personalidade aliadas ao crime (Alaletho, 2003), corroborando Eysenck acerca da importância do temperamento dos indivíduos na análise do comportamento criminoso. Alaletho chegou a três tipos de empresário: i) empresário extrovertido positivo, que é conversador e espontâneo, mas manipulador e narcisista; ii) o empresário neurótico, que goza de uma baixa autoestima, conducente a uma grande influência externa nos seus comportamentos e, por sua vez, iii) o homem de negócios desagradável, o qual sente uma necessidade absoluta de que respeitem os seus costumes, e por isso, que o olhem com receio, mas que não é manipulador (Alaletho, 2003). Considerando que o empresário extrovertido é manipulador, acaba por reiterar os elevados níveis de egocentrismo do autor, tal como Pinatel. Talvez os *corporate insiders* possam encaixar no perfil do empresário extrovertido, enquanto titulares de cargos no primeiro degrau da hierarquia da empresa, psicologicamente dotados para convencer os demais a agirem em prol dos seus objetivos.

Um estudo mais recente, datado de 2006, e denominado por *Some Personality Correlates of Business White Collar Crime*<sup>45</sup> mostra-nos que existe uma relação positiva entre o crime económico e o autocontrolo do agente (Blickle, *et al.*, 2006). A premissa de que a capacidade de autocontrolo importa na análise do comportamento criminoso, obriga-nos convocar uma outra posição clássica, assumida nos finais do século XX, pelas

---

<sup>44</sup> Neste sentido vide Alaletho, Tange (2003).

<sup>45</sup> Neste sentido vide Blickle, Gerhard; Schlegel Alexander; Fassbender, Pantaleon; Klien, Uwe, (2006).

mãos de Gottfredson e Hirschi. Estes autores associavam a falta de capacidade de controlo, derivada de ausência de carinho ou disciplina nos primeiros anos de vida da criança, ao cerne da prática do crime (Gottfredson, *et al.*, 1990). Pois o crime era o resultado de condicionantes familiares, e não das vivências sociais (Gottfredson, *et al.*, 1990). Para estes autores, a capacidade de autocontrolo identificava-se com a capacidade de cada indivíduo para controlar os seus comportamentos, de modo a obter benefícios e evitar punições (Gottfredson, *et al.*, 1990).

Gottfredson e Hirschi propuseram a sua Teoria como uma Teoria Geral do Crime, defendendo que qualquer pessoa poderá cometer qualquer crime, não vislumbrando por isso, quaisquer razões para pensar que os autores de colarinho branco sejam naturalmente distintos dos demais criminosos (Gottfredson, *et al.*, 1990). Simpson e Piquero também defendem que os responsáveis pela prática de crimes de colarinho branco têm uma capacidade de autocontrolo exponencialmente mais elevada de que a do criminoso comum (Simpson, *et al.*, 2002).

Curiosamente, um estudo elaborado por Listwan, Voorhis e Piquero, datado de 2010, faz um paralelismo entre a personalidade de Eysenck e a questão do autocontrolo, tendo os seus autores concluído que os indivíduos neuróticos, *i.é.*, altamente ansiosos, defensivos e inseguros, tinham baixa capacidade de autocontrolo, reincidindo mais, pois a sua impulsividade não lhes permitia atingir os seus objetivos de forma lícita, recorrendo os mesmos ao mercado ilegal como alternativa à prossecução dos seus interesses (Listwan, *et al.*, 2010). Listwan acabou por atribuir um carácter económico às escolhas do delinquente impulsivo, que vê o mercado ilegal como a única via através da qual conseguirá satisfazer os seus objetivos (Listwan, *et al.*, 2010). Porém, e em sentido contrário, a maioria dos estudos indica que os autores de colarinho branco têm níveis de autocontrolo elevados (Sousa, *et al.*, 2013). Também Piquero e Simpson na esteira da escolha racional nas relações empresariais, analisaram a questão do desejo de controlo, acabando por concluir que nas relações dentro da empresa, os sujeitos com menor autocontrolo, acabam por falhar no processo acerca das consequências da prática do crime (Simpson, *et al.*, 2002). Por sua vez, os agentes com maior desejo de controlo, tendo uma visão mais repressiva sobre a forma como as suas condutas se poderão repercutir no futuro, fazem ponderações custo-benefício mais criteriosas, pelo que têm uma maior tendência para se tornarem verdadeiros autores de colarinho branco (Simpson, *et al.*, 2002).

Cusson também retomou uma das coordenadas de Eysenck, a cognição. Ao defender que um *know-how* fundado na experiência é “a arte que distingue um profissional de um amador” (Cusson,2007:121), acredita que o criminoso comum, baseado num esquema de racionalidade puramente objetivo, não trabalha o seu ato, atuando de forma quase rudimentar. Embora possamos admitir que existam crimes comuns com alguma carga de complexidade<sup>46</sup>. O autor de colarinho branco, por sua vez, ao agir com o exclusivo propósito de ver o seu património aumentado, as suas ações serão tão meticulosamente estudadas para criarem uma aparência de legalidade, que o crime pode chegar a ser fruto de um projeto de anos, no fim encapotado em transações de tal modo sofisticadas e complexas, que o tornam de difícil percepção (Cusson,2007). Este autor alia a perspectiva de obtenção de lucro à minúcia na preparação do crime, acabando por traçar uma linha entre a racionalidade objetiva do delinquente comum, e os esquemas complexos subjacentes ao crime de colarinho branco (*idem, ibídem*).

Porém, face à análise das características demográficas que definem o delinquente comum, e a um estudo de Shikida, datado de 2007, as pessoas mais velhas, e com mais experiência de vida, escolhem o mercado ilegal com maior ponderação do que indivíduos mais novos (Shikida, *et al.*, 2007), pois para estes últimos, o crime comum tende a ser visto como um meio de alcance de resultados imediatos, e “quanto mais imediatas são as consequências de um comportamento, mais forte é a sua influência sobre a motivação” (Cusson, 2007:115), razão pela qual os assaltos tendem a ser praticados pelos indivíduos de menor instrução e os crimes contra a concorrência tendem a ser cometidos por pessoas de elevado estatuto social (Cruz, 2013b). Apelando-se, desse modo, à conscienciosidade de Alaletho.

Uma outra característica que parece diferenciar o autor de colarinho branco do delinquente comum é o baixo nível de pensamento criminal. Walters e Geyer, numa tentativa de perceber quais as efetivas características que separam o delinquente comum do autor de colarinho branco, elaboraram um estudo tendo por amostra três grupos de reclusos, entre os quais: i) indivíduos condenados pela prática de crimes de colarinho branco; ii) indivíduos condenados pela prática de crimes de colarinho branco e crimes comuns e iii) indivíduos condenados somente pela prática de crimes comuns

---

<sup>46</sup> Pensemos, pois, nos assaltos, praticados nas autoestradas francesas, contra as limusines vindas do aeroporto para jatos privados nos arredores de Paris. Neste sentido *vide* <http://breaking100news.com/pt/mundo/assalto-em-autoestrada-perto-de-paris-rende-5-milhoes-de-euros/>, consultado pela última vez em 28-12-2016.

(Walters, *et al.*, 2004). Aperceberam-se que a grande diferença entre o delinquente condenado pela prática de crimes comuns, e o autor condenado por crimes de colarinho branco residia, exatamente, no pensamento criminal (Walters, *et al.*, 2004). E bem assim Ragatz, que nos ensina que no autor de colarinho branco verifica-se a permanência de comportamentos não típicos da vida criminal e, fundamentalmente, baixos níveis de pensamento criminal (Ragatz, *et al.*, 2010). Os baixos níveis de pensamento criminal também encontram suporte, em grande parte, na Teoria das Técnicas de Neutralização<sup>47</sup>. Pois em regra, os autores de colarinho branco não percecionam as suas condutas *contra legis* como crime, mas simplesmente como atos necessários ao normal funcionamento da Economia (Azevedo, *et al.*, 2013). Os autores, através de racionalizações apreendidas, visam neutralizar os seus atos, lançando mão a algumas técnicas de neutralização como a negação de responsabilidade, negação do dano causado pelo ato, negação da vítima, condenação dos condenadores ou apelo às lealdades superiores (Azevedo, *et al.*, 2013).

A título de curiosidade, de uma forma muito didática e original, Gino e Ariely ensinam-nos que existe uma correlação forte, entre a criatividade e a racionalização, defendendo que pessoas mais criativas tendem a ter comportamentos mais desonestos, recorrendo à sua imaginação para neutralizar as suas condutas (Gino, *et al.*, 2012). Se consideramos que essa possibilidade se pode colocar quanto ao autor de colarinho branco, talvez a sua astúcia e capacidade de neutralização, possa derivar dos seus jogos de imaginação.

Na esteira do egocentrismo e da indiferença afetiva do delinquente de Pinatel, alguns autores tendem a comparar a personalidade do autor de colarinho branco à personalidade psicopática<sup>48</sup>. Entre os quais, Babiack, um dos autores da obra *Snakes in Suits, When Psycopaths Go To Work*, que defende que face aos elevados níveis de hedonismo e narcisismo que se verificam nos autores de colarinho branco, muitos deles tendem a ser psicopatas, por se tratarem do amigo, amante ou o colega que todos querem, tal como o Psicopata Primário<sup>49</sup> (Babiak, *et al.*, 2012). Devido à falta de acesso a sentimentos, o psicopata engana os demais de forma tão natural, que os próprios enganados os reputam como pessoas interessantes, inteligentes e confiantes (*idem*, *ibídem*). Se no passado se acreditava que devido aos seus comportamentos narcisistas, o

---

<sup>47</sup> Vários autores defendem que a Teoria das Técnicas de Neutralização não é mais do que uma extensão da Teoria da Associação Diferencial. A título de exemplo *vide* Azevedo, Nídia; Cruz, José Neves (2013).

<sup>48</sup> Neste sentido *vide* Sousa, Teresa; Cruz, José Neves (2013).

<sup>49</sup> Psicopata analisado para efeitos criminais. Babiack, Paul; O'Toole, Mary Ellen (2012).

psicopata nunca seria profissionalmente bem-sucedido, Babiack não tem dúvidas de que o narcisismo do psicopata é interpretado, pelo público em geral, como astúcia, o que o torna o líder que todas as empresas desejam, pois, a aparência de astúcia facilita o acesso do psicopata a cargos de grande importância (*idem, ibídem*). E note-se, o próprio FBI admite existir um elevado risco de pessoas com tendências psicopáticas, e muitas delas CEO's de grandes corporações, praticarem crimes contra o mercado, dada a sua grande habilidade para iludir os auditores financeiros (*idem, ibídem*). No fundo, a psicopatia é vista como uma das causas psicológicas que podem levar ao crime, fundamentalmente ao crime de colarinho branco.

Em princípio, a psicopatia em nada se coaduna com a visão utilitarista de Beccaria, que adota uma visão económica do comportamento criminoso. Porém, é no contexto utilitarista e marginalista que se funda a Economia neoclássica, e na qual o *Homo Oeconomicus* é visto como o padrão de comportamento do agente no mercado.

Este *Homo Oeconomicus* é caracterizado por ser um indivíduo que utiliza as ferramentas matemáticas nas suas decisões de consumo, procurando maximizar o seu próprio benefício (Souza, 2014). É um Ser egoísta, desprovido de valores morais, e autómato, uma vez que obedece sempre aos mesmos princípios de racionalidade (Nunes, 2006b). Alheio a emoções ou graduações de vontade e à influência de variáveis temporais e eventuais efeitos boomerang decide, pois, de forma estática (Manzano-Arrondo, 2016).

E onde é que a Psicologia e o *Homo Oeconomicus* se cruzam? Desde logo, nas *Leis da oferta* e da *Procura*, nas quais se encontra um fundo de raiz psicológica, com base no princípio que a Psicologia apelida de hedonístico, que relaciona o egoísmo do homem com a busca pelo prazer momentâneo (Martínez, 1995). Curiosamente, Manzano-Arrondo defende que:

*se um Homo Oeconomicus real caísse na consulta de um Psicólogo clínico, ou de um Psiquiatra, o diagnóstico seria de psicopatia. Esperar-se-ia o mesmo resultado se este indivíduo cometesse o delito e, conseqüentemente, chegasse às mãos de um profissional de medicina forense ou de criminologia*<sup>50</sup>. (Manzano-Arrondo, 2016: 16)

---

<sup>50</sup> Tradução nossa de “Si un HoE real cayera en la consulta de un profesional de la psicología clínica o de la psiquiatría, el diagnóstico sería de psicopatía. Cabría esperar el mismo resultado si este individuo cometiera un delito y, a consecuencia de ello, llegara a manos de un profesional de la medicina forense o la criminología”.

Como tivemos oportunidade de perceber, ao tocar na questão da psicopatia, os adeptos de Babiack, e bem assim o FBI, acreditam que por detrás de muitos crimes contra a ordem económica existam verdadeiras mentes psicopatas, desprovidas de sentimentos, e que atuam de forma interessada na realização do seu bem-estar, em total abstração perante o bem-estar dos demais. Os adeptos de Babiack defendem que a psicopatia não é inata, mas sim capaz de se desenvolver nos primeiros anos de vida dos indivíduos, convolvando-os em Seres egoístas, narcisistas, maquiavélicos e sem piedade, porém, mantendo sempre um aspeto de normalidade (Babiak, *et al.*, 2012). Para Manzano-Arrondo, as características que descrevem o psicopata, parecem encaixar perfeitamente na descrição do *Homo Oeconomicus* neoclássico, o qual define como:

*um ser egoísta, coerente, universal, carente de emoções e empatia, centrado em maximizar os benefícios e em minimizar os custos, tendo o contexto em consideração (incluindo dos outros indivíduos) como um conjunto cumulativo de instrumentos e recursos para servir os seus objetivos, sendo incapaz de aprender com a experiência*<sup>51</sup>. (Manzano-Arrondo, 2016: 16)

Já concluímos que o autor de colarinho branco é tendencialmente narcisista, mais instruído, autocontrolado, astuto e minucioso. Atua em prol da obtenção de lucro, e tende a neutralizar a sua culpa. A luta pela obtenção de lucro não é mais do que promoção do bem-estar que a Economia apelida de maximização das necessidades (Nunes, 2006b). A sua astúcia também parece aproximá-lo da figura do psicopata. O *Homo Oeconomicus*, como agente estritamente racional, e não impulsivo, age de forma egoísta na busca pela maximização das suas necessidades, independentemente das emoções e preferências daqueles que o rodeiam. Porém, face aos baixos níveis de autocontrolo do delinquente comum, este parece não se identificar com o *Homo Oeconomicus* não impulsivo.

Se o FBI concebe a possibilidade de muitos autores de crimes contra o mercado serem psicopatas, sempre existirá a possibilidade de estudos empíricos demonstrarem que alguns autores de colarinho branco são verdadeiros psicopatas. Porém, aceitar que todos os autores de colarinho branco o sejam, seria retomar o crime a uma visão

---

<sup>51</sup>Tradução nossa de “[...]el HoE se corresponde con un ser egoísta, coherente, universal, carente de emociones y empatía, centrado en maximizar beneficios y minimizar pérdidas, que considera el contexto (incluyendo a los otros individuos) como un cúmulo de recursos o instrumentos para sus objetivos, e incapaz de aprender con la experiencia”.



patológica<sup>52</sup>. Até porque, se a tendência é equiparar o autor de colarinho branco ao homem não delinquente, subsumir a pessoa do autor de colarinho branco ao psicopata, era assumir que qualquer pessoa “perfeitamente normal”, ponderada nas suas decisões, e por isso com tendência a avaliar sempre os benefícios líquidos das suas condutas, seria psicopata.

Questão semelhante será a de sabermos se podemos restringir o autor de colarinho branco ao *Homo Oeconomicus*. Mas sobre a mesma pronunciar-nos-emos no capítulo 3.<sup>o</sup>.

## 2.5 Da Teoria da Anomia à Teoria da Escolha Racional

Apesar das várias considerações de índole psicológico, diversos autores, acreditam que os comportamentos de colarinho branco estão fortemente associados às situações nas quais o agente percebe hipóteses como a obtenção de lucros, ou a redução de custos, pessoais e negociais, e bem assim a possibilidade de vir a assegurar a sua permanência num mercado concorrencial. Pelo que o delinquente será igual ao não delinquente. Para além dos adeptos de Beccaria, esta ideia também encontra suporte na Teoria da Anomia, que foi inicialmente explorada por Durkheim. Partindo do suicídio como principal objeto de estudo, a Teoria da Anomia acabou por se revelar muito interessante quando aplicada ao mundo do crime. Segundo Durkheim, tanto em períodos de dificuldades económicas como em períodos de grande e acelerado crescimento económico, o número de suicídios aumentava (Durkheim, 2000). Com efeito, seriam os períodos de alteração económica, a principal motivação para a morte voluntária, pois os agentes não conseguiam reagir socialmente à própria alteração daquelas que eram as suas aspirações e desejos. Uma situação de desequilíbrio levaria à

---

<sup>52</sup> Também o Neurodireito, ou *Law and Neuroscience*, quase réplica contemporânea da Biocriminologia, encontra o seu ratio nos estudos na aplicação das alterações cerebrais aos processos de tomada de decisão, ou seja, na influência da Biologia na formação de juízos de valor e até nas mutações cerebrais que possam advir de traumas. Vide, por exemplo, *Neuroética; Neurodireito e os Limites da Neurociência*, consultado pela última vez em 29-01-2017. Disponível Internet: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8691](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8691)

anomia, *i.é*, a uma falta de regulação e orientação das pessoas pela rutura dos padrões sociais: o suicídio anómico (Durkheim, 2010)<sup>53</sup>.

Mais tarde, Merton, sociólogo americano, com a obra *Social Structure and Anomie*, datada de 1938, retoma a noção de anomia já explorada por Durkhiem, que etimologicamente falando significa ausência de normas<sup>54</sup>. Face à crescente importância da acumulação de excedente no *status* dos indivíduos, Merton reviu a exploração destas coordenadas (Merton, 1938). Partindo da premissa de que o dinheiro seria a medida do sucesso, para obter dinheiro, os americanos não olhariam a meios, mas tão somente aos fins da competição (Merton, 1938). Ou seja, conforme nos ensina Cusson, haveria um sobreinvestimento no sucesso em detrimento do respeito pelas normas (Cusson, 2007). E isso representaria a anomia. A tensão socialmente imposta na luta para o sucesso estimularia os indivíduos a desviarem-se do “caminho normal” e, por isso, a própria estrutura societária conduziria ao crime (Merton, 1938).

Aquela que parecia ser uma breve explicação da prática do suicídio redundou, no fundo, numa verdadeira Teoria Geral do Crime, segundo a qual o crime surge como um mecanismo social por via do qual os indivíduos maximizam o sucesso dentro das possibilidades que estão ao seu dispor, através do mercado ilegal (Cruz, 2013b). Mais, a Teoria da Anomia, ao conceber o crime como resultado da pressão exercida sobre o infrator, parece justificar a prática de condutas ilícitas, pelos trabalhadores das várias estruturas hierárquicas da empresa, que facilmente se sentirão pressionados a atuar ilicitamente, em benefício da empresa, de modo a não por em causa o seu posto de trabalho ou, simplesmente, de modo a assegurar uma eventual promoção na carreira. Merton frisava que Teoria da Anomia não visava a determinação de lucro como objetivo final do crime, mas somente enfatizar que o crime poderia ser um resultado da pressão na luta pelo sucesso (Merton, 1938). Porém, conforme ressaltam Figueiredo Dias e Costa Andrade, a Teoria da Anomia, falhou em não balizar quais as tensões sociais que promoviam os indivíduos a enveredar pelo crime (Dias, *et al.*, 1997)

Contudo, sendo o dinheiro a medida do sucesso, cremos que o mesmo consubstancia-se na luta pelo poder económico. No entanto, não podemos deixar de notar que Merton não deu corpo a esta Teoria em abstração pela pobreza (Merton, 1938). Pelo contrário, o

---

<sup>53</sup> De referir que a expressão Anomia será utilizada num contexto social. Não exploraremos o tema do ponto de vista do estado de espírito.

<sup>54</sup> Priberam, consultado pela última vez em 28-01-2017. Disponível internet: <https://www.priberam.pt/dlpo/anomia>

autor defendia que a delinquência era mais frequente em classes sociais com um menor acesso legítimo a bens e serviços (Merton, 1938). Outrossim, Merton não afastou completamente a possibilidade de os indivíduos das classes sociais mais elevadas praticarem crimes por procurarem mais sucesso, pois tal como afirma Cruz, o *american dream* nunca é alcançado na plenitude, uma vez que “*é sempre possível aspirar a mais*” (Cruz, 2013a:61).

Sendo a obtenção de lucro o fim último do autor de colarinho branco, não será de estranhar que os *corporate insiders* atuem à margem da lei, para garantir a sua posição na empresa. Também não se estranhará que os *temporary insiders* atuem em benefício dos *corporate insiders*, pois se a aspiração pela progressão na carreira mede o sucesso económico do trabalhador, este comete atos desviantes em benefício da empresa, quando estes para si reverterão.

Assim, de acordo com a visão utilitarista de Bentham e Beccaria, e da Teoria da Anomia, todos os indivíduos são potenciais autores, e entre um não delinquente e um autor de colarinho branco não existirão diferenças substanciais.

Porém, quanto mais elevado for o estatuto socioeconómico dos indivíduos, maiores serão as oportunidades colocadas no seu caminho. Pois tal como nos ensina Giddens, por vezes, às classes desfavorecidas são negadas oportunidades para progredir (Giddens, 1998). Um indivíduo integrante de um patamar médio-alto da estrutura hierárquica da empresa, terá mais oportunidades de lutar pelo sucesso e, por isso, de transgredir, do que o porteiro da empresa, no qual ninguém deposita expectativas de progressão na carreira. No fundo, a Teoria da Anomia, ao enaltecer o sonho americano, reage contra a Escola Positiva da Criminologia, e bem assim quanto à existência de uma personalidade criminal.

Uma vez que Merton aliava o crime a situações de pobreza, a Teoria da Anomia apelidou-se de sociológica. Porém, a sua base em pouco se parece distanciar de uma visão económica.

Gary Becker, retomando os padrões de consumo de Beccaria, a dor e o prazer, e o Utilitarismo de Bentham, deu corpo à Teoria da Escolha Racional, segundo a qual o agente criminoso é um Ser racional que procura maximizar a utilidade através de todas as suas decisões (Becker, 1974). A utilidade é representada pela suscetibilidade de certos bens satisfazerem necessidades, não constituindo uma qualidade inerente às coisas, mas resultando da posição de um, ou mais, “*sujeitos económicos, que sentem*

*necessidades, e que querem satisfazê-las através do emprego de certos bens*” (Martínez, 1995:106). Assim, o criminoso, não é mais do que um agente racional, que uma vez colocado num contexto de incerteza<sup>55</sup>, decide pela prática do crime exatamente nos mesmos moldes em que toma uma outra qualquer decisão (Rodrigues, 2007). Pois tal como defendiam os adeptos de Beccaria, o agente é uma pessoa normal, que pondera e decide dentro de uma estrutura de incentivos ou condicionantes (Viapiana, 2006).

Assim, o crime é praticado quando as consequências que dele advêm, *i.é*, os custos do crime, são inferiores ao preço que o agente teria que pagar para obter o mesmo bem por via do mercado legal (Patrício, 2015). Ou seja, o criminoso maximiza a utilidade, fazendo uma ponderação entre os benefícios e os potenciais custos do crime (Becker, 1974).

No primeiro contacto com o pensamento económico, somos alertados para dois grandes corolários: i) o agente económico age sempre enquanto maximizador das suas necessidades, num contexto de recursos escassos e, ii) a utilidade é relativa (Nunes, 2006a). De acordo com as premissas básicas da Teoria da Escolha Racional, a prática do crime, a par de qualquer outro comportamento, resulta de um processo de ponderação custo-benefício, independentemente do meio de onde venha o agente, considerando que *“o Ser Humano é reduzido à pura funcionalidade mercantil”* (Ziegler, 1999: 26).

Assim, os *corporate insiders* e os *temporary insiders*, entram na vida do crime quando o crime compensa.

## 2.6 A Teoria da Associação Diferencial

Com base num ponto de vista completamente diferente daqueles que temos vindo a apresentar, Edwin Sutherland, “pai” dos crimes de colarinho branco, é o responsável pela autoria da famosa Teoria da Associação Diferencial. Esta Teoria foi fortemente inspirada na Escola de Chicago, segundo a qual o crime resultava da

---

<sup>55</sup> Neste sentido *vide* **Cusson, Maurice** (2007), que defende que o crime pode ser racional quando, de forma cumulativa, i) se mostra um meio apto a alcançar determinados fins; ii) porque está apto às situações pré-criminais e iii) porque os conhecimentos e know-how acumulados são usados para a sua materialização. *Vide* também **Viapiana, Luiz Tadeu** (2006) que nos diz que para a Teoria Económica do Crime, o agente é um pessoa “normal” que decide num contexto de incentivos e condicionantes.

convivência entre os migrantes e imigrantes que chegavam à cidade de Chicago à procura de melhores condições de vida (Faria, 2013)<sup>56</sup>.

Sutherland edificou a Teoria da Associação Diferencial, como uma Teoria Geral do Crime, partindo da premissa de que o comportamento criminoso, a par de qualquer outro comportamento, é adquirido, através de processos de comunicação (Sutherland, 1992). A apreensão do comportamento criminoso realizar-se-ia dentro de grupos próximos aos indivíduos, através de processos de comunicação (Sutherland, 1992). Para Sutherland, a escolha pela vida da delinquência estaria necessariamente dependente do excesso de definições favoráveis à violação das normas, imperantes dentro do grupo, com isolamento para com os demais, ou seja, das associações diferenciais, as quais variavam em função da intensidade, frequência, duração e prioridade (Sutherland, 1992). Ainda que, como Payne fez notar, Sutherland não tenha definido nenhuma destas variáveis (Payne, 2012). Ao não imputar o crime há falta de socialização e a quaisquer eventuais disfunções cognitivas, Sutherland eliminou, desde logo, qualquer possibilidade do crime ser inato, de forma consentânea com as teorias de fundo económico. Assim, também o agente criminoso de Sutherland é um Ser igual ao não delinquente.

Ainda que possa parecer que Sutherland defendia que o comportamento criminoso era apreendido por repetição, Guedes ensina-nos que aquele autor se preocupou em afastar-se dessa premissa, apoiando-se na asserção de que, o processo de comunicação, *i.é*, de aprendizagem, implicava não só a apreensão da técnica como a racionalização das motivações para a prática do crime (Guedes *et al.*, 2013a). A Teoria da Associação

---

<sup>56</sup> O “boom populacional” sentido na cidade de Chicago no século XIX, motivou os estudiosos da Universidade de Chicago a formularem as suas correntes de pensamento à luz de soluções práticas capazes de fazer face aos problemas populacionais que enfrentavam, olhando para Chicago como uma cidade laboratório, onde os atos repetidos entre as pessoas eram minuciosamente observados e analisados, inclusivamente os atos criminosos. O crime era visto como o resultado da desorganização social pelo que a *Teoria das Zonas Concêntricas*, consubstanciada num modelo gráfico e geográfico, foi pensada para explicar o fenómeno do crime, através de uma construção empírica da estrutura da cidade, dividindo a mesma por zonas. A zona central, chamada de *loop*, representaria o chamado Central Business District, centro dos negócios. Por sua vez, a zona imediatamente adjacente, denominada por *zona de transição* representava a zona da cidade onde se fixavam os imigrantes e as camadas mais pobres, que num clima de competição por um posto de trabalho e no âmbito de menor acesso a serviços públicos essenciais, propiciavam há falta de laços de solidariedade e, por consequência, conduziam à formação de grupos favoráveis à delinquência. Através da divisão geográfica e, por consequência social, a teoria das zonas concêntricas partia do paradigma de que os delinquentes estariam todos concentrados na zona de transição, pelo que todos aqueles que nela passassem a residir, na altura quaisquer novos migrantes ou imigrantes, numa situação de precariedade e busca pela felicidade, acabariam por ser influenciados pelo ambiente aí imperante, o da propensão à delinquência, em hipotético isolamento perante as condições de vida e do ambiente social do *loop*. Neste sentido *vide* Faria, Rita (2013).

Diferencial, uma vez focada na interação em grupo, poderá revelar-se muito importante na explicação do crime de colarinho branco praticado dentro da empresa, pois,

*quem se dedica a um «comportamento desviante», ou a carreira criminosa, fá-lo essencialmente, não porque seja qualquer coisa de inato, como diria Lombroso, mas porque segue modelos que de alguma maneira o fascinam e o levam, a aprender certos fins a prosseguir, certos meios a utilizar e certas regras a respeitar”.* (Beleza, 1998:250)

Para além disso, “*no mundo dos negócios, a combinação de comportamentos lícitos com ilícitos, e a consciência dos indivíduos adapta-se às práticas que são comuns nesse ambiente.*” (Cruz, 2013b:58)

Assim, de acordo com a Teoria da Associação Diferencial, os *corporate insiders* e os *temporary insiders* tornam-se criminosos porque o ambiente da empresa é consentâneo com a prática de atos ilícitos, ao invés de premiar o cumprimento das normas (Faria, 2013).

Um grande *déficit* da Teoria da Associação Diferencial radica na ideia de que a escolha do caminho do crime estaria necessariamente dependente da exposição do indivíduo às definições favoráveis, em situação de isolamento. O que significa que os “*homens de negócios não estão apenas em contacto com definições que são favoráveis ao crime de colarinho branco, mas também estão isolados e protegidos contra definições que são desfavoráveis a esse tipo de crime*” (Guedes, et al., 2013b:97).

Não podemos entender, de forma imediata, como é que Sutherland parece ter dado tanto ênfase à questão do isolamento, desconsiderando inclusivamente a importância dos meios de comunicação social no processo de apreensão. Hoje, a pressão exercida pelos média sobre as pessoas e as instituições anula toda e qualquer situação de hipotético isolamento, pois o autor de colarinho branco conhece, ou pode conhecer com relativa facilidade, quais as definições desfavoráveis à prática do ilícito, principalmente no que respeita ao crime de colarinho branco, que parece estar no pódio da *Agenda Settings* dos média<sup>57</sup>. Para além disso, duvidamos que os valores éticos e morais que pautam a vida do trabalhador, fora da empresa, não concorram para o processo de decisão da prática do crime. Acreditamos que o ambiente empresarial “*é capaz de subverter outras*

---

<sup>57</sup>Agenda pública, ou *Agenda Settings*, diz respeito ao conjunto de temas/casos que os média pretendem dar especial ênfase, por estarem conscientes da controvérsia que gerarão entre os recetores da informação i.é, leitores ou telespetadores. Disponível Internet: [https://www.utwente.nl/cw/theorieenoverzicht/Theory%20Clusters/Mass%20Media/Agenda-Setting Theory/](https://www.utwente.nl/cw/theorieenoverzicht/Theory%20Clusters/Mass%20Media/Agenda-Setting%20Theory/), consultado pela última vez em 05-03-2016.

*associações e valores normativos que o sujeito tenha apreendido*” (Azevedo, *et al.*, 2014:189). E, por isso, defendemos que o ambiente empresarial terá a sua influência na decisão pela prática do crime, principalmente quando o crime é praticado no interesse da corporação, e não tanto nas situações que podem ser abarcadas pelos problemas do *Principal-Agent*<sup>58</sup>. Porém, a Teoria da Associação Diferencial não nos explica porque é que dentro de uma empresa consentânea com os comportamentos ilegais, existem indivíduos com cargos situados entre a estrutura intermédia e elevada da hierarquia da empresa, que não praticam crimes.

## 2.7 Súmula

De forma expositiva, não esgotámos as Escolas que se debruçaram sobre o comportamento criminoso, mas conseguimos abordar uma vasta gama de tendências de pensamento.

Começámos por abordar a visão de Beccaria, afincadamente marcada pela conceção utilitarista da pena (Beleza, 1998). Segundo a qual tendem a não existir diferenças substanciais entre o autor de colarinho branco e o delinquente comum.

Seguidamente, com fonte na Escola Positiva Italiana, analisámos o “delinquente-doente” de Lombroso, movido por razões de foro biológico e, por isso, distinto do homem não delinquente (Lombroso, 2006). Não concebemos o crime como fruto de patologia. De tal modo que concluímos que aceitar o autor de colarinho branco como um verdadeiro psicopata, seria retomar ao crime patológico.

De um ponto de vista demográfico, conseguimos perceber que os autores de colarinho branco são indivíduos de “raça branca”, de meia idade, e maioritariamente do sexo masculino. Estes autores são, também, socializados, astutos, e mais instruídos do minuciosos do que os delinquentes comuns.

Não desconsiderámos as características biológicas e psicológicas dos indivíduos, pelo que procedemos a uma análise de carácter psicológico, por alusão a diversos estudos, que parecem reconhecer características psicológicas comuns aos autores de colarinho branco. Perguntarão: existe uma personalidade criminal nos autores de

---

<sup>58</sup> Neste sentido *vide* Saha, Sunit (2014).

colarinho branco? “*É inconclusiva*” (Guedes, *et al.*, 2011:57). Por um lado, existem estudos que associam o comportamento do autor de colarinho branco a elevados níveis de neuroticismo e extroversão (Alaetho, 2003). Por outro, parece não existir uma dissociação entre o autor de colarinho branco e o não delinquente, face à sua capacidade de autocontrolo, à sua capacidade de discernir e aos seus baixos níveis de pensamento criminal (Ragatz, *et al.*, 2010).

Retomando uma visão económica do comportamento criminoso, introduzimos a Teoria da Anomia, de Merton. Embora a mesma tenha sido pensada para justificar o crime de rua, imputado às classes economicamente mais desfavorecidas, ao enaltecer a importância da acumulação de excedente como o resultado da luta pelo sucesso (Merton, 1935), tornou-se uma Teoria relevante na compreensão do crime de colarinho branco, pois na luta por mais sucesso, e mediante um maior leque de oportunidades de ascensão, os indivíduos têm tendência para maximizar as suas necessidades por recurso ao mercado ilegítimo.

E porquê ao mercado ilegítimo? A esta questão responde-nos a Teoria da Escolha Racional, sobre a qual nos pronunciaremos mais detalhadamente no capítulo 3.º. Porém, também a Teoria da Escolha Racional defende que não existem diferenças entre o delinquente e o não delinquente.

Por fim, mas não menos importante, aludimos à Teoria da Associação Diferencial, da autoria do “pai” dos crimes de colarinho branco, que abstrai o comportamento dos autores de qualquer aspeto biológico, sociológico, psicológico ou económico, explicando-o como uma consequência da exposição a condições favoráveis à violação das normas jurídicas e, por isso, não aceitando qualquer distinção entre o delinquente e o não delinquente (Sutherland, 1992).

Então, o que separa o autor de colarinho branco do delinquente comum? À partida, as primeiras grandes diferenças predem-se com o contexto sociológico e económico em que o autor de colarinho branco está inserido. Porém, bem se dirá, se não estivesse inserido num contexto socioeconómico elevado não seria um autor de colarinho branco. Por outro lado, não duvidamos de que existam crimes comuns a serem praticados de forma complexa. Ainda assim, se a maioria dos delinquentes comuns é dotada de pouca instrução, os crimes de colarinho branco serão necessariamente mais astuciosos e detalhados que os crimes comuns. E tal minúcia está igualmente relacionada com os



elevados níveis de autocontrolo<sup>59</sup> e de conscienciosidade<sup>60</sup> dos autores de colarinho branco. Contrariamente ao espírito impulsivo e objetivo do delinquente-comum, que muitas vezes encontra no crime uma forma fácil de assegurar a sua sobrevivência (Cusson, 2007).

Será a perspectiva de obtenção de lucro um fim em si mesmo, e por isso alheio a quaisquer outras condicionantes? Reger-se-ão os *corporate* e os *temporary insiders* por esta lógica meramente maximizadora?

Foi com base no sentimento de que o crime contra a ordem económica parece não se enquadrar nos padrões da criminalidade tradicional, que decidimos enveredar pela análise deste tema. Já tivemos oportunidade de conhecer algumas características que separam o autor de colarinho branco do delinquente comum, e o aproximam do não delinquente.

No entanto, terá que existir uma explicação para que um acionista se torne um verdadeiro *corporate insider*, e um outro acionista se mantenha no mercado legal, *i.é*, está na altura de percebermos porquê, ou quais as razões, que fazem com que apenas alguns potenciais autores de colarinho branco entrem na vida da ilicitude.

Em 1985, Braithwaite defendia que qualquer estudo relacionado com a noção de crime de colarinho branco deveria começar pela questão: porque é que as pessoas cometem crimes de colarinho branco? Porém, o mesmo autor confessava ter dificuldades em perceber porque é que existiam tantos homens de negócios consentâneos com o cumprimento da lei, quando os benefícios do crime de colarinho branco eram potencialmente elevados e os custos de detenção potencialmente baixos<sup>61</sup>. Para dar resposta à questão de Braithwaite, contaremos com os contributos da análise económica do comportamento criminoso, sobre os quais nos debruçaremos já a seguir, no capítulo 3.º. Pois embora existisse uma tendência histórica em isolar a Economia das demais ciências sociais, tal como nos ensina Martínez, “[...] a Economia tem de utilizar princípios que, vindos de outros ramos de conhecimento, acabam por inserir-se nas suas próprias estruturas lógicas, nelas ganhando vida e características próprias” (Martínez, 1995:35).

---

<sup>59</sup> Neste sentido vide **Gottfredson, Michael R; Travis, Hirschi** (1990).

<sup>60</sup> Neste sentido vide **Alaetho, Tange** (2003).

<sup>61</sup> Tradução nossa de “*given the greater reward and low risks of detection, why do so many business people adopt the economically irrational course of obeying the law?*” **Braithwaite, John** (1985), p.7.

*"The profit of the crime is the force which urges a man to delinquency: the pain of the punishment is the force employed to restrain him from it. If the first of these forces be the greater, the crime will be committed; if the second, the crime will not be committed"*

**Bentham, 1830<sup>62</sup>**

---

<sup>62</sup> Tradução nossa "O lucro do crime é a força que leva um indivíduo à delinquência: a dor da punição é a força empregada em impedi-lo disso. Se a primeira das forças for a maior, o crime será cometido; se for a segunda, o crime não será cometido". **Bentham, Jeremy** (1830), p.33

### **Capítulo 3.º**

#### **A Análise Económica do Crime de Colarinho Branco**

Até aqui apresentámos quais as características que tendem a separar o autor de colarinho branco do delinquente comum, o qual parece não se distinguir do não delinquente. À luz das características psicológicas, parecem existir alguns traços distintivos dos indivíduos que se tornam autores de colarinho branco. A Sociologia, contextualiza-nos acerca da posição que estes indivíduos ocupam na sociedade. Não obstante, mais do que eventuais características que possam preencher o perfil dos autores de colarinho branco, propusemo-nos a este trabalho com o intuito de perceber por que racionalidade se move o autor de colarinho branco, *i.é.*, porque é que estes indivíduos, representando uma classe de profissionais com elevado estatuto social, e com uma vida dita normal, decidem enveredar pela vida do crime?

E conforme nos ensina Martínez, a Economia, ao não considerar quaisquer características do agente ou do meio onde o agente económico está inserido, socorre-se frequentemente de conceitos sociológicos, pois não cabe à primeira analisar a figura do criminoso, mas simplesmente explicar a sua atuação no mercado (Martínez, 1995).

Para a análise económica, é indiferente se o comportamento criminoso integra o conceito de colarinho branco ou se, por sua vez, foi levado a cabo pela mão do vulgo delinquente comum. Isto porque, mais uma vez se reitera: o interesse da Economia reside na atuação maximizadora do agente no mercado (Nunes, 2006b), porque o crime representa um processo de escolha, a par de qualquer outro comportamento humano (Rodrigues, 2007).

Face à necessária complementaridade entre as matérias económicas e sociológicas na análise da figura do autor de colarinho branco, neste capítulo, analisaremos as razões que levam o autor de colarinho branco a entrar na vida do crime, à luz da Análise Económica do Direito. Recorreremos, para o efeito, a conceitos da Microeconomia, que nos ajudarão a compreender o que motiva, e como os autores de colarinho branco agem no mercado, de modo a perseguir o seu grande objetivo: o escopo lucrativo.

A citação que inaugura este capítulo, da autoria de Jeremy Bentham, é responsável por esta investigação, pois durante uma aula de Análise Económica do

Direito despoletou em nós uma luz, a de que o autor de colarinho branco poderia ser equiparado à figura neoclássica do *Homo Oeconomicus*, o qual já tivemos oportunidade de analisar à luz da psicopatia. Sem que, porém, tivéssemos percebido se existe uma sinonímia entre o autor de colarinho branco e o *Homo Oeconomicus*.

Relembramos que Jeremy Bentham, “pai” do Radicalismo Filosófico Inglês, e autor da Escola Clássica, foi um grande admirador da área jurídica, principalmente do crime (Denis 1990). Com base na ideia de que o comportamento humano era conduzido em função dos sentimentos de dor e prazer, criou uma fórmula matemática tendente ao cálculo destas duas sensações (Denis, 1990). Porém, face à complexidade da mesma, a sua incapacidade de verificação empírica não lhe permitiu grande acolhimento por parte de outros autores. Na verdade, ensina-nos Denis, de que Bentham nunca fez uma associação direta entre o dinheiro e o prazer (Denis, 1990). Porém, foram encontrados manuscritos do autor inglês, nos quais se podia ler que a soma do dinheiro que um indivíduo está disposto a pagar para obter prazer ou evitar dor, são a medida desse prazer ou dessa dor (*idem, ibídem*).

### **3.1A Teoria da Escolha Racional à Luz da Corrente Marginalista**

Difícilmente poderemos iniciar uma análise microeconómica do crime sem apelar à Corrente Marginalista. Foi com a Revolução Marginalista que surgiu o termo “racionalidade” na ciência económica, o qual, embora já tenha sido alvo de revisões, parece continuar a pautar o comportamento do agente no mercado.

A Revolução Marginalista deu-se a partir do ano de 1870, e introduziu no mundo da Economia, uma preocupação relacionada com os requisitos da afetação eficiente de recursos existentes em quantidades limitadas. Os adeptos da Corrente Marginalista adotaram como critérios da afetação de recursos: a eficiência, a maximização e a satisfação dos consumidores, em ignorância absoluta pelo contexto social do qual decorrem as relações de produção (Nunes, 2006b). Pois todos os fatores sociais e psicológicos estão agrupados numa classe, à qual se dá o nome de “preferências” (Nunes, 2006b).

Segundo a Teoria Marginalista, numa situação de consumo, a satisfação total que o agente retira do consumo de um bem é denominada por utilidade total (Martínez, 1995).

Por sua vez, a utilidade que um agente retira do consumo de unidades sucessivas desse mesmo bem, diminui à medida que o seu consumo aumenta, e a essa variação de satisfação com o consumo adicional denomina-se de utilidade marginal (*idem, ibídem*).

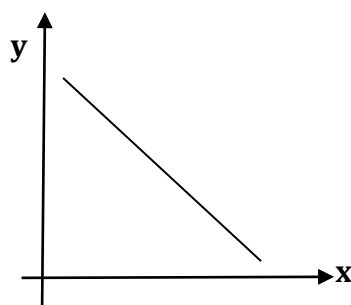
Numa relação de consumo, o bem vai ser consumido se a satisfação que provocar no agente compensar em relação ao preço que esse mesmo agente pagou na sua aquisição. Isto porque, segundo a *Lei da Procura*, a quantidade procurada de um bem varia na razão inversa do respetivo preço (Varian, 2015). Quando o custo de um bem é reduzido, muitas pessoas tenderão a procurar consumi-lo. Por sua vez, à medida que o seu valor vai aumentando, o número de pessoas que o deseja diminui. Ou seja, o preço do bem é capaz de influenciar a sua procura, e quanto menor o valor que o indivíduo necessita de despendar para consumir determinado bem, maior o número de indivíduos que o deseja consumir (Varian, 2015).

De acordo com este raciocínio marginalista, o autor, tal como o consumidor, só estará disposto a praticar o crime quando este compensar, ou seja, quando for apto a maximizar a utilidade esperada, o que só acontece quando os benefícios do crime são superiores aos seus custos. E tenhamos por benefícios do crime, os “*ganhos monetários e psicológicos proporcionados pelo crime*” (Viapiana, 2006:37), e por custos:

*a probabilidade de um indivíduo que comete o crime ser preso, as perdas da renda futura decorrentes do tempo em que estiver detido, os custos diretos do ato criminoso e os custos associados à reprovação moral do grupo e da comunidade em que vive. (idem, ibídem)*

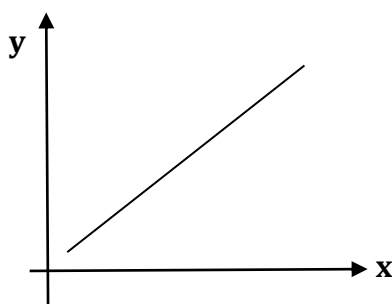
Deste modo, à luz desta conceção microeconómica, o crime surge como a realização de preferências individuais, independentemente da sua incompatibilidade com as preferências das vítimas e demais agentes da sociedade (Patrício, 2015). Ou seja, o crime é praticado quando os benefícios marginais que dele advêm são superiores aos custos marginais.

E como nos ensina Mendes, ao considerarmos custos e ganhos estamos, de forma simultânea, a considerar a procura e a oferta do crime (Mendes, 1997). Assim, sendo  $y$  o número de crime praticados, e  $x$  o preço a pagar pela sua prática, quanto maior o preço do crime, menor será a sua procura, tal como exemplificado na Figura 1 *infra*.



**Figura 1** – A Curva da Procura e o Crime<sup>63</sup>

Ou seja, se os custos do crime forem muito elevados, em princípio, a procura pela vida da criminalidade tenderá a diminuir, pois os autores procurarão aumentar o seu património por via do mercado legal, tal como nos sugere a *Lei da Oferta* (Mendes, 1997). Segundo esta última, a quantidade oferecida de um bem varia na razão direta do respetivo preço (Varian, 2015). Sendo  $y$  o número de crimes praticados e  $x$  o ganho proveniente desses crimes, quanto maior o ganho do crime, maior a sua atração, conforme Figura 2 *infra*. O que significa que aumentando a utilidade marginal de um bem pelo recurso ao mercado ilícito, quando em comparação ao ganho esperado por via do mercado lícito, maior será a probabilidade do crime ser cometido (Mendes, 1997).



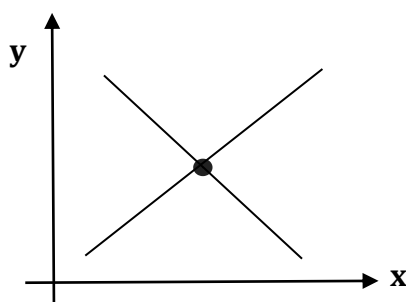
**Figura 2** – A Curva da Oferta e o Crime<sup>64</sup>

No fundo, nada do que aqui dissemos relativamente à corrente marginalista parece distanciar-se dos contributos da Teoria da Escolha Racional, que introduzimos no

<sup>63</sup> Na realidade, a curva da Procura tem um formato côncavo, pelo que a Figura 1 tem um propósito meramente ilustrativo.

<sup>64</sup> Na realidade, a curva da Oferta tem um formato côncavo, pelo que a Figura 2 tem um propósito meramente ilustrativo.

capítulo anterior<sup>65</sup>, e segundo a qual o delinquente não tem predisposição natural para o crime, porque o crime é um comportamento igual a todos os outros (Rodrigues, 2007), que depende de um juízo de ponderação custo-benefício, pelo que o seu ponto ótimo se encontra onde a curva da procura e a curva da oferta se cruzam (Mendes, 1997), conforme ilustrado na Figura 3.



**Figura 3** –Ponto Ótimo do Crime

**Fonte:** Mendes (1997: 53 *apud* Hellman,1998)

Caracterizando-se o autor de colarinho branco por baixos níveis de impulsividade e elevados níveis de conscienciosidade, e praticando o crime com o objetivo final de ver o seu património aumentado, o mercado ilegal surge como um meio apto que o indivíduo tem ao seu dispor para conseguir a maior maximização das suas necessidades, ainda que, como Ragatz faz notar, o autor não se veja como criminoso, dado o seu baixo nível de pensamento criminal (Ragatz, *et al.*, 2010).

No capítulo anterior, ao analisarmos as variáveis demográficas que parecem separar o autor de colarinho branco do delinquente comum, percebemos que as taxas de reincidência dos autores de colarinho branco tomam valores baixos, quando comparadas às taxas de reincidência do delinquente comum (Santos, *et al.*, 2015). Ensinam-nos os marginalistas, que à luz da *Primeira Lei de Gossen*, a utilidade das primeiras doses que consumimos de um bem é superior à utilidade das doses que consumimos a seguir, pelo que o consumo das primeiras unidades de um bem provoca uma satisfação adicional superior no agente (Varian, 2015). A esta variação de capacidade de satisfação, dá-se o nome de utilidade marginal (Martínez, 1995). Assim,

---

<sup>65</sup> Vide capítulo 2.º.

em qualquer relação de consumo chega-se ao ponto de saciedade, *i.é*, “*aquele ponto a partir do qual a necessidade deixa de ser sentida*” (Martínez, 1995:107). Pelo que o consumo de uma unidade extra de determinado bem, deixa de produzir benefícios e passa a representar um custo, não estando o consumidor disposto a pagar tanto pelo mesmo bem. Assim, a utilidade marginal caracteriza-se pela “*utilidade da última dose de um bem empregado na satisfação de uma necessidade*” (*idem, ibidem*). E num mundo de recursos escassos, a utilidade marginal de cada unidade homogênea de um bem decresce com o aumento da oferta desse mesmo bem: *Lei da Utilidade Marginal Decrescente* (Martínez, 1995).

Pelo que quanto maior a quantidade de bens em circulação no mercado, menor o valor que cada indivíduo atribuirá a esse bem pois, em princípio, a sua utilidade marginal é cada vez menor.

Com base neste raciocínio, e conforme ilustrado na Figura 3 *supra*, chega-se ao ponto ótimo do crime quando, a partir do mesmo, a prática de um crime adicional já representa mais custos do que benefícios (Mendes, 1997), sendo a curva dos benefícios marginais decrescente, pois há uma diminuição na procura do mercado ilícito quando o preço do crime aumenta.

A realidade tem-se encarregado de nos mostrar que os processos de criminalização vão-se sedimentando com o desenvolvimento das tecnologias e das sociedades, o que faz com que determinadas condutas, frequentemente levadas a cabo no passado, em violação da ordem económica, como por exemplo a recorrente fraude fiscal, sejam hoje menos tentadas, pois a consciência dos ordenamentos jurídicos perante este tipo de prática estimula a uma crescente aplicação de medidas tendentes a evitá-las, ou seja, os ordenamentos jurídicos tendem em aumentar os custos marginais do crime. E de que modo é que esta lógica se repercute no crime de colarinho branco? Se um autor de colarinho branco, na sua luta pelo poder, passar cinco anos a preparar o crime perfeito, do qual percecione lucros abastados, e o qual leva a cabo com sucesso, o custo de preparação do crime, será amplamente compensado, pois o sucesso que tanto tempo ambicionou foi conseguido. Porém, à medida que o tempo passa, e que se vai preparando para a prática de novos crimes, se os ordenamentos jurídicos forem ganhando mais consciência dos crimes praticados contra a ordem económica, estão a aumentar os custos marginais do crime e, por isso, a diminuir a sua procura, até ao



ponto em que a utilidade e a desutilidade do crime de colarinho branco tomam valores iguais. Nesse ponto, o crime deixa de compensar, pois a tendência é que os seus custos trespasssem os seus benefícios falando-se, por isso, em utilidade marginal decrescente. Se o autor de colarinho branco, ao longo do tempo em que se prepara para a materialização de novos crimes complexos, pressente uma diminuição dos benefícios marginais do crime, tenderá a afastar-se da vida criminosa, ainda que não a perceçione como tal. Pois tem uma imagem de respeitabilidade a manter e sabe que pode ter muito a perder com a possibilidade de detenção e de condenação em praça pública, pelo que prefere não reincidir<sup>66</sup>. Até porque, sendo o autor de colarinho branco um perseguidor de escopo lucrativo, de modo a evitar perdas substanciais, estará disposto a suportar cada vez menos custos por cada unidade adicional de crime.

A esta utilidade marginal decrescente, Martínez apelida de desutilidade, defendendo que existem motivos para a prática do crime quando o resultado da divisão da utilidade pela desutilidade for igual ou superior a um (Martínez, 1995). Assim, “*a desutilidade aumenta com o aumento de esforço*” (Martínez, 1995:110).E,

*haverá um momento em que a pena a suportar para produzir uma nova dose de bem será igual à utilidade dessa mesma dose. A partir desse momento a produção económica deixa de ter interesse. Porque a utilidade do bem não cobre o seu custo.* (Martínez, 1995: 112)

Aliás, diz-nos este autor, que no esforço de natureza intelectual, que é o esforço tendencialmente desenvolvido pelo autor de colarinho branco, existe uma tendência para a sensação de prazer inicialmente experimentada ir diminuindo de intensidade, até se transformar numa situação penosa (*idem, ibídem*). Razão pela qual, muitas vezes, o autor de colarinho branco, preferirá não reincidir. Pois tal como sugere a Teoria da Escolha Racional, o autor de colarinho branco, na qualidade de consumidor, consegue ordenar as oportunidades que tem ao seu dispor, em cada momento, como possíveis escolhas (Maltez, *et al.*, 2013).

Por outro lado, sempre se pode equacionar que a possibilidade de ganhar dinheiro, para o autor de colarinho branco, seja um vício. Se o escopo lucrativo ativar no cérebro de um autor de colarinho branco exatamente as mesmas zonas que a cocaína

---

<sup>66</sup> Aliás, um estudo datado de 1973, da autoria de Sjoquist, fazendo um teste ao comportamento racional, acabou por concluir que no que concerne aos crimes contra o património, ainda que o crime de colarinho branco não se esgote neste tipo de ilícitos, o crime diminuiu com o aumento da severidade da pena. Nesse sentido *vide* **Mendes, Sílvia M.** (1997).

ativa no cérebro de um toxicodependente, não será a curva da utilidade marginal do crime crescente? No fundo, mais dinheiro significa mais poder, mais um barco, mais um avião ou mais um casarão. Porém, preferimos afasta-nos desta hipótese, a qual não merecerá mais desenvolvimentos pela nossa parte.

Assim, pugnado pela ideia que a curva da utilidade marginal do crime é decrescente, se as contrariedades à prática do crime forem significativas, tal como nos ensina Bentham, provavelmente o crime nunca chega a ser praticado (Bentham, 1830).

Face a todo o *supra* exposto, o agente económico, racionalizando os seus atos na medida daquelas que são as suas perceções, não atua de forma impulsiva. O autor de colarinho branco, que sabemos ter grandes capacidades de autocontrolo, também parece afastar-se do comportamento impulsivo.

Em bom rigor, por alusão à Corrente Marginalista e à Teoria da Escolha Racional, não conseguimos fazer uma distinção clara entre o delinquente comum e o autor de colarinho branco. E curiosamente, embora a Teoria da Escolha Racional se diga capaz de justificar todo e qualquer comportamento criminoso, para além das oportunidades dos indivíduos diminuírem com o aumento da pobreza, tal como defende Cusson, as razões que levam um indivíduo a praticar um assalto não se podem reduzir a uma lógica puramente económica, pois o preço a pagar pela punição, *i.é.*, a certeza das sanções formais, na maioria das vezes, pode tornar o lucro do crime quase irrisório (Cusson, 2007). Mais, um estudo realizado por Carrol, sobre uma amostra de indivíduos, apresenta-nos os seguintes resultados: 50% dos inquiridos apenas consideravam o dinheiro, ignorando todos os outros fatores, 24% tinham em conta a severidade da pena, 17,7%, a probabilidade de sucesso e 7,6% a probabilidade de serem apanhados (Carrol, 1978). Ou seja, metade dos inquiridos, tendo como ponto de satisfação o dinheiro a angariar por força do assalto, pareciam dar pouca importância aos outros fatores em análise, o que significa que os assaltos eram praticados num contexto de limitação, e à revelia da análise de todos os benefícios e desvantagens que deles poderiam advir.

Assim, o delinquente comum parece não procurar a melhor das decisões, mas sim satisfazer algumas pretensões mínimas.

Também com base na ideia de Viapiana, de que o crime é um resultado de trocas intemporais (Viapiana, 2006), parece existir uma rotura entre o autor de colarinho branco e o delinquente comum, pois o primeiro estudará o crime de forma tão detalhada, que se perceber que a opção B, no futuro, lhe traz menos custos do que a A,

escolherá a opção B. Por sua vez, o delinquente comum, movido por instintos impulsivos, escolhe a opção A, projetando os custos da sua ação no futuro. E, na verdade, estando o delinquente comum tradicionalmente ligado a situações de desemprego e pobreza, os custos marginais do crime também podem ser vistos como irrisórios, pois entre “mendigar”, ou ser condenado a pena de prisão, o indivíduo pode nada ter a perder em ser preso (Cusson, 2007).

Porém, reitera-se, distinguir o autor de colarinho branco do delinquente comum não é o papel da Economia, que apenas se preocupa em perceber de que modo é que o agente se comporta no mercado. Para efeitos de análise do agente, contamos com os contributos até então emanados no desenvolvimento dos anteriores capítulos.

A relevância da Economia nesta matéria prende-se com a análise das razões que aparentemente estimulam as pessoas, sem carências económicas e fora de situações de desemprego -indícios económicos tradicionalmente aliados ao crime comum<sup>67</sup>- a entrar na vida do crime. Aparentemente a única razão denomina-se de lucro.

Porque é que só alguns indivíduos perseguem o lucro por via do mercado ilegal?

### **3.2 A Racionalidade Limitada e o *Behavioral Man***

O *Homo Oeconomicus* conta com uma racionalidade perfeita, pois acede à totalidade da informação em todo e qualquer contexto, à qual Manzano-Arrondo chama de ignorância, pois é tão obstinado, que se torna incapaz de aprender, *i.é*, de considerar as consequências dos seus atos em decisões posteriores, uma vez que decide sempre da mesma forma (Manzano-Arrondo, 2016). Segundo este autor, a falta de capacidade do *Homo Oeconomicus* para rever os seus comportamentos torna-o intelectualmente desfavorecido e, por isso, apenas capaz de racionalizar sobre assuntos específicos, de índole mercantil, pois os demais temas ficam entregues ao seu défice de formação e de informação (*idem, ibídem*). Porém, os adeptos da Teoria da Escolha Racional consideram que todas as decisões humanas têm caráter mercantil, pois o Homem decide pela contraposição dos benefícios e custos das suas ações (Patrício, 2015).

---

<sup>67</sup> Neste sentido *vide* Garay, Luis David Ramírez (2014).

Será o agente económico da Teoria da Escolha Racional o *Homo Oeconomicus*? Existe uma tendência generalizada nesse sentido. Aliás, Herbert Simon, com base na ideia de que a racionalidade humana é limitada, defende que o agente económico decide sempre num contexto de informação imperfeita e lacunar (Koblitz, 2008). Apresentando-se como uma dos maiores críticos da Teoria da Escolha Racional (Maltez, *et al.*, 2014).

Se a totalidade da informação é inatingível ao Homem, o indivíduo não vai tomar a decisão ótima, mas sim uma decisão que o satisfaça, dentro das possibilidades que tem ao seu dispor<sup>68</sup>. Porque o processo de tomada de decisão não é linear (Franco, 2010). Para Simon, a racionalidade limitada não é uma teoria, senão uma advertência para a ciência económica, de que a atuação do homem no mercado deve ser analisada à luz da realidade, e não por recurso a um *standart* desatualizado<sup>69</sup>. Ainda assim, a sua conceção de racionalidade limitada parece ter-se tornado um pressuposto das escolas que rejeitam a atuação do *Homo Oeconomicus* (Koblitz, 2008).

A exposição deste autor acerca da racionalidade limitada parece ter-lhe valido o Prémio Nobel da Economia, em 1978, como forma de diferenciação da correlação necessária entre o pensamento económico e o pensamento estritamente racional. No fundo, Simon, ao reconhecer as debilidades cognitivas do indivíduo, acaba por apelar à Psicologia, introduzindo na racionalidade: a emoção, a aprendizagem e a formação de expectativas (Koblitz, 2008).

Os contributos de Simon relativos às limitações da racionalidade, acabaram por ser acompanhados por outros autores, entre os quais Kahneman e Tversky, autores da Teoria da Prospetiva. Que em 1979, apresentaram evidências de que as questões psicológicas e emocionais têm influência nos processos económicos, dando especial relevo à importância do risco de perda no processo decisório (Kahneman, *et al.*, 1991). Segundo estes autores, a decisão económica passa por uma ponderação entre um lado racional e um lado intuitivo, pois a cognição humana é constantemente enviesada (Kahneman, *et al.*, 1991). E nesse sentido Saraiva, segundo a qual,

*da observação e experiências realizadas por psicólogos e economistas comportamentais, baseadas nas evidências neurológicas de que o Homem recorre a dois sistemas cognitivos diferentes — um reflexivo outro intuitivo —, sobressai que os*

---

<sup>68</sup> Neste sentido *vide* Entrevista a Herbert Simon, Os limites ou fronteiras da Racionalidade - Herbert Simon. *WildClue*. s.l. : youtube, publicado em 29 -11- 2008, consultado pela última vez em 21-01-2017.

<sup>69</sup> Neste sentido *vide* Entrevista a Herbert Simon, Os limites ou fronteiras da Racionalidade - Herbert Simon. *WildClue*. s.l. : youtube, publicado em 29 -11- 2008, consultado pela última vez em 21-01-2017.

*agentes económicos sofrem, além da interferência emocional, de limitações ao nível da vontade e da racionalidade e de distorções cognitivas reiteradas, pese embora ainda não se consiga apurar com certeza o que (leia-se características pessoais e elementos contextuais) determina, no caso concreto, enviesamentos.* (Saraiva, 2014:3167)

E com base na Teoria da Prospetiva, também a Economia Comportamental, ou Teoria Behaviorista<sup>70</sup>, tende em rejeitar a atuação do *Homo Oeconomicus* no mercado. Partindo de uma perspectiva da Psicologia, esta Teoria ocupa-se da análise de comportamentos observáveis, num contexto de mercado, os quais possam ser analisados em termos de estímulo e resposta (Moraes, 2003). Desse modo, os seus adeptos fazem a conduta humana depender de três aspetos essenciais: *bounded rationality*, *bounded willpower* e *bounded self-interest*<sup>71</sup> (Sunstein, *et al.*, 1998). Pelo que defendem que o *Homo Oeconomicus* neoclássico já não consegue explicar o comportamento do agente económico no mercado.

Então, como é que o homem real se distingue do *Homo Oeconomicus*?

*“A atividade delituosa revela-se uma desconcertante combinação de racionalidade e de irracionalidade. Nem loucura nem razão, situa-se algures entre ambas”.*

**Cusson, 2007<sup>72</sup>**

A Economia Comportamental, com base no pressuposto de que em qualquer relação económica existem assimetrias na informação, e que não existe uma racionalidade perfeita, vem criticar a Teoria da Escolha Racional, negando a verificação empírica do *Homo Oeconomicus* neoclássico, e adotando um *Behavioral Man*, defendendo que é este último que reflete a atuação humana no mercado (Franco, 2010).

O *Behavioral Man*, ao contrário do *Homo Oeconomicus*, movido por uma *bounded rationality*, ou racionalidade limitada, nem sempre tem o seu objetivo bem definido, e não consegue equacionar todas as diferentes possibilidades de escolha, pelo que o agente no mercado deixa de ser autómato (Sunstein, *et al.*, 1998). Até porque, defende Franco

---

<sup>70</sup> A qual veio dar origem à famosa ou *Behavioural Law and Economics*.

<sup>71</sup> Tradução nossa: “*racionalidade limitada, força de vontade limitada e autointeresse limitado*”.

<sup>72</sup> Cusson, Maurice (2007), p.109.

que a decisão eficiente não deriva da utilização das estratégias de maximização, mas de métodos que permitam a adequação da cognição do agente ao meio ambiente (Franco, 2010).

Por outro lado, esta Teoria também se apoia na ideia de que as comunidades vivem sobre laços de solidariedade: *bounded self-interest*, ou autointeresse limitado (Sunstein, *et al.*, 1998). As pessoas gostam de ser tratadas com justiça, e por isso tendem a tratar os outros do mesmo modo, considerando os interesses alheios nos seus processos de decisão, ao contrário do egoísta *Homo Oeconomicus* (Franco, 2010). Atuando o agente económico num contexto de incerteza, o processo de decisão não é automático, mas sim sequencial, dividindo-se em três fases: i) avaliação de preferências face às opções possíveis, ii) seleção do comportamento a adotar e iii) avaliação do resultado produzido pelo comportamento escolhido (Franco, 2010).

O *Homo Oeconomicus* é um ser autómato e alheio aos sentimentos dos demais, decidindo num contexto isolado (Franco, 2010). E aparentemente, parece existir uma sinonímia entre o agente da Teoria da Escolha Racional e o *Homo Oeconomicus*.

Porém, o próprio Gary Becker reconhece que o *Homo Oeconomicus* não tem que ter verificação empírica, servindo somente como um modelo teórico de comportamento do agente no mercado<sup>73</sup>. Becker reconhece que o *Homo Oeconomicus*, enquanto ser autómato e egoísta, é o ponto de partida da análise do comportamento humano no mercado. No entanto, os adeptos da Teoria da Escolha Racional admitem que o agente possa ser influenciado por variáveis como a inteligência, a cultura, o nível de escolaridade, o índice de riqueza, a idade, o histórico criminal ou até a educação familiar (Ehrlich, 1973), variáveis que para os marginalistas não eram mais do que um aglomerado de “preferências”. Deste modo, para os adeptos da Teoria da Escolha Racional, os benefícios esperados, e os custos a suportar com o crime, são sempre analisados de um ponto de vista subjetivo.

Ehrlich, fiel admirador e seguidor de Gary Becker, veio enfatizar a subjetividade do processo decisório, por considerar que na análise custo-benefício são contabilizados os valores morais do indivíduo, a sua propensão para a violência e o seu apetite pelo risco (Ehrlich, 1973). Defendendo, ainda, que o nível de educação e formação dos indivíduos é determinante no momento de ponderação pelo caminho do crime (Ehrlich, 1973). E tal

---

<sup>73</sup> Neste sentido *vide* Harcourt, Bernard; Becker, Gary; Ewald, François (2013).

asserção leva-nos a acreditar que a racionalidade do agente da Teoria da Escolha Racional prende-se com a sua capacidade e processo de escolha (através da qual faz uma ponderação custo-benefício), e não propriamente com a opção escolhida. Pois face à subjetividade do processo decisório, cada indivíduo percecionará de forma distinta os benefícios e os custos marginais de cada ação, o que faz com que o Homem não tenha uma predisposição natural para o crime, tal como defendiam os adeptos da Escola Positiva Italiana<sup>74</sup>, e que não decida sempre da mesma maneira, tal como defendiam os adeptos do *Homo Oeconomicus* neoclássico<sup>75</sup>.

De algum modo, a subjetividade do processo decisório parece contribuir para a explicação do porquê de alguns indivíduos, perante situações em que o crime compensa, optam por não atuar contra *legis*.

No fundo, o agente da Teoria da Escolha Racional, em primeira mão, é o *Homo Oeconomicus*, tendo em conta o carácter hedonístico que os adeptos da Teoria da Escolha Racional acreditam existir em cada Homem, que tende a maximizar as suas necessidades. Porém, ao condicionarem o processo de escolha a fatores psicológicos e sociais, e bem assim à aversão ou apetite pelo risco, reconhecem que o Homem real, ao definir as suas preferências, tendentes a gerar benefícios monetários e psicológicos, faz juízos de valor subjetivos, *i.é.* suscetíveis de serem influenciados pelos outros, e pelo meio. Exatamente como Wagner-Tsukamoto, segundo o qual:

*o Homo Oeconomicus reflete, na Economia convencional, uma mera heurística de pesquisa. Porque não é necessariamente o caso da economia comportamental, da psicologia económica ou da sociologia económica, mas pode basear-se em diferentes modelos heurísticos da natureza humana*<sup>76</sup>. (Wagner-Tsukamoto, 2015:76)

O exemplo paradigmático do Jogo do Ultimato<sup>77</sup>, ajuda-nos a perceber de que modo é que a *bounded rationality* e o *bounded self-interest* se refletem no mundo real. Na mesa estão dois jogadores, A e B. Vai ser dado algum dinheiro a A, o qual terá que fazer uma proposta para distribuição de verbas a B. Se B aceitar a proposta de A, cada um dos jogadores fica com o montante convencionado. Se B não aceitar, ambos ficarão sem dinheiro.

---

<sup>74</sup> Neste sentido *vide* Lombroso, Cesar (2006).

<sup>75</sup> Neste sentido *vide* Simonsen, M.H. (1998).

<sup>76</sup> Tradução nossa de “*homo economicus reflects in the economic a mere research heuristic (this is not necessarily the case in behavioural economics, economic psychology or economic sociology, which may build on different heuristic models of human nature)*”.

<sup>77</sup> Neste sentido *vide* Sigmund, Karl; Ernst, Fehr; Nowak, Martin A (2001).

O *Homo Oeconomicus* A proporia a B o menor dos montantes que poderia dispendar, o que na União Europeia seria um cêntimo, para garantir a maior acumulação de excedente possível. Por sua vez, o *Homo Oeconomicus* B aceitaria esse cêntimo, porque a sua satisfação ficaria maximizada em relação à possibilidade de não ter dinheiro nenhum. O *Behavioral Man* A, por sua vez, iria propor a B mais do que um cêntimo. Não obstante, o *Behavioral Man* B provavelmente não aceitaria esse montante, porque movido por razões de equidade, preferia não acumular aquele excedente e ficar na mesma situação de A, ambos sem nada (Sigmud, *et al.*, 2001).

Assim, ao invés de uma ponderação custo-benefício, o *Behavioral Man* B atuou de forma altruísta, frustrando uma atuação individualista (Franco, 2010). O *Homo Oeconomicus* decide pela prática de crime estritamente em consonância com aquelas que são as suas percessões, em ignorância pelo bem estar dos demais. Por sua vez, o crime para o *Behavioral Man* não dependerá de uma análise linear custo-benefício, pois o seu senso altruísta e de equidade, será contabilizado nos custos marginais do crime, diminuindo a sua procura.

E o mesmo acontece com o agente da Teoria da Escolha Racional, a quem se reconhece a capacidade para fazer juízos de valor subjetivos. Porém, a subjetividade do *Behavioral Man*, face a todas as vinculações pelas quais é caracterizado<sup>78</sup>, parece ficar verdadeiramente distorcida, quer pela sua atitude excessivamente altruísta, como podemos constatar pela análise do Jogo do Ultimato, quer pela influência que sofre do contexto onde está inserido. Relativamente à influência do contexto Ariely mostra-nos, de forma simples e engraçada, através de uma experiência realizada em grupos aleatórios de amigos que se sentavam à mesa de um bar, como é que o enquadramento e a pressão social podem influenciar as nossas decisões. Este autor chegou à conclusão de que na hora dos indivíduos decidirem pela qualidade da cerveja que iriam beber, sempre que a escolha era feita em voz alta, havia uma tendência para cada indivíduo optar por uma qualidade diferente (Ariely, 2008). Porém, sempre que os pedidos eram feitos por escrito e, por isso, em desconhecimento pelos pedidos dos demais, vários indivíduos optavam por beber a mesma qualidade de cerveja (Ariely, 2008). Pois, no fundo, ao fazer a opção em voz alta, os indivíduos sentiam-se de alguma forma compelidos a fazer uma escolha única (*idem, ibídem*).

---

<sup>78</sup> Entenda-se: *bounded will power*; *bounded rationality* e o *bounded self-interest*.



Assim, à luz da racionalidade limitada, quando o indivíduo pratica o crime, não escolhe a opção ótima, porque nem a consegue perceber devido à limitação da informação ao seu dispor.

A última das coordenadas caracterizadoras do *Behavioral Man*, é o *bounded willpower*, ou força de vontade limitada, que segundo Sunstein, Jolls e Thaler, prende-se com o controlo que os agentes exercem sobre as suas próprias ações (Sunstein, *et al.*, 1998). Razão pela qual estes autores defendem que é a força de vontade limitada que induz os indivíduos a praticar atos que sabem que entrarão em conflito com os seus interesses de longo prazo (Sunstein, *et al.*, 1998). E recorrendo a um exemplo suscitado por Franco, é por isso que um toxicodependente se dispõe a pagar a uma clínica que o reabilite, mesmo que o seu real interesse esteja no consumo de drogas (Franco, 2010).

Porém, e como nos ensina Saraiva, esta visão do *Behavioral Man* acerca das suas preferências no futuro acaba por se tornar “*uma miopia temporal com a preferência pelo presente*” (Saraiva, 2014:3167). Conforme já referimos, Viapaiana considera que a vida envolve “*trocas intertemporais, nas quais sempre está presente o dilema entre o benefício ou custo no presente em troca do benefício ou custo no futuro*” (Viapaiana, 2006:14-15).

E estas trocas, para além de passarem por uma análise custo-benefício, dependerão também da questão do autocontrolo, ou impulsividade do agente (*idem, ibidem*). Pois quem imputa os custos das suas ações no presente, visa a obtenção de um benefício no futuro. O *Behavioral Man* toxicodependente, hoje vai consumir drogas, com esperança de que num hipotético futuro<sup>79</sup> se disponha a submeter-se aos tratamentos da clínica, à qual pagará para o efeito. E, no fundo, esta imputação do benefício para o hipotético futuro, acaba por resultar da sua falta de controlo no presente,

*traduzindo-se em condutas impacientes; a má avaliação do risco, com a sua sub ou sobre-apreciação seja quanto às probabilidades, seja quanto à dimensão das consequências; ou a aversão assimétrica a perdas e a ganhos.* (Saraiva, 2014:3167)

Assim sendo, também a ideia de que os indivíduos têm uma força de vontade limitada parece ser demasiado racional. No fundo, enquanto o agente da Teoria da Escolha Racional é capaz de perceber os benefícios e custos das suas ações, o *Behavioral Man*, sempre pressionado pelo imediato, parece não ter controlo sobre as suas.

---

<sup>79</sup> Falamos em hipotético futuro pois, no fundo, a premência pelo presente do *Behavioral Man* pode ser tão condicionante que este pode nem chegar a vislumbrar um futuro real.

Simonsen, rejeitando a existência de um *Behavioral Man*, é um dos autores que também se defende das intrusões na figura do *Homo Oeconomicus*. Este autor parte da premissa de que os indivíduos são capazes de vislumbrar todas as opções, e de realizar cálculos difíceis, em cada processo de escolha, mesmo que não se apercebam (Simonsen, 1998). Defendendo, deste modo, que todos os indivíduos atuam exatamente com base na mesma racionalidade substantiva que caracteriza o *Homo Oeconomicus* (Simonsen, 1998). Este autor ilustrou a sua posição dando como exemplo uma ultrapassagem. Se um determinado condutor, numa estrada com sentido duplo, tiver um carro à sua frente, e se o desejar ultrapassar, sabendo que se aproxima um camião em sentido contrário, teoricamente o mesmo terá que “medir a distância inicial ao camião, a velocidade do deste último, a velocidade que precisa de alcançar na ultrapassagem e o tempo que precisa de permanecer em contramão” (Simonsen, 1998:374). Ou seja, qualquer indivíduo, aqui representado pelo condutor, toma uma decisão, percecionando de forma complexa e quase instantânea as possíveis vantagens e desvantagens da sua ação, decidindo num contexto de informação completa, mesmo que nem se aperceba.

De facto, o exemplo de Simonsen, em termos teóricos, parece conseguir defender a racionalidade neoclássica. O condutor decide ultrapassar quando analisadas as variáveis: i) distância do camião; ii) velocidade do camião; iii) velocidade que o condutor necessita de alcançar para conseguir efetuar a ultrapassagem e ainda iv) tempo que deve permanecer em contramão, até voltar para a sua faixa. Porém, se este mesmo exemplo ilustra que a racionalidade humana poderá ser quase inconsciente, o próprio também denuncia as fragilidades do *Homo Oeconomicus*. Simonsen, na equação, não prescreveu quaisquer fatores externos que pudessem afetar a ultrapassagem, *i.é*, num contexto de informação perfeita, o condutor não pesará apenas as variáveis mencionadas de i) a iv) mas igualmente as condições do piso, o local onde se encontra, a reação do outro condutor ao ver que estava a ser ultrapassado, o número de passageiros que transporta, a aversão a situações de risco, as condições da apólice do seguro do carro, entre outras. Ou seja, as variáveis pesadas pelo condutor de Simonsen serão, provavelmente, aquelas que pesam 99,9% de todos os condutores do mundo. Porém, não se poderá dizer que o fazem num contexto de informação perfeita. A racionalidade substantiva do *Homo Oeconomicus* é isenta de erros, porque para além de possuir informação completa, a sua previsão das circunstâncias é perfeita. Porém, se o condutor fosse o *Homo Oeconomicus*,

não se poderia justificar qualquer acidente rodoviário que surgisse em virtude de uma ultrapassagem.

Assim, pese embora o *Homo Oeconomicus* seja o modelo primário de comportamento, face às contingências da vida em sociedade, às características de cada um, e ao apetite individual pelo risco, o agente racional tende a aproximar-se do *Behavioral Man*, no sentido em que se reconhece que o Homem real decide num contexto de informação limitada. E sendo o autor de colarinho branco um Homem real, parece que este não se subsume estritamente ao *Homo Oeconomicus*. O autor de colarinho branco, enquanto agente racional, inserido num contexto de informação limitada, escolhe a opção que percebe como mais apta à satisfação das suas necessidades patrimoniais. E isso não significa que o autor de colarinho branco tome a melhor opção do mercado, mas aquela que percebeu como melhor.

Quanto ao aspeto da tomada de decisão, também as Neurociências se têm pronunciado, reavendo a sua força na análise do comportamento criminoso, contribuindo para uma melhor compreensão do “*papel desempenhado pela instituição moral, pela emoção e pelo raciocínio utilitarista*” (Patrício, 2016:1108). Enquanto a Economia oferece modelos teóricos e matemáticos que tentam explicar a atuação do indivíduo no mercado, a Neurociência avalia o comportamento desse mesmo indivíduo antes, durante e após o seu ato de consumo (Patrício, 2016). Isto porque se acredita que a racionalidade subjacente a cada decisão de consumo implica uma intercomunicação entre as diferentes áreas cerebrais (*idem, ibídem*). Porém, esta ciência defende que o Ser Humano não age sempre de forma racional, tomando dois tipos de decisões: i) decisões complexas, derivadas de processo mais refletidos e lentos, que usam várias áreas do cérebro, e ii) decisões automáticas por via de atalhos mentais o que, muitas vezes, o impede de tomar a melhor decisão (*idem, ibídem*). Com base na relevância que o contributo da Neurociência possa vir a ter na análise económica do comportamento do agente no mercado, hoje fala-se em Neuroeconomia, área de estudo que visa analisar o processo de tomada de decisão nos mercados. Porém, afastar-nos-emos de considerações adicionais sobre o tema<sup>80</sup>.

Reiterando que o agente económico de Becker não é, necessariamente, o *Homo Oeconomicus neoclássico*, tal asserção só pode significar que a Teoria da Escolha Racional

---

<sup>80</sup> Sobre o tema *vide* Camerer, Colin; Loewenstein, George; Prelec, Drazen, Neuroeconomics: How Neuroscience Can Inform. *Economics Journal of Economic Literature*, Vols. XLIII, 2005, p. 9–64.

e a Economia Comportamental não são antagônicas, mas complementares, pelo que nem a Neurociência lhes é oponível. Conforme já referimos, o *Homo Oeconomicus* neoclássico, movido por uma racionalidade estritamente objetiva, atua de forma autómata, e em prol da maximização das suas necessidades, com indiferença perante quaisquer outras condicionantes, o que aliás podemos constatar com a ultrapassagem de Simonsen. Por sua vez, o agente racional de Becker, na corrida pela maximização das suas necessidades, e embora tenha um fundo de hedonístico de maximização das necessidades individuais, decide de forma condicionada e, por isso, necessariamente influenciada pelo meio. Porém, não tão condicionada como decide o *Behavioral Man*, face ao seu senso estritamente altruísta e à sua perceção de futuro, constantemente interrompida pela premência do presente

E note-se, mesmo que o agente da Teoria da Escolha Racional decida através de atalhos, como explica a Neurociência, ensina-nos Patrício que um estudo realizado por Libet mostra que existe atividade cerebral, pelo menos, quinhentos milissegundos antes da tomada de consciência da decisão que se quer realizar (Patrício, 2016). Pelo que até as decisões automáticas podem ser precedidas de raciocínios inconscientemente conscientes.

Face ao exposto, facilmente se compreenderá porque defendemos que a Teoria da Escolha Racional e a Economia Comportamental se complementam. A racionalidade do autor de colarinho branco não é perfeita. Porém, num contexto de informação imperfeita e assimétrica, e face às circunstâncias que o rodeiam, e caracterizam, cada agente percecionará subjetivamente os benefícios e os custos marginais de cada crime. E citando Avelãs Nunes,

*para os que reduzem os homens ao fantasma do homo oeconomicus enquanto ser capaz de escolhas racionais, dir-se-ia que os homens, mesmo quando está em causa a sua sobrevivência, quando está em causa ser ou não ser, escolhem, racionalmente, não fazer nada, i.é, escolhem não tomar para si aquilo de que carecem em absoluto e que está ao seu alcance. (Nunes, 1996b: 76)*

### 3.3 O Crime Como Resultado de Um Pensamento Lógico-dedutivo

*“Crime reduction can occur through reducing the benefits of crime, raising the probability of being caught, or increasing the costs of punishment [...]”.*

**Oliver, 2002<sup>81</sup>**

Oliver, ao analisar as taxas de criminalidade na América, adotou as formulações teóricas de Gary Becker, relativamente às variáveis analisadas no processo de ponderação pelo caminho lícito ou ilícito, e fez a sua transposição para uma fórmula matemática (Oliver, 2002).

Sendo **B** os benefícios esperados pelo crime, **C** os custos inerentes à possível repressão do crime e **P** a probabilidade de o agente vir a ser repreendido, *i.é.*, condenado, o mercado ilícito será o escolhido quando: **B - CP > 0** (Oliver, 2002:31). Assim, e nesse sentido também Patrício, segundo o qual o mercado não lícito será o caminho escolhido sempre que o crime compensar (Patrício, 2015). E o resultado da equação será tanto menor quanto maior a probabilidade de repreensão, *i.é.*, o grau da pena aplicável <sup>82</sup>.

Ehrlich, na sua base subjetivista, criou a noção de custos de oportunidade, que se reconduzem aos benefícios que o indivíduo perde por não optar pela segunda melhor escolha (Ehrlich, 1973). E que no mundo do crime, segundo Patrício, correspondem “às vantagens perdidas decorrentes de alternativas legais de obtenção de rendimento” (Patrício, 2015:166). Na linguagem económica, o preço relativo expressa quanto vale uma mercadoria em relação à outra. Assim, o preço relativo do crime atinge-se por comparação à satisfação da mesma necessidade no mercado legal (Becker, 1962). E uma alteração no preço relativo desloca as oportunidades de consumo (*idem, ibídem*). Pelo que, quanto menor o preço de satisfação das necessidades no mercado ilegal, maior a utilidade marginal do crime (Becker, 1972).

Deste modo, adaptando-se os custos de oportunidade de Ehrlich à fórmula matemática de Oliver, o crime é cometido quando **B - (CP + O) > 0** (Oliver, 2002:31).

---

<sup>81</sup> Tradução nossa: “A redução do crime pode ocorrer diminuindo-se os benefícios do crime, aumentando a probabilidade de detenção ou reforçando-se os custos de punição [...]”. **Oliver, Alison** (2002), p. 34.

<sup>82</sup> Neste sentido *vide* **Becker, Gary** (1974) quanto à racionalidade económica de um direito penal preventivo, tema que, como já referimos, abordaremos, de forma sumária.

Tal como explicámos quando tentámos justificar as taxas de reincidência dos crimes de colarinho branco, à luz das Teorias Marginalistas e da Teoria da Escolha Racional, os crimes de colarinho branco só agora começam a ganhar alguma densidade jurídica. Os mesmos são fabricados através de teias complexas, maioritariamente sobre a aparência de legalidade dificultando, por isso, a recolha de elementos probatórios (Lima, *et al.*, 2013). Os ordenamentos jurídicos parecem não conseguir acompanhar o ritmo do desenvolvimento tecnológico, o que torna o crime contra a ordem económica um crime com um aparente tratamento privilegiado, pois muitas condutas ficam fora do âmbito da aplicação da lei (Maltez, *et al.*, 2014). Existindo autores que consideram que a aplicação da lei aos crimes financeiros - os quais se podem incluir dentro da categoria de colarinho branco - não é eficiente<sup>83</sup>. Uma ineficiência da aplicação da lei cria zonas de impunidade e, conseqüentemente, **P** toma valores baixos. Assim, segundo os adeptos da Teoria da Dissuasão, a qual bebe dos contributos da pena utilitarista de Beccaria<sup>84</sup>, os sistemas jurídicos devem ter uma preocupação constante em garantir uma maior certeza, severidade e celeridade na aplicação das penas, aumentando os custos do crime. Pois quanto mais severa, certa e célere for a aplicação da sanção (sanção formal), menor a probabilidade de o indivíduo cometer o crime (Becker, 1974). Ainda que nos abstenhamos quanto à questão da severidade da pena, concordamos que a certeza da aplicação da sanção criminal seja um elemento fulcral no processo de decisão, principalmente num autor de colarinho branco. Aliás, estudos revelam que no âmbito da Indústria Financeira, muitos trabalhadores, investidos na posição do *Principal-Agent*, quando percebem que a probabilidade de serem apanhados é inexistente, acabam por enveredar na vida do crime<sup>85</sup>. Pautando-se a atuação dos autores de colarinho por um estilo de vida convencional, devido aos baixos níveis de pensamento criminal, estes “*têm mais a perder no caso dos seus crimes serem descobertos*” (Maltez, *et al.*, 2013:159), razão pela qual as hipóteses de sanção formal e informal podem mostrar-se realmente dissuasoras.

Na linha da sanção formal, Paternoster e Simpson defendem que no contexto empresarial, a *ratio* dos preceitos normativos também parece ter influência no processo

---

<sup>83</sup> Neste sentido *vide* Lima, Judite; Cruz, José Neves (2013).

<sup>84</sup> *Vide* capítulo 2.º.

<sup>85</sup> Neste sentido *Vide* The Principal-Agent Problem in Finance (a summary). Disponível Internet: [https://www.cfainstitute.org/learning/foundation/research/Documents/principal-agent\\_problem\\_in\\_finance.pdf](https://www.cfainstitute.org/learning/foundation/research/Documents/principal-agent_problem_in_finance.pdf), consultado pela última vez em 16-12-2016.

decisório (Paternoster, 1993). Pois quando os indivíduos não encontram fundamento legítimo nos preceitos legais, tendem a ser mais propensos a violá-los (*idem, ibídem*). O que, no fundo, nos é útil para justificar a conduta dos autores de colarinho branco, que como já referimos, tendem em neutralizar os seus atos percecionando-os como atos meramente económicos, necessários ao funcionamento do mercado<sup>86</sup>.

Também Richard Posner, numa lógica económica de maximização da riqueza, defendia que a decisão de praticar um crime poderia ser tão racional quanto a de adquirir um bem no mercado (Posner, 1985). Numa primeira fase dos seus estudos, este autor apelidava-se de efficientista, e não de utilitarista, uma vez que a felicidade não é mensurável. Assim, para Posner, a riqueza media-se através do valor económico dos bens que representaria, em termos genéricos, a soma de todos os bens e serviços, os quais eram ponderados pelo preço que o indivíduo estivesse disposto a pagar por um bem que ainda não possuía (preço da procura), e o preço que o indivíduo contaria receber para se desfazer dos bens que já possuía (preço da oferta) (Posner, 1985).

Ensina-nos Salama, que Posner parecia defender que o valor económico dos bens era sinónimo de justiça, pelo que a maximização da utilidade se restringia à disposição de cada um para pagar (Salama, 2012). E sendo a maximização da riqueza o fim último dos agentes no mercado, também o sistema jurídico deveria ter uma preocupação maximizadora, criando um sistema de incentivos de modo a que as taxas de criminalidade não ultrapassassem o ponto socialmente ótimo (Posner, 1985). E no mesmo sentido Santos, autora que defende que os Estados devem apostar na prevenção eficiente dos crimes de colarinho branco “[...] porque sendo o agente de colarinho branco alguém que actuará, em regra, no quadro de escolhas racionais, tornar-se-á mais fácil a prevenção situacional” (Santos, 2011: 211).

Mais tarde, e conforme nos ensina Salama, Posner compreendeu que entre a sua eficiência e a utilidade de Bentham não existiam diferenças substanciais (Salama, 2012). Também segundo Salama, para Posner, o crime é um instrumento por via do qual se adotam meios tendentes à satisfação das preferências de cada um, e o cálculo individual é o ponto de partida para a análise de todas as relações travadas entre as comunidades (Salama, 2012). Face ao exposto, sendo a maximização da utilidade correspondente à disposição de pagar, se as normas jurídicas e as decisões jurídicas fossem todas

---

<sup>86</sup> Vide capítulo 2.º.

eficientes, os custos marginais do crime seriam de tal forma elevados que os indivíduos não estariam dispostos a pagar tal preço, escolhendo o mercado legal (Posner, 1985).

Deste modo, quer para Becker, quer para Posner, face à (in)certeza e há falta de celeridade das normas jurídicas relativas à punibilidade dos crimes de colarinho branco, tomando **P** valores relativamente baixos, pelo que muitas vezes, o crime de colarinho branco compensará, pois, os lucros obtidos no mercado ilegal superam as expectativas de ganho no mercado legal, considerando-se o risco e duração de eventual punição. E nós já sabemos que o autor de colarinho branco atua com o único objetivo de incrementação de património, aproveitando-se das lacunas da lei.

Porém, estudos tendem em demonstrar, que, não obstante da importância da contabilização da sanção formal nos custos do crime, no crime praticado no contexto empresarial, os autores parecem ser muito sensíveis à possibilidade de uma eventual censura pública (sanção informal), pelas consequências que tal censura possa vir a ter na vida económica da empresa, na sua imagem perante a clientela e num abalo da posição profissional do autor (Fiss, *et al.*, 1983). Ainda assim, nos casos em que o crime é praticado no interesse da própria empresa, menores são os custos marginais do crime. Pois, no fundo, os colaboradores da empresa, numa lógica de maximização do lucro empresarial, praticam o crime se percecionarem que da sua conduta resulta um benefício autointeressado. Por mais consentâneo que o espírito da empresa seja com a violação das normas jurídicas, e não duvidando que o ambiente da empresa parece ter um papel dissuasor, ou estimulante, no comportamento criminoso, acreditamos que um potencial autor de colarinho branco só atue contra *legis* se percecionar que do seu ato resultarão mais benefícios do que custos, tais como a probabilidade de ser aumentado ou de subir na carreira, dentro da empresa. Neste sentido, ensinam-nos Paternoster e Simpson que o ambiente empresarial é capaz de influenciar os indivíduos, considerando que existem três fatores que exercem influência sobre as escolhas dos potenciais autores: i) riscos e benefícios que percecionam para si próprios, ii) riscos e benefícios que antecipam para a empresa e iii) incentivos e restrições ao crime dentro da empresa (Paternoster *et al.*, 1993).

Por outro lado, o sentimento individual de vergonha e culpa, também parecem ter um peso significativo nos custos do crime. Pois para além da censura pública ser suscetível de se repercutir nas relações privadas dos indivíduos, inclusivamente na vida familiar, a mesma acarreta um autossancionamento elevado, consubstanciado pela “perda de



*autoestima e autorrespeito por parte dos indivíduos que cometem crimes*” (sanções informais) (Maltez, *et al.*, 2013:161). Aliás, um estudo realizado por Patterson e Simpson, embora não se foque nos autores de colarinho branco, parece concluir que a moralidade de cada indivíduo também tem efeitos muito dissuasores na hora de agir (Paternoster, *et al.*, 1993).

No fundo, as sanções formais parecem ter um potencial dissuasor. Aliás, Lima e Cruz afirmam que a falta de celeridade do sistema de justiça português no que concerne aos crimes de colarinho branco “*tem um impacto severo no sistema judicial e na própria população*” (Lima, *et al.*, 2013:177). E a associação racional imediata entre o crime e as suas consequências punitivas só será possível se entre a sanção e o momento do crime não mediar um grande espaço de tempo (*idem, ibidem*). A celeridade da aplicação da sanção funcionará, assim, como elemento dissuasor (Lima, *et al.*, 2013).

Por outro lado, e à boleia da falta de celeridade e de alguma margem de impunidade, as sanções informais parecem ser incorporadas nos custos do crime com valores mais altos. Sendo estas sanções o reflexo de uma condenação em “praça pública”, com repercussões a nível da autoestima individual, o autor de colarinho branco, eterno “Senhor Doutor”, evitará o crime se perceber a censura pública do seu ato como provável. Pois tal censura repercutir-se-á de forma negativa na sua carreira profissional, na sua vida familiar e social e na sua autoestima, diminuído o leque de oportunidades ao seu dispor.

E note-se que um outro fator a considerar na prática do crime prende-se com as oportunidades que são colocadas à disposição dos indivíduos. Conforme Becker nos ensina, quanto maior o nível de escolaridade dos autores, maior será a probabilidade de ascenderem a setores privilegiados e, conseqüentemente, mais serão as oportunidades ao seu dispor (Becker, 1974).

À partida um *corporate insider* ou um *temporary insider* terão mais oportunidades de chegar ao mundo do crime de colarinho branco do que os *outsiders*. E face a distintas oportunidades, diferentes serão as perceções de maximização das necessidades dos vários indivíduos.

Com isto reitera-se: o processo de escolha custo-benefício é subjetivo. Se nem todos os acionistas se tornam *corporate insiders*, e não praticam crimes, é porque não perceberam as eventuais vantagens, ou desvantagens, da ação da mesma forma daqueles que atuaram à margem da lei. Ou, simplesmente, porque são avessos ao risco.

Pois nem todos os indivíduos têm as mesmas habilidades e princípios, e as alternativas ao dispor de cada um são variáveis (Rodrigues, 2007).

Como tivemos oportunidade de ver na Figura 1 *supra*, a curva da procura é negativamente inclinada, pois com o aumento dos custos marginais do crime, menor a criminalidade, devido à diminuição das oportunidades de transgredir. Assim, o crime aumenta com o aumento do retorno esperado. Tal como aduz Becker, são as oportunidades que influenciam a procura (Becker, 1962). Não só a maximização pura da utilidade, mas outras regras de decisão levam a curvas da procura negativamente inclinadas, devido ao efeito da mudança dos preços em oportunidades (*idem, ibídem*). Razão pela qual o agente racional é um aproveitador de oportunidades (Grabosky, 2009).

Uma outra questão, de carácter económico, capaz de explicar porque é que os colaboradores dos níveis intermédios e superiores da empresa se tornam verdadeiros autores de colarinho branco é a elasticidade do rendimento. Segundo Bettencourt, que faz uma análise económica ao contrato de trabalho, aos subordinados é possível agradar com salários de eficiência (Bettencourt, 2010). Porém, é impossível controlar o administrador de uma empresa com salários de eficiência, pois é ele que tem “*na mão o próprio interesse societário*” (Bettencourt, 2010:25), beneficiando sempre das situações de assimetria de informação. No fundo, o desejo de sucesso e de poder do *corporate insider* acabam por atirar o mesmo para o mundo do colarinho branco, sempre que o crime for um meio apto para o efeito, *i.é*, sempre que os benefícios que dele advêm sejam consideravelmente superiores aos tais salários de eficiência.

Convocando, mais uma vez, o escândalo da *manipulação dos mecanismos de emissão de CO<sub>2</sub> pela indústria automóvel*, poderemos equacionar que, de acordo com a conceção Beckariana, adaptada pela fórmula de Oliver:

*a redução de custos com criação de software fraudulento(B) - (eventual redução das vendas e degradação da imagem da empresa(C)\*possibilidade de condenação (P) + custos associados à criação e instalação de mecanismos amigos do ambiente, nos veículos(O)) > 0*

Economicamente, com a criação do *software* fraudulento, a indústria automóvel percecionou um maior incremento patrimonial para a empresa do que aquele que viria a obter pelo cumprimento das normas regulamentares. Ou, pelo menos, uma maior redução das perdas. Pois tal como nos ensina Kahleman, um dos autores da Teoria da Aversão à Perda, ou Teoria da Prospetiva, a maioria das pessoas são avessas ao risco num contexto de eventuais ganhos, mas já não o são em situação de eventuais perdas (Kahneman, *et al.*, 1991). Pelo que as pessoas estão dispostas a correr mais riscos para evitar uma perda do que para obter uma vantagem pelo mesmo valor (*idem, ibídem*).

Ou seja, o autor de colarinho branco, aqui representado pela indústria automóvel, e com base nesta Teoria, será mais propício a correr riscos numa situação em que teme uma diminuição do seu património, do que numa situação de eventual aumento patrimonial. O que aliás pode explicar a atuação da indústria automóvel, que perante previsíveis aumentos de custos com a criação de mecanismos amigos do ambiente, se tenha disposto a correr riscos maiores, em prol da mitigação das suas perdas. E no mesmo sentido Agnew, segundo o qual,

*os autores praticam as ofensas motivados por um desejo de ganho financeiro, embora admitam que a sua conduta surja mais frequentemente motivada pelo desejo, mais socialmente aceitável, de evitar perdas financeiras*<sup>87</sup>. (Agnew, *et al.*, 2009:39)

Assim, em suma, o agente da Teoria da Escolha Racional, é racional porque é capaz de formular juízos lógico-dedutivos, ponderando entre as vantagens e as desvantagens das suas condutas, quer no presente, quer no futuro. Porém, e tal como fazem notar os adeptos da Teoria da Prospetiva, e da Análise Comportamental, a racionalidade do agente é não é perfeita. Porque o indivíduo é dotado de emoções, consegue graduar as suas vontades e tem um senso minimamente altruísta. Pelo que todas estas variáveis serão tidas em conta na equação **B-(CP+O)**, conjuntamente com quaisquer influências externas às quais o indivíduo está sujeito.

Dois indivíduos distintos, perante uma situação hipotética da qual resultarão exatamente os mesmos benefícios, não atuarão, necessariamente, do mesmo modo, simplesmente porque a sua perceção quer de **B**, quer de **CP+O** será distinta. Consequentemente as opções ao seu dispor não serão as mesmas. Pois dentro do seu

---

<sup>87</sup> Tradução nossa de “*offenders state that their offense was motivated by a desire for financial gain, although they more often state that their offense was motivated by the (more socially acceptable) desire to prevent financial loss*”.

leque individual de opções, cada um escolherá aquela que percebe como a mais apta à maximização do lucro.

Ainda que a racionalidade seja efetivamente limitada, quando o indivíduo percebe diferentes opções de escolha, tem noção da sua transitividade, *i.é*, se a opção A for melhor do que a opção B, que por sua vez, é melhor que a opção C, então a opção A é naturalmente melhor que a opção C. Não significa isto, tal como nos ensina a Teoria da Escolha Racional, que a opção A seja a escolhida, pois a influência das distintas variáveis no processo decisório poderá levar o agente a concluir que, globalmente, e por ventura, a longo prazo, a opção B será aquela que melhor maximizará a sua utilidade (Koblitz, 2008). O *Behavioral Man*, por sua vez, tem este raciocínio limitado com base na entropia temporal que existe entre o seu presente e o seu hipotético futuro.

A atuação do agente da Teoria da Escolha Racional também não preclui que num outro momento temporal, e perante a mesma situação, o indivíduo, motivado por outros circunstancialismos casuísticos escolha uma opção diferente da B como a melhor, pois ao contrário do *Homo Oeconomicus*, o agente da Teoria da Escolha Racional não faz sempre a mesma opção em todas as situações idênticas.

Ao escolher, não a melhor das opções, porque decide num contexto de racionalidade limitada, mas qualquer outra, o indivíduo não deixa de maximizar as suas necessidades, pois a opção escolhida foi, entre todas as que vislumbrou como possíveis, a que mais apta se mostrou a satisfazer as suas necessidades. A utilidade marginal de um bem, sendo relativa, não é igual para todas as pessoas, pois cada indivíduo a calibrará de acordo com as suas percepções. Isto significa que por vezes, as escolhas complexas de alguns indivíduos podem corresponder às escolhas automáticas de outros.

Olhemos novamente para a *manipulação dos mecanismos de CO<sub>2</sub> por parte da indústria automóvel*. A indústria automóvel, com a criação de um *software* fraudulento visava a simulação de um automóvel mais amigo do ambiente e, por isso, capaz de fomentar um aumento das vendas, um ambiente mais concorrencial e, conseqüentemente, uma redução de custos de produção. A decisão pela manipulação do mercado nestes moldes, *i.é*, pela criação do *software*, não foi a única que a empresa equacionou como possível para servir os propósitos agora mencionados. Tal decisão não pode ser configurada como perfeita, mas a melhor que a empresa encontrou à luz da análise dos mais variados departamentos, seguramente, num contexto de informação

limitada. Pois se a informação fosse perfeita, o esquema fraudulento nunca teria sido levado a cabo, visto que a possibilidade de detenção teria sido percecionada com valores mais altos. Se a decisão da criação do *software* fraudulento estivesse nas mãos do *Homo Oeconomicus*, a manipulação das emissões de CO<sub>2</sub> nunca teria acontecido, pois a ponderação custo-benefício teria sido realizada sem desvios ou, pelo menos, à data da prática do crime, a probabilidade de detenção era muito baixa.

Não obstante, se as empresas da indústria automóvel pugnaram pela procedência da criação de um *software* fraudulento, seguramente que terão percecionado que a via legal não compensaria, pois como nos ensina Avelãs Nunes: “*o comportamento segundo o princípio da racionalidade económica é uma invariante da natureza humana*” (Nunes, 2006b:52), surgindo pois, como um, reflexo do capitalismo, pois a atividade produtiva prossegue “*um objetivo homogéneo , quantificável e mensurável, o ganho monetário*” (*idem, ibídem*).

Assim, quais as razões que levam o autor de colarinho branco, enquanto agente económico, a entrar na vida do crime? Os baixos custos marginais do crime de colarinho branco.

E o que afasta outros agentes económicos, também eles potenciais autores de colarinho branco, da vida do crime? As oportunidades colocadas ao seu dispor e a sua perceção subjetiva dos custos marginais do crime, face à sua aversão, ou propensão, para correr riscos.

## Conclusão

Iniciámos esta investigação propondo-nos a analisar quem é o autor de colarinho branco e porque entra na vida do crime. O “pai” dos crimes de colarinho branco deu o primeiro passo na erradicação da premissa de que o mundo do crime estava necessariamente conectado com indivíduos inseridos em contextos socioeconómicos desfavorecidos. No entanto, antes de Edwin Sutherland, Ross (1907) já tinha batizado o *criminaloid* e Morris (1935) já tinha equacionado a possibilidade de existirem criminosos socioeconomicamente bem integrados, não distintos dos não delinquentes. Sutherland (1940) por apelo às infrações praticadas nas corporações norte-americanas, revelou que pessoas e entidades com elevado estatuto socioeconómico, aproveitavam-se da sua posição prestigiada na sociedade para praticar crimes em seu próprio benefício.

A noção de crime de colarinho branco é, desde então, tema de estudo de diversos autores, não havendo um verdadeiro consenso acerca das características delimitadoras do autor de colarinho branco.

Conforme nos ensinou Cusson (2007), o crime de colarinho branco caracteriza-se por ser um crime silencioso, astuto, detalhadamente pensado e dotado de complexidade. Os seus autores tendem a ser indivíduos de uma classe social média-alta, instruídos e socialmente bem integrados, que atuam à margem da lei, com o intuito de ver o seu património aumentado ou, pelo menos, a sua progressão na carreira (Azevedo, *et. al.*, 2013). Por norma, o crime é praticado no exercício da ocupação profissional, quer no interesse do colaborador, quer no interesse da empresa. Porém, consideramos que o crime de colarinho branco possa extrapolar o exercício da profissão e ser praticado por causa dela, *i.é.*, nas situações em que o autor pratica o crime fora do seu contexto profissional, mas a partir das técnicas e conhecimentos especializados que apreendeu, pelo contacto com setores privilegiados de informação.

Muitos autores excluem o estatuto social do autor como critério delimitador dos crimes de colarinho branco<sup>88</sup>. Porém, fazendo *jus* ao contributo de Coleman, se excluirmos da noção o estatuto social do indivíduo, o crime de colarinho branco acaba por se confundir com o crime ocupacional. Se o estatuto dos agentes não fosse um fator

---

<sup>88</sup> Vide capítulo 1.º.

importante, o tema colarinho branco perderia todo o seu interesse de estudo, pois o seu autor reduzir-se-ia particamente ao autor de colarinho azul.

Uma outra questão que abordámos foi a natureza dos ilícitos. E embora haja uma tendência em restringir os crimes de colarinho branco às infrações de natureza económico-financeira, acreditamos que sejam enquadráveis na noção todas as condutas que violem o bem jurídico supraindividual que é a ordem económica.

Assim, defendemos que integram o conceito de colarinho branco todas as condutas ilícitas, ou potencialmente ilícitas, que com vista à obtenção de vantagens patrimoniais-quer pessoais, quer negociais- sejam praticadas por indivíduos socialmente respeitados, integrantes de uma classe social média-alta ou, pelo menos, por indivíduos pertencentes à classe executiva, no decurso, ou por causa, do exercício da profissão.

Por sua vez, estando o delinquente comum, normalmente associado a situações de desemprego e pobreza, em princípio, conforme nos ensina Cusson (2007) o crime comum surge como um meio apto a suprir as suas dificuldades. E isso significa que o escopo lucrativo é o fim último da atuação dos autores de colarinho branco e dos delinquentes comuns. Porém, estes últimos, de acordo com vários estudos mencionados no capítulo 2.º, parecem atuar impulsivamente, o que conduz a que os seus atos sejam planeados com a mínima das precisões (Cusson, 2007). Se o objetivo do crime é “roubar para comer”, as necessidades do delinquente comum ficam satisfeitas, ou tendencialmente satisfeitas, com os resultados imediatos do crime. A impulsividade é frequentemente associada à fraca capacidade de autocontrolo dos delinquentes comuns. Porém, reconhecem-se elevados níveis de autocontrolo nos autores de colarinho branco. Contudo, de tudo isto se retira que o crime não está necessariamente associado a contextos desfavorecidos, como acreditava a Sociologia, no passado. Não obstante das características que podem separar o delinquente comum do autor de colarinho branco, ambos se movem de forma a maximizar as suas necessidades, ou seja, a incrementar os seus benefícios pessoais e lucrativos.

Mas se todos os potenciais autores de colarinho branco vivem numa lógica de satisfação das suas próprias necessidades, porque é que só alguns cometem crimes? Embora a Sociologia e a Psicologia não nos forneçam respostas claras, a Economia, por seu turno, ao preocupar-se com a análise do comportamento do agente no mercado, parece conseguir elucidar-nos sobre esta questão.

Reavivando os contributos de Becker (1974), os quais foram precedidos de verdadeiras inspirações de teor utilitarista, o crime surge como um resultado de um processo de escolha racional, por via do qual os indivíduos fazem juízos de ponderação entre os potenciais benefícios e os custos do crime. Se os indivíduos percecionarem que os benefícios do crime superam o seu preço provável, então o crime será cometido, pois este não é mais do que um meio através do qual o agente vai satisfazer as suas necessidades.

Matematicamente falando, e recordando a fórmula de Oliver (2002), sendo **B** os benefícios esperados com o crime, **C** os custos de possível repressão, **P** a probabilidade de pena e **O** as vantagens perdidas através de alternativas legais de obtenção de rendimentos, o crime é praticado quando o resultado da equação  $B - (CP + O)$  é superior a zero.

Assim, de acordo com a Teoria da Escolha Racional, cada indivíduo perante uma oportunidade para praticar um crime, a par de qualquer outro comportamento no mercado, vai percecionar quais as vantagens que receberá com a prática desse mesmo crime, subtraindo-lhe a probabilidade de repressão, de condenação e, ainda os custos de oportunidade do crime.

Obviamente que, como defende Franco (2010), o processo de ponderação não é linear, razão pela qual defendemos que entre a Teoria da Escolha Racional e a Economia Comportamental há uma relação de complementaridade. Defendendo, nesse sentido, que o agente da Teoria da Escolha Racional não é o *Homo Oeconomicus*, pois o Homem real não decide num contexto de informação perfeita. Porém, esse agente também não se restringe ao *Behavioral Man*. Se o agente da Teoria da Escolha Racional consegue fazer ponderações custo-benefício no futuro, a atuação do *Behavioral Man*, fica condicionada pelo enquadramento, pela premência de presente e pelo seu excessivo altruísmo.

Deste modo, qualquer processo de ponderação, por mais breve que seja, implica uma ponderação subjetiva das vantagens e das consequências dos atos a tomar, de forma não isolada do contexto onde cada indivíduo se insere. Assim, cada indivíduo vai percecionar os benefícios e as consequências das suas ações de acordo com a sua educação, com o contexto onde está inserido e com os seus princípios de vida. Pelo que a mesma hipótese de crime não será percecionada, de igual modo, por dois agentes face à carga subjetiva da perceção. E mais uma vez se aduz que também a aversão ou propensão ao risco têm sido consideradas como um fator muito importante na decisão de enveredar pela vida



do crime (Kahneman, *et al.*, 1991). Quanto mais propenso um indivíduo for ao risco, maior os benefícios que percebe, pois está disposto a suportar alguns custos que um indivíduo avesso ao risco não suportaria (Becker, 1974).

Curiosamente, como tivemos oportunidade de analisar no capítulo 2.<sup>o</sup>, estudos têm revelado que existem algumas características psicológicas comuns aos autores de colarinho branco, e entre elas elevados níveis de narcisismo, neuroticismo e extroversão (Alaetho, 2003). Esta ideia já tinha merecido acolhimento, por parte de Pinatel (1953) segundo o qual os indivíduos com elevados níveis de neuroticismo, narcisismo e extroversão, tinham propensão a enveredarem pela vida do crime. A característica da desagradabilidade convocada por Alaetho (2003), no suprarreferenciado estudo, acerca do perfil do autor de colarinho branco, também nos remeteu para a ideia de que esses autores têm uma maior tendência ao egoísmo. Talvez a questão do risco possa estar diretamente associada à personalidade criminal. Se estudos demonstram que os autores de colarinho branco são indivíduos tendencialmente narcisistas, extrovertidos, neuróticos e egocêntricos, talvez seja a verificação de elevados níveis destas características que os tornam propensos ao risco. Pois um indivíduo com altos níveis de narcisismo, com uma grande necessidade de se evidenciar, poderá estar mais propenso a correr riscos do que um indivíduo no qual se verificam poucos traços narcisistas. Percebendo-se, de algum modo, porque que é um indivíduo de elevado estatuto socioeconómico pratica o crime e o outro, com a mesma qualidade, prefere não entrar na vida do crime. Com o aumento da propensão ao risco, diminuem os custos marginais do crime e, por isso, maior a convicção de que o crime compensa.

Efetivamente, não sabemos se a ideia de maximização autointeressada se pode compaginar com toda e qualquer atuação humana, mas sabemos que a mesma está intimamente ligada com a materialização dos crimes de colarinho branco. Pois se os autores de colarinho branco não vissem no crime grandes oportunidades de alcançar sucesso e poder, face à visibilidade pública a que estão sujeitos, não arriscariam denegrir a sua imagem.

Assim, e em resposta à dúvida de Braithwaite<sup>89</sup>, e à questão de sabermos porque é que só alguns potenciais autores de colarinho branco entram na vida do crime, parece-nos defensável que, não obstante da recompensa do crime poder ser grande, se os

---

<sup>89</sup> Vide ponto 2.7 no capítulo 2.<sup>o</sup>.

indivíduos são avessos ao risco, este será incorporado nos custos do crime, que provavelmente serão percebidos como superiores aos seus benefícios. Obviamente que quando o crime é praticado no interesse, e por ordem, da empresa, haverá sempre uma maior propensão para o risco. Pois, em princípio, os custos do crime não recairão apenas sobre o colaborador, mas também sobre a empresa.

Assim, a Teoria da Escolha Racional não se mostra, nem se tenta mostrar, como uma explicação da cognição humana subjacente ao crime, mas somente como uma ferramenta metodológica que nos ajuda a perceber porque é que um administrador de uma Instituição Financeira, um dirigente político, um CEO de uma multinacional, um médico, um deputado, um advogado, um “alguém” que no silêncio do seu gabinete, defrauda as expectativas que a sociedade em si deposita. A indústria automóvel não criou um mecanismo fraudulento de emissões de CO<sub>2</sub> porque os seus funcionários nasceram naturalmente doentes, ou porque provêm de famílias com carências socioeconómicas, mas simplesmente porque nenhum acionista tem interesse em manter a sua parte do capital social, se no final de cada ano não existirem dividendos para serem distribuídos. E muito provavelmente, a aversão da indústria automóvel ao aumento dos custos, e consequente redução dos lucros, teria um impacto de tal ordem significativo, que a empresa agiu de forma consentânea com o crime. Talvez a indústria automóvel tenha encarado as suas condutas como meras transações negociais, e não como infrações, pois como tivemos oportunidade de notar no desenvolvimento do capítulo 2.<sup>o</sup>, os autores de colarinho branco, para além de baixo pensamento criminal, tendem em neutralizar as suas condutas.

A racionalidade subjacente ao crime é perfeita? Não, claro que não. Por isso é que a Teoria da Escolha Racional e a Economia Comportamental nos parecem verdadeiramente complementares.

No fundo, esta investigação não é mais do que uma análise generalista acerca da figura do autor de colarinho branco e da sua entrada na vida do crime.

Concluimos assim, que tanto os ricos como os pobres cometem crimes, variando apenas, para cada classe social, as oportunidades de crime que estão à mão de cada uma delas, a habilidade do intelecto dos indivíduos, o seu apetite pelo risco e as suas percepções acerca dos benefícios e das consequências das suas ações.

Numa sociedade capitalista globalizada, onde cada indivíduo luta por maximizar as suas necessidades, e onde cada empresa luta pelo o sucesso da sua atividade, o sucesso do

mercado ilegal correlaciona-se com o lucro. Deste modo, e na senda do exposto, consideramos que o autor de colarinho branco *“opta pelo crime não porque a sua motivação seja diferente da de outras pessoas, mas porque os benefícios e os custos são diferentes”* (Viapiana, 2006:38).

Terminando com Becker,

*não há uma pessoa que possamos identificar como criminosa, devido à sua fisiologia, genética, e assim por diante. Talvez a genética, eventualmente, nos possa dizer alguma coisa sobre o crime, mas definitivamente por enquanto ainda não existem certezas sobre isso [...] as pessoas que cometem crimes de colarinho branco são diferentes, em termos de educação e experiência, em relação às pessoas que cometeram assaltos e crimes de vários tipos. Não há um indivíduo criminoso, mas, por exemplo, um indivíduo diferente que vai ser afetado diferentemente, pela certeza da punição, dependendo da natureza do indivíduo<sup>90</sup>.*

---

<sup>90</sup> Tradução nossa de *“it recognizes that there’s no fundamental person we can identify as a criminal by their physiology, their genetics, and so on. Maybe genetics will eventually tell us about it, but we definitely don’t know that now [ ...] people who commit white collar crimes are different in terms of education and background, typically, than people who commit assaults and felonies of various types. There’s not a criminal individual, per say, but a different individual is going to be affected differently, to be sure, by the punishment, depending on the nature of the individual”* **Becker, Gary** (2013), p.8.

## Bibliografia

- Agnew, Robert, Piquero, Nicole Leeper e Cullen, Francis T. 2009.** *The Criminology of White collar Crime*. Editores: Sally S.Simpson e David Weisburd.. s.l. : Springer, 2009.
- Agra, Cândido da. 2012.** *A Criminologia: Um Arquipélago Multidisciplinar*. Porto: Universidade do Porto, 2012, p. 318 e ss.
- Alaetho, Tage. 2003.** Economic Crime: does personality matter? *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology* . 47(3), 2003, pp. 1-22.
- Alcan, Félix. 1924.** *La Criminalité Comparée*. Paris. 8.<sup>a</sup> Edição. s.n., 1924.
- Almeida, José Rui Nunes de. 2011.** Crimes Económicos e Financeiros (parte II). *Vida Judiciária*. 2011, N.º 161, dezembro 2011.
- Amaral, Leonardo Coelho do. 2003.** Crimes Sócio-Econômicos e Crimes Fiscais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. ano 11, N.º 43, abril-junho 2003, 2003, Vols. pp. 187-224.
- Araujo, Ari Francisco de. 2002.** Raízes econômicas da criminalidade violenta no Brasil: um estudo usando micro dados e pseudopainel 1981/1996. *Revista de Economia e Administração*. Vol. 1, n.º 3, julho-setembro, 2002, 2002, p. 1-34.
- Ariely, Dan. 2008.** *Predictably Irrational*. New York : Harper, 2008.
- Avila, Róber Iturriet. 2014.** Construção do homo economicus e a sua necessária desconstrução. *Ensaio Fundação de Economia e Estatística de Porto Alegre*. Vol. 35, 2014, p. 309-336.
- Azevedo, Nídia e Cruz, José N. 2013.** Três Abordagens Sociológicas do Crimes de Colarinho Branco: Contributos Empíricos e Limites. Editor: José Neves Cruz et.al. *Infrações Económicas e Financeiras: Estudos de Criminologia e Direito*. 1.<sup>a</sup> Edição. Coimbra : Coimbra Editora, 2013, p.181-198.
- Babiack, Paul e O'Toole, Mary Ellen. 2012.** *The Corporate Psychopath*. s.l. : FBI Law Enforcement Bulletin, 2012.
- Barnett, Cynthia.** The Measurement of White collar Crime Using Uniform Crime Reporting (UCR) Data. [Online] [Citação: 2017 de 01 de 02.] [https://ucr.fbi.gov/nibrs/nibrs\\_wcc.pdf](https://ucr.fbi.gov/nibrs/nibrs_wcc.pdf).
- Bartol, Curt T. e Bartol, Anne M. 2014.** *Criminal Behavior: A Psychological Approach*, 10.<sup>a</sup> Edição. Harlow, Edimburgo, 2014, p. 221-268.

- Becker, Gary S. 1974.** *Crime and Punishment: An Economic Approach*. University of Chicago and National Bureau of Economic Research : s.n., 1974, p.1-54.
- Becker, Gary. 1962.** Irrational Behavior and Economic Theory. *The Journal of Political Economy*. Vols.70, n.º 1, 1962, p. 1-13.
- Beleza, Tereza Pizarro. 1998.** *Direito Penal*. 1.º volume, 2.ª Edição. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1998, 211-263.
- Bentham, Jeremy. 1781.** *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Republicado por Kitchener, Batoche Books, 2000.
- Bentham, Jeremy. 1830.** *The Rationale of Punishment*. Londres : Robert Heward, 1830.
- Bettencourt, Selma. 2010.** *Análise Económica do Direito*. Lisboa. Lisboa: Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Análise Económica do Direito, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- Blickle, Gerhard, Schlegel Alexander, Fassbender, Pantaleon; Klien, Uwe. 2006.** Some Personality correlates of business white collar crimes. *Applied Psychology: An International Review*. Vols. 55(2), 2006, p. 220-233.
- Braithwaite, John. 1985.** White Collar Crime. *Annual Review of Sociology*. Vols. 11, 1985, p. 1-25.
- Carrol, J.S. 1978.** A Psychological Approach to Derretence: the Evaluation of Crime Opportunities. *Journal of Personality and Social Psychology*. 1978, Vols. 36(2), 1978, p.1512-1520.
- Castaignede, Jocelyne. 1999.** Homanage à Jean Pinatel et à su cuevre . *Eguzkilore. San Sebastian*, N.º 13, 1999, p. 219-215.
- Cavalcante, Waldek Fachinelli.** O Crime de Colarinho Branco e a Teoria da Associação Diferencial a partir da obra de Edwin H. Sutherland. [Online] [Citação: 16 de 01 de 2016.] <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.52090&seo=1>.
- Clinard, Marshall, Quinney, Richard e Wildeman, John. 1994.** *Criminal Behaviour Systems: A Typology*. New York/London: 3<sup>rd</sup> Edition publiseh by Routledge (2015), p. 171-210.
- Cruz, José Neves. 2013.** A Biologia e o Crime de Colarinho Branco. Editores: José Neves Cruz [et al.], *Infrações Económicas e Financeiras: Estudos de Criminologia e de Direito*. Coimbra : Coimbra Editora, 2013, p. 67-76.

- Cruz, José Neves. 2013.** Criminologia e o Crime de Colarinho Branco. Editores: José Neves Cruz [et al.], *Infrações Económicas e Financeiras: Estudos de Criminologia e Direito*. Coimbra : Coimbra Editora, 2013, p. 53-66.
- Cruz, José Neves. 2013.** *Is White Collar Crime a Form of Entrepreneurship? - Paper in the International Conference Interdisciplinary Insights on Fraud and Corruption*. s.l. 1.<sup>a</sup> Edição, Edições Húmus, fevereiro 2013.
- Cusson, Maurice. 2007.** *Criminologia*. 2.<sup>a</sup> Edição. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2007.
- Denis, Henri. 1990.** *História do Pensamento Económico*. Paris : Presses Universitaires de France e Livros Horizonte para a tradução, 6.<sup>a</sup> Edição , 1990.
- Dias, Augusto Silva. 2014.** O Direito Penal como Intrumento de Superação da Crise Económico-Financeira: Estado da Discussão e Novas Perspectivas. *Anatomia do Crime*. N.º 0, julho-dezembro 2014, p. 45-74.
- Dias, Jorge Figueiredo e Andrade, Manuel da Costa. 1997.** *O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra : Coimbra Editora, 2.<sup>a</sup> reeimpessão, 1997.
- Dias, Tânia e Cruz, José Neves. 2013.** Abordagem do Labeling e Infrações Económicas e Financeiras. Editores: José Neves Cruz [et al.], *Infrações Económicas e Financeiras - Estudos de Criminologia e de Direito*. Coimbra : Coimbra Editora, 2013, p. 105-118.
- Dias, Tânia e Faria, Rita. 2013.** Anomia e Infrações Económicas e Financeiras: O Sucesso de uma Teoria. Editores: José Neves Cruz [et al.], *Infrações Económicas e Financeiras: Estudos de Criminologia e Direito*. Coimbra : Coimbra Editora, 2013, p. 119-136.
- Durkheim, Émile. 2000.** *Sociologia*. Organizado por José Albertino Rodrigues. 9.<sup>a</sup> edição, 2.<sup>a</sup> reeimpessão, São Paulo, 2000, p. 123-143.
- Ehrlich, Isaac. 1973.** Participation in Illegitimate Activities: A Theoretical and Empirical Investigation. *The Journal of Political Economy*. Vols. 81(3), may-june 1973, The University of Chicago Press, 1973, p. 521-565.
- Ehrlich, Isaac. 2001.** The Deterrent Effect of Capital Punishment: A Question of Life and Death, *American Economic Review*, n.º 65, p.397-417. Edited by: Eric A. Posner, *Law and Economics*. s.l. : Dartmouth Publishing Company, 2001, p. 143-163.
- Erlich, Isaac. 1996.** Crime, Punishment and the Makert for Offenses. *The Journal of Economic Perspectives*. Vols. 19, n.º 1, 1996, p. 43-67.
- Eysenck, Hans. 1998.** *Dimensions of Personality*. s.l. : Transaction Publishers, 1998.

- Faria, Rita. 2013.** Um Itinerário Teórico da Criminologia. Editores: José Neves Cruz [et al.], *Infrações Económicas e Financeiras, Estudos de Criminologia e Direito*. Coimbra : Coimbra Editora, 2013, p. 19-52.
- Ferreira, José Manuel da Silva Carvalho. 2013.** *Criminalidade Económica : entre o crime de colarinho branco e o crime de colarinho azul - Existirá o crime de colarinho cinzento?*. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2013, Dissertação de Mestrado.
- Ferreira, Pedro Tiago. 2015.** How Can Law Constrain Homo Oeconomicus in situations of financial crisis? *Revista Jurídica Luso-Brasileira*. Ano 1, n.º 4, 2015, p. 1381-1414.
- Fiss, Brend e Braithwaite, John. 1983.** *The Impact of Publicity on Corporate Offenders*. Albânia : State University of New York Press, 1983.
- Fonseca, Pedro Miguel. 2006.** A Criminalidade Tributária Organizada e Transnacional. *Polícia e Justiça - Revista do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais*. Vol. III, n.º 7, janeiro-junho, 2006, p. 129-170.
- Franco, Raquel. 2010.** *Teoria económica da decisão: percurso evolutivo e aplicações jurídico-normativas*. Universidade de Lisboa, 2010, Dissertação de Mestrado.
- Garay, Luis David Ramírez. 2014.** Crimen y economía: una revisión crítica de las explicaciones económicas del crimen. *Argumentos*. Vols. 27, n.º 74, ene./abr, México 2014, p. 263-294.
- Garcia, Queli Cristina Jonas. 2011.** *Ética Utilitarista de Bentham*. São Paulo, 2011. Trabalho Individual de Conclusão do Curso de Conhecimento e Ética.
- Geis, Gilbert. 1956.** Pioneers in Criminology VII--Jeremy Bentham. *Journal of Criminal Law and Criminology & Police Science* 159. Vols. 46, 1956, p. 1748-1832.
- Giddens, Anthony. 1998.** Desvio e Criminalidade. *Sub Judice, Justiça e Sociedade*. N.º 13, julho 1998, p. 9 -30.
- Gino, Francesca e Ariely, Dan. 2012.** The dark side of creativity: original thinker can be more dishonest. *Journal of Personality and Social Psychology*. 2012, Vols. 102, n.º 3, p. 445-459.
- Gottferson, Michael R. e Hirschi, Travis. 1990.** *A General Theory of Crime*. s.l.: Stanford University Press, 1990.
- Gonçalves, Rui Abrunhosa. 2013.** Explicar o Comportamento Criminoso: O contributo da Psicologia. *Investigação Criminal*. Vols. 6, 2013, p. 10-33.

- Grabosky, Peter. 2009.** Globalization and White collar Crime. Editor: Sally S. Simpson e David Weisburd, *The Criminality of White collar Crime*. Springer, 2009.
- Guedes, Inês Sousa e Cruz, José. 2011.** Existe uma "personalidade" dos criminosos de colarinho branco? *Revista de Reinserção Social e Prova - Ousar Integrar*. Revista quadrimestral, Vols. 10, ano 4, 2011, p. 47-60.
- Guedes, Inês e Cruz, José Neves. 2013.** Infrações Económicas e Financeiras: aplicação da Teoria da Associação Diferencial de Sutherland. Editores: José Neves Cruz [et al.], *Infrações Económicas e Financeiras: Estudos de Criminologia e Direito*. Coimbra : Coimbra Editora, 2013, p. 91-103.
- Guedes, Inês e Cardoso, Carla. 2013.** Personalidade e Crime de Colarinho Branco. Editores: José Neves Cruz, [et al.], *Infrações Económicas e Financeiras: Estudos de Criminologia e de Direito*. Coimbra : Coimbra Editora, 2013, p. 77-90.
- Harcourt, Bernard, Becker, Gary e Ewald, François. 2013.** Becker and Foucault on Crime and Punishment: A Conversation with Gary Becker, François Ewald, and Bernard Harcourt. [Online] 2013. [Citação: 02 de 01 de 2017.] [http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1409&context=public\\_law\\_and\\_legal\\_theory](http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1409&context=public_law_and_legal_theory).
- Harrison, Jeffrey L. 1995.** *Law and Economics*. Florida: West Group, 1995, p. 36-41.
- Helmkamp, James, Ball, Richard e Townsend, Kitty. 1996.** Definitional Dilemma: Can and Should There Be a Universal Definition of White collar Crimes? [Online] 1996. [Citação: 02 de 01 de 2017.] <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/Digitization/166244NCJRS.pdf>.
- Kahneman, D., Knetsch, J. e Thaler., R. 1991.** Anomalies: The Endowment Effect, Loss Aversion and Status Quo Bias. *The journal of Economic Perspectives*. Vols. 5 (1), 1991, p. 193-206.
- Koblitz, Arthur. 2008.** Simon e Racionalidade Limitada. *Economia e Desenvolvimento*. Vols. 7, n.º 2, 2008, p. 251-285.
- Levi, Michael. 1993.** White collar Crime- The British Scene. Editores: Gilbert Geis; Paul Jesiloy, *THE ANNALS*. Vols. 525, 1993.
- Lima, Judite e Cruz, José N. 2013.** A Dissuasão nos Crimes de Colarinho Branco: A Importância da Celeridade Processual. Editores José N. Cruz, [et al.], *As Infrações Económicas e Financeiras: Estudos de Criminologia e Direito*. Coimbra : Coimbra Editora, 2013, p. 169-179.



- Listwan, S., Piquero, N. e Voorhis, P. 2010.** Recidivism among a white collar sample: does personality? *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*. Vols. 43(1), 2010, p.156-174.
- Llinares, Fernando Miró. 2015.** *Crimen, Oportunidad y Vida Diaria - Libro homenaje al Profesor Dr. Marcus Felson*. s.l. : Editorial Dykinson, S.L., 2015.
- Lombroso, Cesare. 2006.** *Criminal Man*. Versão traduzida por Mary Gibson e Nicole Hanh Rafter. Durham and London : Duke University Press, 2006.
- Maltez, Joana Veríssimos e Cruz, José Neves. 2014.** A Teoria da Escolha Racional e as Infrações Económicas e Financeiras. Editores: José Neves Cruz, [et al.], *Infrações Económicas e Financeiras: Estudos de Criminologia e de Direito*. Coimbra : Coimbra Editora, 2014, p. 153-167.
- Manzano-Arrondo, Vicente. 2016.** Un psicópata llamado Homo Economicus. *Analisis Económico*. Vols. XXXI, n.º 77, 2016, p. 8-26.
- Martínez, Soares. 1995.** *Economia Política*. Coimbra : 6.ª Edição, Coimbra: Livraria Almedina, 1995.
- Mendes, Sílvia M. 1997.** *Análise económica do crime e o seu contributo para a definição de uma política penal*. Universidade do Minho, 1997. Dissertação de mestrado em Estudos Económicos e Sociais.
- Merton, Robert K. 1938.** [Online] 1938. [Citação: 11 de 01 de 2017.] [https://www.jstor.org/stable/2084686?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2084686?seq=1#page_scan_tab_contents).
- Moraes, Rodrigo Iennaco de. 2003.** Behaviorismo e criminologia: controle do comportamento desviante. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Ano 11, n.º 43, 2003, p. 261-280.
- Moraes, Thiago Perez Bernardes de. 2014.** Os sete pilares da natureza humana. Uma crítica contra a teoria da escolha racional a partir da análise dos grandes desafios evolutivos humanos. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*. N.º 3, 2014, p. 2057-2086.
- Morris, Albert. 1935.** *Criminals of the Upperworld*. Editores: Geis, *White collar Criminal: The Offender in Business And the Professions* 2007, p. 34-39, reprinted from Albert Morris, *Criminology* (New York: Longmans, Green and Co., 1935), 1935, p. 152-158.
- Mota, Mauricio Jorge Pereira da. 2007.** O Crime Segundo Lombroso. [Online] 2007. [Citação: 02 de 01 de 2017.] <https://criminologiafla.wordpress.com/2007/08/20/aula-2-o-crime-segundo-lombroso-texto-complementar/>.

- Nelken, David. 2014.** White.Collar and Corporate Crime: Still Ambiguos After All These Crises? Editores: José N. Cruz, [et al.], *Infrações Económicas e Financeiras: Estudos de Criminologia e de Direito*. Coimbra : Coimbra Editora, 2014, p. 221-235.
- Neto, Luísa. 2013.** Guardando a Guarda: A Responsabilidade dos Titulares de Cargos Políticos. *Infrações Económicas e Financeiras - Estudos de Criminologia e Direito*. 1.<sup>a</sup> Edição, Coimbra Editora, 2013, p. 677-696.
- Nunes, A. J. Avelãs. 2006.** *Economia Política - Introdução à História da Ciência Económica e do Pensamento Económico*. Coimbra : Serviços de Ação Social da U.C., Serviços de Texto, 2006.
- Nunes, A. J. Avelãs. 2006.** *Noção e Objeto da Economia Política*. Coimbra : Almedina, 2006.
- Oliveira, José Ourismar Barros de. 2012.** White collar: Critérios para uma Definição Contemporânea. [Online] 2012. [Citação: 02 de 01 de 2017.] [https://issuu.com/esmpgo/docs/7-finalartigo6\\_revista24ok\\_layout\\_1](https://issuu.com/esmpgo/docs/7-finalartigo6_revista24ok_layout_1).
- Oliver, Alison. 2002.** The Economics of Crime: an analysis of crime rates in America. [Online] 2002. [Citação: 14 de 01 de 2017.] <http://digitalcommons.iwu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1171&context=parkplace>.
- Pacheco, Pedro Mercado. 1994.** *El Analisis Economico Del Derecho - Una Reconstruccion Teorica*. Madrid : Centro de Estudios Constitucionales, 1994.
- Paternoster, R. e Simpson, S. 1993.** Conscience,, significant others, and rational choice: extending the derretence model. *Law and Society Review*. 1993, Vols. 24(3),1993, p. 837-862.
- Patrício, Miguel. 2015.** Análise Económica do Crime: Uma breve introdução. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*. Ano I, n.º 1, 2015, p.157-175.
- Patrício, Miguel. 2016.** Notas sobre as Implicações da Neurociência no Direito Penal. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*. Ano 2, n.º 5, 2016, p. 1103-1121.
- Payne, Brian K. 2012.** *White collar Crime: A Text/Reader*. Los Angeles : Sage, 2012.
- Pina, Cláudia. 2012.** Crimes contra o mercado-suficiência de indícios e recolha de elementos de prova. *Investigação Criminal*. N.º 3, junho 2012, 2012, p. 70-92.
- Pinatel, Jean. 1953.** Criminologie et droit pénal. *Revue de science criminelle et de droit pénal comparé*. Paris, Nouvelle série n.º4, octobre-décembre 1953, p.595-608.

- Piquero, Nicole Leeper e Weisburd, David. 2009.** Developmental Trajectories of White collar Crime. Editores: Sally S.Simpson e David Weisburd, *The Criminology of White collar Crime*. s.l. : Springer, 2009.
- Posner, Richard A. 1985.** An Economic Theory of the Criminal Law. *Columbia Law Review*. Vols. 85, 1985, p. 1193-1231.
- Posner, Richard. 2007.** *Becker-Posner Blog: Crime and Corruption-Posner's Comment*. [Online] 2007. [Citação: 18 de 08 de 2016.] <http://www.becker-posner-blog.com/2007/05/crime-and-corruption--posners-comment.html>.
- Proença, Margarida. 1993.** Racionalidade Jurídica e Racionalidade Económica. *Sub Judice, Justiça e Sociedade*. N.º 6, maio-agosto 1993, 1993.
- Quinney, Earl. R. 1964.** The Study of White collar Crime: Toward A. Reorientation in Theory and Research. *J.Crim. L. Criminology & Police Sci.*, Vols. 55, 1964, p. 208-214.
- Ragatz, L. e Fremow, W. 2010.** A critical examination of research on the psychological profiles of white collar criminals. *Journal of Forensic Psychology Practice*. Vols. 10(5), 2010, p. 373-402.
- Rodrigues, Vasco. 2007.** *Análise Económica do Direito - Uma Introdução*. Coimbra : Almedina, 2007, p. 205-238.
- Ross, Edward Alsworth. 1907.** The Criminaloid. [Online] 1907. [Citação: 02 de 01 de 2017.] <http://www.unz.org/Pub/AtlanticMonthly-1907jan-00044>.
- Salama, Bruno Meyerhof. 2012.** A História do Declínio e Queda do Eficientismo na Obra de Richard Posner. *Revista do Instituto de Direito Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Ano 1, n.º 1, 2012, p. 435-483.
- Santos, Cláudia. 2011.** *O Crime de Colarinho Branco (Da origem do Conceito e sua Relevância Criminológica à Questão da Desigualdade na Administração da Justiça penal)*. Studia Iuridica 56, Universidade de Coimbra. Coimbra : Coimbra Editora, 2011.
- Santos, Gilda e Cruz, José. 2015.** Crime de Colarinho Branco e Crimem Comum: Um Contraponto. *Investigação Criminal*. n.º8, 2015, p. 53-68.
- Santos, Juliana Pinheiro Damasceno e. 2012.** Questão Conceitual: Crimes de Colarinho-Branco ou Crimes Econômicos? *Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento*. [Online] 2012. [Citação: 1 de 08 de 2016.] <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/quest%C3%A3o-conceitual-crimes-de-colarinho-branco-ou-crimes-econ%C3%B4micos>.

- Saraiva, Rute. 2014.** A Economia Comportamental do Desenvolvimento. *Boletim de Ciências Económicas*. 2014, Vols. LVII, Tomo III, 2014, p. 3163-3178.
- Saraiva, Rute. 2012.** Fraude Acadêmica em Hogwarts. Lições de Análise Económico-Comportamental para todas as idades. *Revista do Instituto de Direito Brasileiro*. 2012, Ano 1,, n.º 4, p. 2301-2361.
- Scheeffer, Fernando. 2013.** Teoria da Escolha Racional: A Evidenciação do Homo Economicus? *Em Tese - Revista Eletrônica de Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC*. Vols. 10, n.º 1, janeiro-julho 2013, 2013 p. 28-43.
- Shah, Sunit N. 2014.** The Principal-Agent Problem in Finance (a summary). [Online] 2014. [Citação: 01 de 02 de 2017.] [https://www.cfainstitute.org/learning/foundation/research/Documents/principal-agent\\_problem\\_in\\_finance.pdf](https://www.cfainstitute.org/learning/foundation/research/Documents/principal-agent_problem_in_finance.pdf).
- Shikida, Pery Francisco Assis e Borilli, Salette Polônia. 2007.** Economia do Crime: Estudo de Casos nas Penitenciária Paranaenses. [Online] 2007. [Citação: 14 de 01 de 2017.] [http://www8.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2007\\_06.pdf](http://www8.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2007_06.pdf).
- Sigmud, Karl, Ernst, Fehr e Nowak, Martin A. 2001.** The Economics of Fair Play. *Scientif American*. 2001, p. 83-87.
- Silva, Ivan Luiz da. 2012.** Introdução à Teoria da Adequação Económica da Conduta no Direito Penal Económico. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. Coimbra Editora, ano 22, n.º1, 2012, p. 9-59.
- Simonsen, M.H. 1998.** *Ensaio Analítico*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- Simpson, S. e Piquero, N. 2002.** Low self-control, organizational theory and corporate crime. *Law and Society Review*. Vols. 36, n.º 3, 2002, p. 509-548.
- Sousa, Teresa e Cruz, José N. 2013.** O Autocontrolo e o Crime de Colarinho Branco. Editores José Neves Cruz, [et. al.], *Infrações Económicas e Financeiras- Estudos de Criminologia e de Direito*. Coimbra : Coimbra Editora, 2013, p. 137-151.
- Souza, Daniel Fernando de. 2014.** O Homo economicus no século XXI: a emergência de um novo conceito de indivíduo? [Online] 2014. [Citação: 02 de 01 de 2017.] <http://www.portaldoeconomista.org.br/arquivos/publicacoes/32.pdf>.
- Steingraber, Ronivaldo e Fernandez, Ramon Garcia. 2013.** A racionalidade limitada de de Herbert Simon na Microeconomia. *Revista da Sociedade Brasileira da Economia Política*. N º 34, 2013, p. 123-162.

- Sunstein, Cass R., Jolls, Christine, Thaler, Richard H., 1998.** A Behavioral Approach to Law and Economics. Coase-Sandor Institute. Working Paper n.º. 55, 1998.
- Sutherland, Edwin H., R.Cressey, Donald e Luckenbill, David. 1992.** *Principles of Criminology*. s.l., 11<sup>th</sup> Edição, General Hall, 1992, p. 88-103.
- Sutherland, Edwin H. 1940.** White- Collar Criminality. [Online] 1940. [Citação: 02 de 01 de 2017.] [http://www.asanet.org/sites/default/files/savvy/images/asa/docs/pdf/1939%20Presidential%20Address%20\(Edwin%20Sutherland\).pdf](http://www.asanet.org/sites/default/files/savvy/images/asa/docs/pdf/1939%20Presidential%20Address%20(Edwin%20Sutherland).pdf).
- Thaler, Richard H. 2000.** From Homo Economicus to Homo Sapiens. *Jornal of Economic Perspectives*. Vols. 14, n.º 1, 2000, p. 131-141.
- Varian, Hal R. 2015.** *Microeconomia- Uma Abordagem moderna*. Brasil : 9.<sup>a</sup> Edição traduzida e Editada por Elsevierm , 2015.
- Viapiana, Luiz Tadeu. 2006.** *Economia do crime: uma explicação para a formação do criminoso*. Brasil : AGE Ltda, 2006, p. 37 ss.
- Wagner-Tsukamoto, Sigmud. 2015.** *The Economics of Paradise: On the Onset of Modernity in Antiquaty*. New York : Palgrave Macmillan, 2015.
- Walters, Glenn D. e Geyer, Matthew D. 2004.** Criminal thinking and identity in male white collar crimes and criminals . *American Criminal Law Review*. Vols. 31(3), 2004, p. 263-281.
- Wheeler, Stanton. 1988.** *White collar Crimes and Criminals*. s.l. : Faculty Scholarship Series. Paper 4127, Yale Law School, 1988.
- Ziegler, Jean. 1999.** *Os Senhores do Crimes - As novas máfias contra a democracia*. 1.<sup>a</sup> Edição portuguesa, Lisboa : Terramar, 1999.

#### **Relatório de Conferência:**

*Definitional Dilemma: Cand and Should There Be a Universal Definition of White collar Crimes?* United States of America: Edited by Helmkamp, James; Ball, Richard; Townsend, Kitty - National White collar Crime Center Training and Research Institute Morgantown, West Virginia, 1996.

## Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>1</b>
<b>Dedicatória</b> .....	<b>2</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>3</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>4</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>5</b>
<b>Capítulo 1.º – O Crime de Colarinho Branco</b> .....	<b>10</b>
1.1. Os Primórdios do Colarinho Branco .....	10
1.2. Uma Noção de Colarinho Branco.....	13
<b>Capítulo 2.º – Quem é o Autor de colarinho branco?</b> .....	<b>25</b>
2.1 O Autor de Colarinho Branco Existe? .....	26
2.2 De Beccaria à Escola Positiva Italiana .....	27
2.3 Características Demográficas do Delinquente e do Autor de Colarinho Branco.....	30
2.4 A Personalidade Criminal .....	32
2.5 Da Teoria da Anomia à Teoria da Escolha Racional.....	39
2.6 A Teoria da Associação Diferencial .....	42
2.7 Súmula.....	45
<b>Capítulo 3.º – A Análise Económica do Crime de Colarinho Branco</b> ....	<b>49</b>
3.1 A Teoria da Escolha Racional à luz da Corrente Marginalista .....	50
3.2 A Racionalidade Limitada e o <i>Behavioral Man</i> .....	57
3.3 O Crime como Resultado de um Pensamento Lógico-Dedutivo.....	67
<b>Conclusão</b> .....	<b>76</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>82</b>
<b>Índice</b> .....	<b>92</b>
<b>Índice de Figuras</b> .....	<b>93</b>

## Índice de Figuras

<b>Figura 1:</b> A Curva da Procura e o Crime .....	52
<b>Figura 2:</b> A Curva da Oferta e o Crime.....	52
<b>Figura 3:</b> Ponto Ótimo do Crime .....	53